

**UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY
RIBEIRO**

CCH – CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM

**PPGSP – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
POLÍTICA**

PAULO CÉSAR DA COSTA HEMÉRITAS

**SOCIOLOGIA DO SUBDESENVOLVIMENTO: VISITA AO ESPAÇO
REFLEXIVO DOS ESCRITOS DERRADEIROS DE ÁLVARO BORGES
VIEIRA PINTO (1974-1977)**

**CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ
2015**

UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
CCH – Centro de Ciências do Homem
PPGSP – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política

Paulo César da Costa Heméritas

Sociologia do subdesenvolvimento: visita ao *espaço reflexivo* dos escritos derradeiros
de Álvaro Borges Vieira Pinto (1974-1977)

Defesa de Tese sob a orientação do
Professor Mauro Macedo Campos como
parte das exigências para obtenção do
título de Doutor em Sociologia Política

Campos dos Goytacazes – RJ

2015

FICHA CATALOGRÁFICAPreparada pela Biblioteca do **CCH / UENF**

046/2015

H488 Heméritas, Paulo César da Costa.

Sociologia do subdesenvolvimento : visita ao *espaço reflexivo* dos escritos derradeiros de Álvaro Borges Vieira Pinto (1974-1977) / Paulo César da Costa Heméritas. – Campos dos Goytacazes, RJ, 2015.

211 f. : il

Orientador: Mauro Macedo Campos.

Tese (Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2015. Bibliografia: f. 163 - 172

1. Subdesenvolvimento. 2. Sociologia. 3. Pinto, Álvaro Vieira, 1974-1977. 4. Filosofia. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD – 301.092

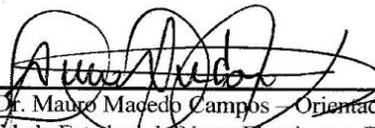
Paulo César da Costa Heméritas

Sociologia do subdesenvolvimento: visita ao *espaço reflexivo* dos escritos derradeiros de Álvaro Borges Vieira Pinto (1974-1977)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em Sociologia Política

Apresentada em: 22 de junho de 2015

Comissão Examinadora:



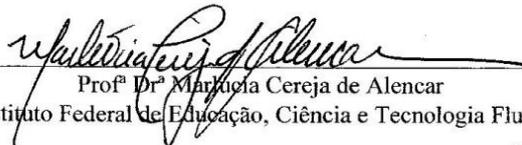
Prof. Dr. Mauro Macedo Campos - Orientador
UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro



Prof. Dr. Frederico Schwerin Secco
UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro



Prof. Dr. Nílo Lima de Azevedo
UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro



Prof.ª Dr.ª Marjucia Cereja de Alencar
IFF - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense



Prof. Dr. Brand Arenari
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Este trabalho é especialmente dedicado
ao Professor Frederico Schwerin Secco.

Agradecimentos

À FAPERJ – Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro pela concessão da bolsa de estudos.

À Miri Anne, ao Paulo, à Marianna e à Fernanda.

Aos pais Adhemar e Paulina.

Resumo: O presente trabalho de tese apresenta uma revisão analítica da obra "A sociologia dos países subdesenvolvidos: introdução metodológica ou prática metodicamente desenvolvida da ocultação dos fundamentos sociais do vale de lágrimas". Escrita entre os anos de 1974 e 1977 pelo pensador campista Álvaro Borges Vieira Pinto a referida obra trata de uma contribuição teórica do filósofo à sociologia brasileira.

Palavras-chave: subdesenvolvimento; sociologia; epistemologia; pensamento; filosofia.

***Abstract:** This thesis presents an analytical review of the work "Sociology of underdevelopment countries: methodological introduction or methodically developed practice of concealment of the social foundations of the vale of tears". Written between 1974 and 1977 by thinker Álvaro Borges Vieira Pinto said work is a theoretical contribution of the philosopher to brazilian sociology.*

***Keywords:** underdevelopment; sociology; epistemology; though; philosophy.*

Lista de ilustrações

Figura 01: Vitrais da Fundação Gafrée & Guinle	30
Figura 02: Vieira Pinto e Mariza Urban.....	53
Figura 03: Manuscritos de “A sociologia dos países subdesenvolvidos” ..	102
Figura 04: Cadernos manuscritos.....	129

Lista de tabelas

Tabela 01: Álvaro Vieira Pinto: cronologia das obras por edição.....	23
Tabela 02: População alfabetizada no Brasil em %.....	36
Tabela 03: Vieira Pinto, formação acadêmica e quadro ideológico.....	42
Tabela 04: Papéis e subpapéis filosóficos.....	89
Tabela 05: Relações comerciais entre Brasil e EUA.....	95
Tabela 06: Orientação normativa da vida brasileira em 64 e após.....	97
Tabela 07: Recursos internacionais aplicados em pesquisa.....	113

Sumário

Capítulo I: Posição do problema

Apresentação.....	10
A sociologia tal qual seu povo “subdesenvolvida”	10
Circunstância histórica dos escritos derradeiros.....	19
Um testamento esquecido do nacionalismo.....	25
Segmentação do trabalho.....	28

Capítulo II: Período formativo: Juventude e Medicina

Período formativo.....	32
O jovem Vieira Pinto.....	39.
A Semana de Arte Moderna.....	41
O cenário das ciências biomédicas no Brasil.....	42
A reação católica.....	47
Antecedentes.....	48
O Integralismo.....	49

Capítulo III: Política e sociedade

Política e sociedade.....	52
Política e sociedade: o subdesenvolvimento.....	55
Breve histórico sobre o desenvolvimento brasileiro.....	57
O despertar de Álvaro Vieira Pinto para o desenvolvimentismo.....	62
A territorialidade do desenvolvimento.....	65

O campo e a cidade.....	70
O ISEB.....	75
Os infortúnios da consciência nacional <i>versus</i> realidade.....	81
O exílio no Chile.....	85
O retorno ao Brasil em 1968.....	90
O desenvolvimento; dos anos dourados aos anos de chumbo.....	94

Capítulo IV: A sociologia dos países subdesenvolvidos

A sociologia dos países subdesenvolvidos.....	101
Os escritos póstumos.....	104
A sociologia do “vale de lágrimas”.....	107
Filosofia brasileira e nacionalismo.....	117

Capítulo V: Sociologia crítica: contribuições teóricas de Álvaro Vieira Pinto ao desenvolvimento (1974-1977)

O desenvolvimentismo.....	131
A ocultação ecológica do subdesenvolvimento.....	133
O desenvolvimento do desenvolvimento.....	141
Sociologia orientada ao desenvolvimento.....	149

Considerações Finais

Considerações finais.....	156
Uma ressalva aos nossos trabalhos.....	161

Referências

Referências.....	163
------------------	-----

Anexo I

Entrevista com Álvaro Vieira Pinto.....	173
---	-----

Anexo II

Oração “Salve Rainha”.....	178
----------------------------	-----

Anexo III

Transcrição do folheto: Por que votar não contra o parlamentarismo no plebiscito.....	179
---	-----

Eles eram, quase sempre, o viajante e o construtor da via a ser percorrida.

Osman Lins, 1978: 13

Viver é muito perigoso.

João Guimarães Rosa, 2001: 65

O território do Brasil é um mapa do tempo.

Jacques Rancière, 1997:12

Capítulo I

Posição do problema

Apresentação

Álvaro Borges Vieira Pinto doutorou-se em Filosofia aos 39 anos de idade na Universidade Sorbonne, em Paris, logo após o término da Segunda Guerra Mundial, ao defender uma tese intitulada “A dinâmica na cosmologia de Platão”. Como observa no enunciado de sua tese, Vieira Pinto emerge no cerne da Filosofia europeia, egresso da periferia do mundo através de uma tradução inovadora sobre o item 43b do “Timeu” de Platão. Este feito, possibilitou o seu ingresso, ao retornar da França, através de concurso público, na Faculdade Nacional de Filosofia onde assumiu a cátedra de História da Filosofia, em 1951.

Vieira Pinto dominava integralmente oito idiomas estrangeiros (espanhol, inglês, francês, italiano, alemão, russo, grego e latim) o que lhe permitiu trabalhar pseudonimamente como tradutor, a partir de 1968, para duas casas editoras: a Vozes, de Petrópolis – RJ e a Civilização Brasileira, do Rio de Janeiro - RJ.

Entre dezembro de 1960 e março de 1964 dirigiu o ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros – que à época ficou conhecido como Escola Superior de Paz – em oposição à Escola Superior de Guerra – instituições coetâneas e que propuseram formulações teóricas e *práxis* conflitantes para o desenvolvimento brasileiro.

De todos os seus escritos, foram editados em vida: “Ideologia e Desenvolvimento Nacional” (ISEB, 1956), “Consciência e Realidade Nacional” (ISEB, 1960)¹, “Por que os ricos não fazem greve?” (Civilização brasileira, 1961), “A questão da Universidade” (UNE – União Nacional dos Estudantes, 1962), “Ciência e

¹ Para o filósofo José Américo da Motta Pessanha (2007: 79), antigo aluno-assistente de Vieira Pinto na Faculdade Nacional de Filosofia – FNFfi (ao refletir sobre o conceito de Ética em Epicuro), acredita-se que, desde a antiguidade clássica até o presente, dentre os males que afligem a humanidade, os maiores estejam contidos na esfera das representações ilusórias que firmamos da realidade. A filosofia encarregou-se, desde então, em destacar a importância do trabalho do médico-filósofo em nos “curar” do universo de convicções precipitadas que povoam a mente humana. A fé no poder curativo – e dela fazer-se presente por um espírito valioso do passado – torna a vivificação da trajetória intelectual de Álvaro Borges Vieira Pinto, médico-filósofo fluminense, uma oportunidade de revalidar as contribuições teóricas do pensador à ciência ateniense.

existência” (Paz e terra, 1969), “*El pensamiento critico en demografia*” (Celade/Onu – Comissão latinoamericana de demografia/Organização das nações unidas, 1973) e “Sete lições sobre educação de adultos” (Cortez, 1982). “O conceito de tecnologia” (Contraponto, 2005)² e “A sociologia dos países subdesenvolvidos: introdução metodológica ou prática metodicamente desenvolvida da ocultação dos fundamentos sociais do vale de lágrimas” (Contraponto, 2008)³ foram editados duas décadas após seu desaparecimento.

A sociologia tal qual seu povo: “subdesenvolvidos”

“A sociologia dos países subdesenvolvidos” é considerada por Vieira Pinto como a obra derradeira de todo o seu conjunto de escritos, fruto de uma reflexão duradoura (1956-1977). A referida obra contém uma revisão crítica da sociologia brasileira sob o ponto de vista tradicionalmente historicista⁴ de Vieira Pinto. Nela, o pensador revê as escolas sociológicas em ação no Brasil e suas divisões em escolas de origem “formalista, positivista e behaviorista”.

Vieira nos adverte nesta obra quanto aos usos sociais indevidos das teorias que proliferavam nas universidades e institutos de pesquisa em ciências sociais. A disseminação dessas teorias não é ingênua, nem tampouco inócua socialmente⁵ – pois promoveram a continuidade do assujeitamento da sociedade, segundo Vieira, aos

² Texto datilografado e editado postumamente. Os textos que compõem a obra “O conceito de tecnologia” foram datilografados por D. Maria Vieira, esposa de Vieira Pinto e editados por iniciativa da economista Maria da Conceição Tavares.

³ Obra inédita. Os manuscritos foram editados postumamente. A obra encontrava-se em poder da sobrinha de Vieira Pinto, Mariza Urban, e foi editada a partir da digitalização dos manuscritos pela equipe coordenada pelo professor José Ernesto De Faveri.

⁴ Esta característica está presente em todas as obras examinadas do pensador. Em 1962, em atendimento a uma solicitação do Ministro da Educação Darcy Ribeiro, Vieira Pinto redigiu um pequeno folheto pelo ISEB, uma fonte documental rara intitulada “Por que votar contra o parlamentarismo no plebiscito?”. Neste folheto de 14 páginas transcrito e apresentado no Anexo III da presente Tese, é possível notar claramente o historicismo a respeito da questão do parlamentarismo.

⁵ Com relação ao destino das escolas sociológicas em ação no Brasil, quanto ao comprometimento entre as ideias sociológicas e a sociedade, afirma Souza (2000): “Interessante é perceber também, para nossos propósitos, que ideias não são construtos sem consequências, simples palavras ao vento ou pensamentos sem efeitos na realidade exterior. (...) ideias possuem sempre uma relação interna com valores e, portanto, encerram uma avaliação da realidade, na medida em que definem e separam o importante do secundário. Nesse sentido, ideias se entranham no cotidiano e em práticas sociais, permitindo uma direção singular aos comportamentos individuais e coletivos” (Souza, 2000: 160).

preceitos morais contidos no “vale de lágrimas” – alegoria que o filósofo utiliza para ilustrar como se mantém ideologicamente uma estrutura de classes sociais antagônicas no Brasil. O “vale” pertence a uma oração muito popular conhecida como “Salve Rainha”.

Através do caminho trilhado pelo autor percorre-se um período histórico extenso, que possibilita estabelecer novas hipóteses sobre a relação entre a sociologia, a sociedade e seu desenvolvimento⁶. Vieira medita sobre a fragilidade do enfoque metodológico utilizado pelas ciências sociais e as repercussões que causaram na sociedade (no sentido de dissolvê-la), em razão dos seguintes motivos:

- Não foram problematizados, em razão de interesses polêmicos, temas que considera centrais, os quais apenas foram tangenciados superficialmente em suas discussões, à época dos escritos;
- Colocaram em evidência, através do paradigma cientificista adotado, pesquisas empíricas e recortadas cujos pressupostos teóricos excluíram de sua base de estudos os fatores exógenos relativos à condição do subdesenvolvimento.

Segundo o pensador, a utilização do método dialético⁷ permitiria a revelação de como se organizara a ordem capitalista vigente e os efeitos danosos das relações internacionais sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento. Através desta constatação, Vieira Pinto desloca o debate sobre a temática desenvolvimentista de um campo técnico para outro, o campo político.

A obra “A sociologia dos países subdesenvolvidos” reclama, em essência, da “tática da desfiguração do estudo científico da sociedade”, (VIEIRA PINTO, 2008: 63), considerada assim pelo autor por acreditar que a sociologia naturalizou as

⁶ Procuraremos abordar o conceito de desenvolvimento social através da perspectiva de Álvaro Vieira Pinto fundamentada em sua ideia de superação do estado de consciência ingênua, que, através do trabalho elaborado pode atingir o estado de consciência crítica.

⁷Vieira Pinto possuía uma concepção bem elaborada de dialética que expressou argumentativamente em algumas de suas obras como “Consciência e Realidade Nacional”, “*El pensamiento crítico en demografía*” e “A sociologia dos países subdesenvolvidos”. Esta perspectiva metodológica será abordada no decorrer do presente trabalho.

severas condições de subdesenvolvimento do povo e subtraiu de suas realizações acadêmicas o estudo das desigualdades sociais promovidas pelo acúmulo de capital em favor das classes dominantes – corolário frequente em sua obra – notadamente a ocultação dos efeitos socioeconômicos perversos relativos à questão da estrutura das classes sociais, considerada como possibilidade de explicação para o fenômeno⁸.

Vieira acredita que as ciências sociais seguiram *pari passu* a força irradiadora das ideias de matriz eurocêntrica, sem atentar para os mecanismos econômicos que a condicionavam.

Durante o período que inspirou as reflexões de Vieira, de 1974 a 1977, estavam em execução no Brasil muitos projetos de cooperação internacional⁹. O país optou por uma fórmula de desenvolvimento em que os investimentos infraestruturais ocorreram através da captação de recursos externos. Estes constituíram uma dívida externa considerável – cuja contrapartida não se limitava, naquele momento histórico, apenas à remuneração do capital.

Uma pauta de compromissos no âmbito social, como o controle de natalidade e a melhoria dos índices de escolaridade e saúde, era exigida enquanto agenda externa junto a organismos como o BIRD - Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento, o FMI - Fundo Monetário Internacional, a ONU - Organização das Nações Unidas, a OCDE - Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico, a OEA - Organização dos Estados Americanos (OEA), a CEPAL -

⁸ Vieira Pinto explicou na obra “A sociologia dos países subdesenvolvidos” que a questão da estrutura de classes sociais no Brasil merecia uma obra em particular para que pudesse expressar o seu ponto de vista relativo ao assunto. Nesta obra, o pensador afirma: “A perda da noção de ‘classe social’ é um fato de extrema nocividade na concepção do projeto de transformação da existência histórica de uma nação atualmente subdesenvolvida. Não podemos discutir amplamente o tema nas inúmeras implicações, o que corresponderia a expor a genuína teoria do processo histórico em bases materiais e nas relações que delas derivam para o sistema de convivência entre os homens. (VIEIRA PINTO, 2008: 183).

⁹ O projeto mais notável na área de Educação ficou consagrado como MEC/USAID (Ministério da Educação e Cultura e Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional, respectivamente). Foi aplicado através de cinco acordos que abarcaram as seguintes instâncias de cooperação: dois relativos ao planejamento da educação; dois relativos ao ensino básico e o quinto responsabilizou-se pelo ensino universitário. Portanto, atingiu toda a educação nacional. A regulamentação do programa MEC/USAID ocorreu através do decreto 200/67 que ensejou autonomia para os ministros de estado estabelecerem convênios de cooperação internacional no âmbito de suas pastas (Skaff, 2007: 336).

Comissão Econômica para a América Latina e, a USAID - Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional.

Uma das preocupações centrais de Vieira é sobre a falta de comprometimento ético das instituições que tornaram-se responsáveis no Brasil pelo atendimento das contrapartidas “sociais” contidas na agenda de cooperação internacional. Segundo o pensador, naquele momento histórico por qual passava o país, dominado por um regime tido por ele como tecnocrático, este atendimento feriu a esfera do interesse nacional.

Uma das formas dramáticas deste atendimento se deu no âmbito curricular das ciências sociais e para o pensador, o maior ônus pago pelo país deveu-se ao desejo das instituições que aderiram à cooperação internacional, tendo por prática

(...) ordenar unidos os exércitos de escribas do mundo e empreendem o incessante bombardeio dos países periféricos com a copiosa e malévola literatura de soporíficos que a elite “cultura” do país pobre recebe alvoroçada e consome com avidez, para demonstrar aos sedutores como também é inteligente, competente, estudiosa e “cultura”, julgando haver assim alcançado a suspirada igualdade de valores humanos (VIEIRA PINTO, 2008: 63).

O quadro de desafios teóricos a que se refere Vieira Pinto possui familiaridade com a história da sociologia dos países coloniais que se submeteram a um longo processo de repressão cultural.

Essa percepção fenomenológica já havia sido enfrentada por Alberto Guerreiro Ramos. Para o sociólogo, fazia-se necessária uma “Redução sociológica” das teorias importadas. Para explicitar este fenômeno, Alberto Guerreiro Ramos (1995) utilizou os seguintes termos:

sociologia “enlatada”

versus

sociologia “dinâmica”

Guerreiro Ramos nomeou como “transladação” de ideias a deglutição dos parâmetros conceituais ocidentais que resultaram em outros, de bases nacionais, ou

como Guerreiro afirmaria: a necessidade preeminente de desenvolvimento de uma sociologia em “mangas de camisa” (GUERREIRO RAMOS, 1995: 105).

Essa sociologia não estaria condicionada a determinados princípios culturais inautênticos, pelo contrário, os negaria, pois:

A mecânica de alienação tem a rigor um só objetivo, que condensaremos na frase seguinte: evitar que o sociólogo ou o economista da área pobre pense em termos de classes sociais, do conflito entre elas, e exprima a visão da realidade de seu país, e do mundo em geral, por este ângulo, que sabemos mortal, e característico da sociologia ingênua importada (VIEIRA PINTO, 2008: 183).

Vieira, a partir de suas vivências pessoais e da reflexão dos problemas nacionais procurou clarificar em sua revisão crítica da sociologia uma saída possível para este conflito que está posto entre o interesse nacional e o caráter universal da ciência¹⁰. Com vistas a apresentar uma solução possível, pleiteia uma revolução no

¹⁰ A contribuição oferecida pela filosofia em relação a tal processo de apropriação de ideias com origem determinada pelos padrões culturais ocidentais tem como referencial teórico estabelecido a obra platônica, que conferiu *status* civilizacional a um determinado “modo de viver e de pensar calcado na moral, na lei, na razão e no Estado” (FUGANTI, 1992: 19). Ao estabelecer as regras de um novo regime político – o democrático – em Atenas, século VI a. C., deixou para trás o modo de organização política e de pensar anterior marcado pelo “mundo despótico e bárbaro”. A tradição filosófica brasileira nos aponta ainda, sob a luz dos conhecimentos trazidos por Gerd Bornheim (2007), a algumas conclusões provisórias que situam-se entre este platonismo e a novidade do nominalismo. Apesar da ressalva trazida pelo pensamento ocidental ao apresentar conceitos no sentido de que “toda norma pretende instituir-se enquanto exigência universal – a universalidade pertence ao próprio estatuto originário da norma (...)” (BORNHEIM, 2007: 347), encontramos neste autor a revisão de tal conceito. Com a percepção de que no advento da modernidade, devido a uma exigência econômica de ordem burguesa, quando são inseridos novos desafios que fizeram-se presentes na relação entre sujeito e norma, ocorrera a oposição entre o singular e o universal. Essa trajetória da sociedade burguesa é pontuada pelos seguintes eventos históricos: A criação de uma esfera privada de existência, a difusão de práticas disciplinares, a intimização das relações pessoais, o surgimento de instituições voltadas para o controle de indivíduos, o surgimento de uma literatura romântica mergulhada nos conflitos íntimos de seus personagens e a valorização da infância (BEZERRA JÚNIOR, 1993:130-131). Bornheim (2007) nota que os universais atravessam uma crise, observável a partir da Idade Moderna, em decorrência da supremacia dos estudos em história e geografia. Este processo, que funda o Novo Mundo, em que surge o primeiro mapa- mundi íntegro é o fenômeno que considera como nominalismo. Para Bornheim (2007), o nominalismo nos revela o seguinte entendimento: “O homem se sabe agora situado num espaço bem definido em sua totalidade: o homem conhece sempre mais o seu habitat como globalidade planetária, a geografia do globo terrestre, e o domina sempre mais. E pela primeira vez também o homem sabe situar-se dentro da totalidade da evolução histórica, ele consegue finalmente ver-se a si próprio, não apenas como partícipe de um momento político determinado ou como instante de uma

mundo subdesenvolvido aquém das possibilidades e das tendências normativas de seu tempo (capitalista ou socialista). Vieira desejava uma alternativa de sociabilidade terceiromundista¹¹.

Para o pensador, as classes dominantes são uma parcela minoritária da sociedade, a elite, que desde sua formação histórica identifica-se com os interesses coloniais, e, renovada pelo advento da indústria no país associou-se a novos interesses particulares: pós-coloniais e imperialistas. Esta elite constituía-se numa ordem autônoma em relação aos interesses nacionais, e, dado o seu descaso com a condição existencial da maioria da população é caracterizada como um estrato anti-nação.

Assim, a sociologia dos países subdesenvolvidos estaria configurada como ideologia desta classe e não como ciência neutra – condição que considera impossível Vieira Pinto – e como verificaremos mais adiante, “Uma sociologia não ideológica seria uma “ciência” sem classe, sem fundo social, sem bases sociais, sem bases humanas que a admitam e a apoiem”, caracterizando-se apenas como pseudociência (VIEIRA PINTO, 2008: 58).

A partir da evocação de uma alegoria – o “vale de lágrimas” – lugar onde se dá o epílogo da escatologia cristã, Vieira Pinto procura, através de seu repertório de inquirições filosóficas, uma radicalidade: o desvelamento das várias facetas das estratégias de ocultação do “vale” utilizadas pela sociologia. Essa revelação será discutida no presente trabalho ao considerarmos a opção de Vieira pelo método dialético de inspiração hegeliana em que, acredita-se, supostamente se cristalizará uma verdade.

O método dialético, aplicado à obra “A sociologia do vale de lágrimas¹²”, visa por meio de críticas gradativas e articuladas, através das quais são negadas

cultura: ele se sabe agora pertencente à história da humanidade, do próprio evoluir cósmico; e aqui também conjuga-se o avanço do conhecimento com as formas de dominação (BORNHEIM, 2007:365).

¹¹Característica comum dos anos 50, esta perspectiva fora sacramentada na Conferência de Bandung que discutiu a descolonização afroasiática. No entanto, nos anos 80 essa possibilidade foi perdendo força, em razão de uma nova ordem liberal. O desenvolvimento revela-se inatingível em países periféricos e segundo os seus próprios formuladores teóricos, como a CEPAL, o terceiromundismo, destituído de sentido (Paiva, 2012: 222).

sucessivamente as premissas em que opera a sociologia, atingir uma síntese do que é e do que deveria ser a sociologia desse “vale”:

Incumbe-nos a obrigação de produzir por nós mesmos a sociologia que, de nosso ponto de vista, é a única a merecer o título de ciência. Porque será aquela que conterà o que falta na importada de fora, e somente contribui para nos transviar o caráter de um saber concreto sobre a nossa realidade social (VIEIRA PINTO, 2008: 268).

Esse processo é acompanhado por discussões sobre os fundamentos de uma anti-sociologia capaz de não só representar os interesses dos habitantes do “vale de lágrimas” como intuir os propósitos de sua emancipação.

Para Vieira Pinto, uma anti-sociologia¹³ capacitada em buscar a autenticidade requerida pelo entendimento da realidade nacional colocaria como dúvida norteadora a de que,

Sem a menor compreensão verdadeira da essência da realidade social da humanidade subdesenvolvida, que “sociologia” pode esperar-se saia da cabeça dos escriturários da plutocracia dos centros hegemônicos (VIEIRA PINTO, 2008: 225)?

Este irrealismo vivenciado pelos profissionais das ciências sociais teria então, para Vieira, uma fatalíssima consequência: transformarem-se em obstáculo para a realização da transposição da condição existencial subdesenvolvida.

Para o pensador, graças aos serviços “confusionistas natos” das ciências sociais, no Brasil, “(...) enterrou-se ainda quente o cadáver do desenvolvimento” (VIEIRA PINTO, 2008: 187), isto, porque

Os indivíduos que revelam esta infrequente e preciosa aptidão são os candidatos preferidos aos cargos de locutores, escritores,

¹² Inicialmente Vieira Pinto atribuiu a obra este título, como podemos verificar na imagem nº 2 da página 93 do presente trabalho.

¹³ Vieira Pinto pleiteia à página 29 de “A Sociologia dos países subdesenvolvidos”: A criação de tal anti-sociologia, que será efetivamente a única legítima sociologia, inicia-se com um gesto intelectual de imperiosa desmistificação que abrirá caminho para ríspidas e vicejantes compreensões da realidade na consciência das massas exploradas, julgadas até então por si mesmas irrecuperavelmente infelizes neste mundo, noção cujo avesso é a certeza de que a felicidade só lhes será dada no “outro”.

professores e, de modo geral, expositores do pensamento oficial, porque neles o gênio pessoal se manifesta com este traço supremamente admirado e bem pago, o de poderem funcionar como os repentistas da alienação (VIEIRA PINTO, 2008: 227).

A sociologia do “vale de lágrimas” está situada no conjunto de obras escritas por Vieira Pinto como aquela derradeira e cuja edição foi póstuma. Para compreendermos as circunstâncias em que foi escrita consideraremos que, em resumo, a obra exprime para o autor:

1 – A revisão de seu pensamento, a partir de sua recorrência à categorias pessoais formuladas analiticamente enquanto idealizador do desenvolvimento nacional nos anos 50 e 60;

2 - Uma avaliação do desenvolvimento brasileiro consumado pela ditadura militar dos anos 70, considerando como hipótese que sua obra foi utilizada como conteúdo teórico contrariamente a seus princípios democráticos;

3 – Resposta contundente aos julgamentos – os “autos de acusação”¹⁴ – proferidos por estudos acadêmicos em relação às obras “Consciência e realidade nacional” e “Ideologia e desenvolvimento nacional”;

4 - Análise crítica e rigorosa da produção das ciências sociais brasileiras; apontando as razões que a situam como uma das modalidades de dominação cultural de corte imperialista, e

5 – Reivindicação para a filosofia, da primazia do conhecimento da esfera política e desqualificação dos estudos pretendidos pela recém iniciada “ciência política”.

¹⁴ Para Daniel Pécaut, são os seguintes os autos: “Foi-lhes censurado, em primeiro lugar: a) terem escamoteado as posições de classe à força de proclamar o primado do “nacional”, e, por isso mesmo, de terem se instalado no campo das “classes dominantes”. b) Foi-lhes igualmente empurrada uma incapacidade singular para levar em conta a orientação efetiva do processo de industrialização sob o governo Kubitschek. O qual, sendo caracterizado pelo apelo aos investimentos estrangeiros, levou a transformar o nacionalismo em um simples engodo. c) Foram censurados também por terem voltado, sob uma forma modernizada, a uma definição de identidade cultural semelhante à dos anos 30. d) Foi-lhes ainda atribuído confundir ciência com ideologia” (PÉCAUT, 1990: 121-122).

Apresentamos a seguir um breve panorama analítico de suas obras e acervo crítico correspondente que antecederam a edição de “A sociologia dos países subdesenvolvidos”.

Circunstância histórica dos escritos derradeiros

Sob o vigor de condicionamentos políticos típicos de um regime de exceção, a censura e a perseguição política impediram o prosseguimento da vida pública de Vieira Pinto no Brasil, por ser considerada a sua ação intelectual como subversiva diante dos novos padrões de segurança nacional estabelecidos a partir de 1º de abril de 1964.

Constata-se que nesta conjuntura Vieira Pinto publica, a partir de 1964, escritos em que não aparece a sua verve política, dedicando-os à Ciência, à Educação e à Demografia. A censura a que esteve condicionado o fez reservar seu perfil notadamente crítico aos escritos póstumos.

O repertório dessas obras póstumas é abrangente; aquelas que foram recentemente publicadas tratam de duas questões relacionadas aos problemas do desenvolvimento: a epistemologia das ciências sociais e a tecnologia.

À luz de seus conhecimentos filosóficos o pensador examina estas questões da realidade brasileira através das lentes da Sociologia, da Economia, da Antropologia e da Educação. No entanto, o que particulariza a sua visada intelectual é o seu inegável ponto de vista nacionalista relativo a todos esses campos do conhecimento. A marca distintiva de sua obra é a autenticidade; Vieira Pinto condenava a tradição de muitos autores brasileiros do recurso à influência de teorias importadas. Até meados do século XX, uma corrente importante de escritores e intelectuais considerados elitistas deixaram-se marcar por uma ressonância cultural persistente.

Através do beletrismo, estilo representativo de uma classe social minoritária, expressava-se um ideário colonial responsável pela associação do Brasil a uma “terra dos papagaios”. Em contraposição a este perfil, Vieira Pinto investiu na cultura popular, por considerar ser uma representação mais genuína e autônoma, pois,

Será sempre louvável cuidar atenta e benevolmente das massas, impedindo-as de permanecerem entregues a si mesmas, abandonadas à inevitável desordem dos costumes, crenças e organização, um de cujos traços mais salientes encontra-se na indisciplina lingüística. Deixado desamparado, o povo continuará, de forma cada vez mais desregrada, como é de sua tendência, a “falar mal”. Socorre-o, porém o manto tutelar das elites econômica e politicamente vigilantes, que estendem até ele o benefício da educação devidamente regular e planejada, uma das manifestações da qual é o estabelecimento da corporação à qual será entregue a “polícia semântica” do povo (VIEIRA PINTO, 2008: 404).

A doutrina socrática da justiça influenciou radicalmente seus escritos, afinal, para o pensador ateniense, “o grande problema da vida não era garantir-se na cidade, mas ser um justo” (Robert, 1987). Entendemos que por essa motivação filosófica a justiça social tornou-se a grande ênfase intelectual na obra de Vieira Pinto.

Como representante da Filosofia de seu tempo, Vieira Pinto cotejou em seus escritos as possibilidades de entendimento teórico entre a filosofia e o pensamento social brasileiro, apontando-as como solução para o déficit explicativo existente nas ciências sociais. Esta expectativa esteve acesa enquanto Vieira Pinto manteve-se como diretor de filosofia e como diretor executivo do ISEB¹⁵, entre os anos de 1956 e 64; acreditava que mediante a incorporação de saberes filosóficos às massas, estas conquistariam a finalidade última da aquisição de autonomia política em uma sociedade democrática: o despertar para o exercício pleno da cidadania.

Consideramos como influência teórica de Vieira Pinto sobre os conceitos de povo e de massas a literatura relativa aos *narodnik*, cuja situação de vida inspirou uma vertente importante da ação católica na América Latina da qual o pensador constituiu liderança durante sua juventude (Palacios, 1989: 89). Os escritos populistas russos no século XIX são considerados historiograficamente o embrião político que sugeriu a revolução social na Rússia, ocasião em que vivenciava uma situação semi-feudal.

¹⁵ Ao longo deste trabalho, nos deteremos com mais atenção à vida do Instituto criado em 1956, ainda no interregno do presidente Café Filho, que substituíra Getúlio após seu suicídio (vide especificamente as páginas 75 a 81 do capítulo III). A participação de Vieira Pinto neste Instituto foi intensa tanto no âmbito da pesquisa como no da docência. O pensador organizou cursos, ministrou aulas, realizou dezenas de palestras, escreveu livros e prefaciou e traduziu outros. No ISEB, Vieira pode amadurecer a sua percepção de subdesenvolvimento e o papel histórico dos intelectuais no desenvolvimento nacional.

Os *narodnik* estiveram associados sob a forma de comunas (*obschinas*) e sua expectativa de desenvolvimentismo foi pensada e organizada sob o estatuto teórico de uma *intelligentzia* obcecada pela ideia de aproveitamento do atraso econômico como impulso para o desenvolvimento. A situação do campesinato russo segundo Vanilda Paiva (2012) e Freitas (1998) foram circunstanciadas por Vieira Pinto em comparação ao povo brasileiro na expectativa que esse obtivesse os mesmos níveis de organização política de bases comunitárias (*obschinas*) observadas entre os *narodniks*.

Observaremos que a partir da convivência de Vieira Pinto com grandes contingentes de alunos, as suas convicções teóricas inspiradas na atmosfera dos populistas russos sugerirão uma mudança em sua *práxis* docente. Dois episódios históricos confirmam estas mudanças na biografia de Vieira Pinto e que promoveram divisões em sua obra: o seu ingresso no ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros, em 1956, e o advento do regime militar em abril de 1964.

Para Hélio Jaguaribe, o ingresso de Vieira no ISEB teve repercussões profundas em sua trajetória intelectual, pois

Num sentido predominantemente pessoal, afetou muito o pensamento de Álvaro Vieira Pinto. Ele estava, então, nos seus cinquenta e tantos anos, bem mais velho que os demais membros do ISEB, nos seus trinta e poucos. Álvaro, todavia, passara toda a sua vida acadêmica lecionando Platão para um reduzidíssimo número de alunos. Eis que no ISEB, ele se defronta com turmas muito numerosas de jovens tendencialmente propensos a posições radicais. Essa platéia influenciou profundamente o espírito de Álvaro, levando-o aceleradamente a deslocar-se do platonismo ao marxismo (JAGUARIBE, 2005:35-36).

Esta opinião não é pacífica. Marcos Cezar Freitas (1998) oferece-nos um motivo essencial para a mudança observada por Jaguaribe, mas aponta para razões de natureza religiosa concomitantes ao ingresso do pensador no Instituto. Vieira Pinto indispôs-se com alguns setores da Igreja no Brasil ao propugnar uma ideia de desenvolvimento ligada ao intervencionismo do Estado na educação e na economia, o que contrariava o ponto de vista de desenvolvimento humano de bases cristãs do episcopado; muito ligada ainda que estava a sua ingerência nesses setores, a Igreja temia perda de espaço público diante das premissas do discurso isebiano.

A expressão da ideia de desenvolvimento em Vieira ficou patente no pronunciamento de inauguração do Instituto em 1956, que obteve grande repercussão pública, quando, observa Freitas (1998),

Deve-se registrar o ano de 1956 como o marco de processo de secularização da Igreja no Brasil. O mesmo ano pode ser anotado como marco no processo de laicização de Vieira Pinto. A ideia de laicização, na forma como ressurgia naquele contexto, expressava a desobstrução do Estado para que este recuperasse sua anatomia pública (FREITAS, 1998:72-73).

Vieira Pinto permaneceu durante os nove anos seguintes no Instituto, quando inicia-se a segunda mudança observável em sua trajetória intelectual com a instauração da ditadura, momento em que.

Não seria exagero afirmar que Vieira Pinto conheceu o inferno da derrota. Em 1964, com o golpe militar, suas convicções políticas foram perseguidas, e ele assistiu ao desmoronar das instituições que sustentavam suas esperanças democráticas e seu projeto de desenvolvimento nacional (CÔRTEZ, 2003: 27).

Estas duas grandes mudanças episódicas estão inseridas no centro de um acervo bibliográfico considerável de Vieira Pinto, que pode ser esquematizado cronologicamente em quatro fases¹⁶:

- 1- de 1929¹⁷ a 1950 ocorreram publicações de artigos esparsos no âmbito das ciências biológicas e da radiologia e escreve sua tese de doutoramento em Filosofia;
- 2 - de 1956 a 64 predominam os escritos isebianos (quatro obras);
- 3 - de 1964 a 68, caracteriza-se pelos escritos do exílio (três obras) e,
- 4 - a partir de 1968 ocorrem os escritos inéditos (quatro obras) e os editados postumamente (duas obras).

¹⁶ Excetuam-se dessa divisão os escritos pré-isebianos que correspondem a 11 artigos científicos em periódicos como *Política e Cultura*, *Movimento brasileiro* e *Revista da Faculdade Nacional de Filosofia* (entre 1930 e 1951).

¹⁷ Neste ano publica um pequeno artigo intitulado “Tendências culturais da juventude nas escolas” na Revista Movimento Brasileiro de abril de 1929, conforme noticiava o editorial do jornal Diário Carioca (abril de 1929).

Apresentamos a seguir o quadro da obra de Álvaro Vieira Pinto de acordo com a sequência cronológica de edição das suas obras:

Quadro nº 1:

Álvaro Vieira Pinto: cronologia das obras por edição

1956	1960	1961	1962	1967	1968	1982	2005	2008
IDN								
	CRN							
		AQU						
			PRNF					
				EPCD				
					CE			
						SLSE		
							OCT	
								ASPS

Legenda

IDN	Ideologia e desenvolvimento nacional
CRN	Consciência e realidade nacional
AQU	A questão da Universidade
PRNF	Por que os ricos não fazem greve?
EPCD	<i>El pensamiento critico en demografia</i>
CE	Ciência e existência
SLSE	Sete lições sobre educação de adultos
OCT	O conceito de tecnologia
ASPS	A sociologia dos países subdesenvolvidos

Esse acervo foi notavelmente analisado por seus contemporâneos. Observa-se que o distanciamento histórico-temporal, à medida que ocorre, pode estar sendo hipoteticamente benevolente em relação a seus críticos. Segundo Côrtes (2003), toda uma “canônica” foi elaborada pela escola *uspiana*, considerada “cosmopolita estruturalista”, no sentido da desconstrução do pensamento *isebiano*¹⁸, nacionalista, que vigorou a partir dos anos 50 e esteve sediado na cidade do Rio de Janeiro.

¹⁸ Sobre o teor dessa desconstrução, afirma Vanilda Paiva: “Os grandes opositores do nacional-desenvolvimentismo foram os intelectuais da USP. Pode-se perguntar até que ponto o PSDB corresponde a uma UDN modernizada” (PAIVA, 2012: 225).

Nesse sentido, quando consagrou-se, em 2005, a passagem de cinquenta anos do ISEB, Candido Mendes afirmara que o diferencial de sua geração era “de um ‘que fazer’ com a efetiva militância do intelectual como tal”, e reconhece no pensador campista um estatuto filosófico inédito: “Com Vieira Pinto, começa a aventura do espírito brasileiro, a coexistência com a heterogeneidade de seus conteúdos de consciência” (MENDES, 2005: 24). Quando comparado às gerações de cientistas sociais que o sucederam, para Mendes (2005),

O que foi exemplar na perspectiva inicial de Vieira Pinto depararia hoje a virtualidade do mundo interior, o artefato das contradições, o rapto dos simulacros ao horizonte do pensador comprometido. A nova saturação ideológica que sufoca apenas o ato de refletir pelo excesso da informação e a equivocidade invencível de seu tratamento. É precária a trégua a que se possa ainda explorar de relance o “ser no mundo”, para guardar o pluralismo de quando ainda era risonho e franco o mundo da só dominação, em plena inocência da hegemonia, a rondá-lo (MENDES, 2005: 30).

Pode-se distinguir a natureza destes estudos críticos sobre Vieira Pinto em duas categorias:

- a) Coetâneos. Ocorridos entre os anos 60 e 70, quando predominam as análises de teóricos brasileiros e estrangeiros sobre a obra “Consciência e realidade nacional”, segmentadas a seguir:
 - a.1) comentários filosóficos: Gerard Lebrun, Michel Debrun, Padre Henrique Vaz e Marilena Chauí;
 - a.2) comentários sociológicos: Daniel Pécaut, Caio Navarro de Toledo e Maria Sylvia Carvalho Franco, e
 - a.3) comentários pedagógicos: Vanilda Paiva.
- b) Extemporâneos. Publicados a partir dos anos 80, seus escritos passam a ser reconsiderados por teóricos nacionais, como Jorge Roux, Marcos Cezar Freitas, Norma Côrtes, Ernesto de Fáveri e Lídia Maria Rodrigo que recuperam o teor essencial de suas obras e revigoram a biografia de Vieira Pinto a partir de influências identificáveis em outros autores como o educador Paulo Freire e o antropólogo Darcy Ribeiro. Trata-se de teses de

doutoramento ou dissertações de mestrado acadêmico e também referem-se a “Consciência e realidade nacional” como principal obra teórica do autor.

Um testamento esquecido do nacionalismo

Álvaro Vieira Pinto foi um professor da Faculdade Nacional de Filosofia, cuja obra começa a ser revelada postumamente com a edição de novos volumes, como *O Conceito de tecnologia e A sociologia dos países subdesenvolvidos*. A genialidade acadêmica de Vieira Pinto surge precocemente. Vieira Pinto é um modelo de cientista e intelectual do terceiro mundo cuja memória fora negligenciada pelo tempo em função da radicalidade de suas posições filosóficas.

Não há nenhuma rua, nenhuma escola ou biblioteca que o homenageie; a memória de Vieira Pinto inexistente em seu berço natal. Sua obra é ainda pouco conhecida, o que torna o estudo pretendido uma nova frente de investigação quanto à possibilidade de reacender a temática desenvolvimentista.

Deseja-se com esta investigação, apresentar uma sugestão de roteiro de estudos de sua obra derradeira.

O antropólogo Darcy Ribeiro, idealizador da UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, um dos intelectuais brasileiros que reconheceu em vida o legado teórico de Vieira Pinto como iluminador de sua obra, afirmara, quanto ao ostracismo por qual passava:

(...) vive no Rio, proibido de filosofar em público, o primeiro filósofo real, de pensamento autônomo que produziu o Brasil, talvez a América Latina, o Álvaro Vieira Pinto. Mas ele será o homem cada vez mais lido pelos nossos netos, enquanto quantidades de filósofos idiotas dizem que filosofam por aí, é uma lástima (RIBEIRO, 1977: 5).

Quanto à interpretação da obra “A Sociologia dos países subdesenvolvidos” representa uma novidade para a área de Sociologia Política investigar como a Filosofia pode contribuir para as questões ligadas ao desenvolvimento nacional.

Hipoteticamente, através da análise das obras de Vieira Pinto é possível perceber a importância da tônica nacional-desenvolvimentista em seu pensamento. cremos que a obra “A sociologia dos países subdesenvolvidos” posiciona a produção acadêmica da sociologia brasileira como refém das contradições ideológicas de seu tempo se considerada a percepção do desenvolvimento nacional como processo de secularização. A obra “A sociologia dos países subdesenvolvidos”, editada postumamente dialoga com os objetos de estudo das obras de Vieira Pinto que a antecedem. A obra exerce papel preponderante em seu pensamento.

A valorização da presença da obra de Vieira Pinto está expressa na importância da atual mobilização pela reorganização de uma política de desenvolvimento sugerida pelo Estado brasileiro, em que impõe-se um modelo consensual, quase universal: o desenvolvimento sustentável.

Este modelo de desenvolvimento pressupõe o atendimento à três pré-requisitos conceituais, quer sejam: a justiça social, a eficiência energética e a prudência ecológica (Sachs, 2001). Em resumo, o desenvolvimento sustentável requer atenção à formação humana por competências relativas ao Trabalho e ao Cuidado¹⁹. A contribuição plena de toda a obra de Vieira Pinto à temática desenvolvimentista é o seu veemente chamado por acolhimento à questão da afabilidade do regime capitalista. O pensador nos adverte quanto às manobras utilizadas pelas ciências sociais no sentido de ocultar esta realidade com o intuito de triunfarem os indicadores oriundos das análises contidas na racionalidade econômica, através do método dedutivo, o que chama de “sociometria”.

Enfim, Vieira Pinto nos alerta constantemente sobre a seguinte indagação quando analisamos a necessidade e a relevância social dos projetos de desenvolvimento em curso no país, da qual os seus formuladores governamentais não deveriam se esquivar: Desenvolvimento para quem?

¹⁹ A expressão “cuidado” utilizada pelo frei Leonardo Boff (1999) no âmbito do pensamento ambiental reflete a preocupação da relação entre a humanidade e seus entornos sociais. Nesse sentido indica a convivência com os ecossistemas naturais, urbanos e midiáticos.

Coloca-se assim no âmbito deste debate que há uma contribuição – a sociológica – fundamental a ser incorporada ao refletir-se sobre a questão do desenvolvimento do país, que à luz do pensamento de Vieira Pinto, deveria assumir: “Afinal, trata-se de explicar a natureza, o funcionamento e os fenômenos da sociedade, e isto é, com eles. Não podem abrir mão desta incumbência sem se desfigurarem como “cientistas”, até desaparecerem” (VIEIRA PINTO, 2008: 54).

“A sociologia dos países subdesenvolvidos” é um ensaio, considerado pelo seu autor como sua obra derradeira. É composta por 430 páginas, recortada tematicamente em 88 itens diferenciados²⁰. As reflexões sobre os impactos socioeconômicos das práticas imperialistas estadunidenses sobre o mundo subdesenvolvido são o propósito geral da obra. O panorama político vigente em tempos de guerra fria e que influenciaram radicalmente os escritos de Vieira Pinto, pode ser incorporado às nações latinoamericanas pelas condicionantes políticas expressas por Perry Anderson (2006) no seguinte sentido:

Desde o princípio, Washington buscou dois objetivos estratégicos integralmente ligados. De um lado, os Estados Unidos decidiram tornar o mundo seguro para o capitalismo. Isso significou dar prioridade máxima a conter a União Soviética e deter a disseminação da revolução além de suas fronteiras, onde quer que isso não pudesse diretamente por em questão o espólio de guerra, como na Europa Oriental. Por outro lado, Washington decidiu garantir a primazia norte-americana incontestemente dentro do capitalismo mundial (ANDERSON, 2006: 67).

A primazia da política internacional americana, como se vê, esteve muito mais articulada aos empreendimentos da região Leste-Oeste em detrimento de atenção às demandas por desenvolvimento socioeconômico no sentido Norte-Sul. Este fenômeno das relações internacionais impulsionou algumas iniciativas de fortalecimentos dos laços internacionais entre as nações subdesenvolvidas como proposto por Lafer (1982).

²⁰ Vide relação completa no anexo I. Segundo informa o próprio autor (página 412), a obra fora organizada inicialmente em quatro capítulos: 1- da ocultação do vale de lágrimas; 2 – das origens dele; 3 – das características que o representam; 4 – da extinção desse abismo de desespero e desumanidade.

Segmentação do trabalho

Apresentamos no Capítulo II do presente trabalho alguns registros biográficos de Vieira Pinto jovem.

No Capítulo III uma contextualização histórica relativa ao ingresso de Vieira Pinto no ISEB, que antecede os escritos de “A sociologia dos países subdesenvolvidos” relativa a seu contexto socioeconômico frente aos regimes democráticos: os anos JK/JQ/JG.

No Capítulo IV do presente trabalho realizaremos a abordagem crítica do livro “A sociologia dos países subdesenvolvidos”;

O Capítulo V destina-se à discussão da contribuição de uma sociologia crítica orientada ao desenvolvimento.

Após o Capítulo V do presente trabalho apresentamos nossas considerações finais.

Capítulo II

Álvaro Vieira Pinto
Período formativo: juventude e medicina



Fig.nº1: Louis Pasteur, Oswaldo Cruz e Robert Koch. Vitrais que dão acesso ao biotério da Fundação Gafrée & Guinle, onde Vieira Pinto trabalhou por 16 anos seguidos. Acervo: Fiocruz

É por isso que se pode comparar o coração do homem a uma república em revolta, que, composta de diferentes classes e homens, encontra-se em colisão consigo mesma, dada a discórdia das tendências.

Erasmus

Álvaro Vieira Pinto

Período formativo

O panorama conjuntural brasileiro observável nos primeiros anos do século XX, segundo o quadro histórico apreciado para o presente trabalho (Calmon, 2002; Dias, 1977 e Trindade, 1979), indica a obtenção, em 1909, do maior saldo da balança comercial de sua história, equivalente a 140 milhões de libras de ouro. O feito ímpar do país, no entanto, se considerado seu retrospecto desde o Império, não condizia com um regime republicano recém-instaurado. Seu território era predominantemente governado por interesses privados a ponto de descaracterizá-lo como nação.

O Brasil fazia cumprir assim as vocações enunciadas em sua fundação, em 1500, de tratar-se de uma terra da “bem-aventurança”, lugar onde o bom sucedimento da atividade econômica sobrepunha-se aos demais (social, político)²¹. Destacava-se, próximo a completar um século de sua autonomia política, apenas o papel que inexoravelmente assumia ser: um país exportador de energia²².

Um dos graves problemas decorrentes da supremacia da área econômica sobre os demais setores da vida em sociedade refletia-se no comportamento do Estado. Não obtivera ainda uma delimitação formal entre o alcance das finanças públicas e os negócios privados. A diminuta participação da sociedade brasileira nas eleições de

²¹ O utilização da energia do trabalho humano possui uma preciosa representação social desta época. Consta dos escritos derradeiros de Machado de Assis, editados em 1906. O autor comenta uma passagem a respeito das terríveis condições existenciais propiciadas pelo regime escravocrata: “A escravidão levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais. Não cito alguns aparelhos senão por se ligarem a certo ofício. Um deles era o ferro ao pescoço, outro o ferro ao pé; havia também a máscara de folha-de-flandres. A máscara fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boca. Tinha só três buracos, dois para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado. Com o vício de beber, perdiam a tentação de furtar, porque geralmente era dos vinténs do senhor que eles tiravam com que matar a sede, e aí ficavam dois pecados extintos, e a sobriedade e a honestidade certas” (Machado de Assis, Relíquias da Casa Velha, Pai contra Mãe).

²² O volume de exportações em 1909 ultrapassou pela primeira vez na história econômica brasileira a cifra de 1 milhão de contos de réis e foi composto pela seguinte pauta: Café: 51,5%; Borracha: 27,9%; Peles e Couros: 4,4%; Algodão: 2,1%; Açúcar: 1,2%; Demais: 12,9% (fonte: Ministério do Desenvolvimento, 2015).

1906 (menos de 1%) indica os desafios que se impunham à construção de seu regime democrático.

A vigência da falta de transparência entre os interesses públicos e privados é considerada uma das heranças indesejadas do Estado Nacional português. O país ibérico havia recorrido às companhias comerciais para dar curso à frágil estrutura administrativa de seu Império colonial – disseminado pelos quatro continentes: Península Ibérica, costas leste e oeste africanas, América do Sul e Ásia – adotou medidas de compartilhamento da administração pública como ação de socorro à exploração de suas colônias. Vale lembrar que os mecanismos de gestão das Capitânicas Hereditárias na Ilha da Madeira e no Brasil e, subsequentemente o arrendamento das sesmarias necessitaram de acompanhamento administrativo possibilitado por meio da constituição de um regime burocrático considerável (Alencastro, 1998).

É possível que a frequente corrupção nas atividades do Estado com a iniciativa privada, a cultura da sonegação dos impostos e o distanciamento do povo pelas causas públicas, tenha a sua origem associada aos limites da participação democrática impostas pelo Estado colonial, imperial e republicano: em todos os regimes, nota-se a corrupção desde sua fase constitutiva. A construção da cidadania no Brasil esteve comprometida pela benevolência do Estado no trato dos negócios privados.

A estabilidade governamental esteve interposta ao risco comercial do mercado, o socorro do Estado sobrepôs-se ao empreendedorismo, o emprego público ao trabalho formal; características que se constituirão num capitalismo *sui generis* no país (Faoro, 1987).

A luta por direitos civis (saúde, educação pública) e trabalhistas (salário mínimo, previdência) da jovem República tornou-se ofuscada. A confiança e a solidariedade – sentimentos comuns que emergiram no desenvolvimento econômico europeu e que fundamentam o associativismo, foram minados, e o empreendedorismo que marcou a industrialização europeia tornou-se um objetivo a ser conquistado pelos recém-chegados imigrantes.

Portanto, a entrada do europeu introduziu uma dinâmica social inédita, permitiu a incorporação à economia brasileira de algumas de suas virtudes sociais como a confiança e a prosperidade. Entre 1881 e 1915, cerca de 31 milhões de europeus ingressaram na América, dos quais o Brasil recepcionou 3,33 milhões que chegaram a constituir 7% da população total, em 1920 (Fausto, 2000). O imigrante, ao deparar-se com as condições de trabalho insustentáveis no campo (mandonismo, violência, ausência de direitos trabalhistas e insalubridade), procurou na cidade, no comércio e na indústria seu sustento (Dias, 1977).

Sucessivas gerações de gestores públicos e intelectuais vislumbraram outro destino para a sociedade brasileira, mas não obtiveram êxito em suplantarem a missão norteadora dos países latino-americanos de “exportar o ser e importar o não ser”, na acepção de Roland Corbisier (1950) ou em exprimir *ipsis literis*, como constatou Galeano (1990), “a pobreza do homem como resultado da riqueza da terra.”

O fluxo da história demonstra que grupos políticos ligados a oligarquias rurais e extrativistas (como os do açúcar, algodão, borracha, café, cacau, mineração e pecuária) dominaram o Estado; este subordinava-se aos interesses econômicos dominantes representados principalmente por companhias de comércio exterior. Tais companhias destacavam-se pela regulação dos preços, obtidos através de estratégias privilegiadas de arbitragem cambial e protecionismo alfandegário vigente desde a condição de colônia.

Como exemplo de política agrícola comprometida, os produtores rurais possuíam a garantia de recebimento perante o Estado de preços mínimos de sua produção. Independentemente das flutuações dos preços no mercado internacional, cabia ao Governo a aquisição de estoques reguladores.

Vê-se portanto, em resumo, a história socioeconômica brasileira pautada por relações de naturezas exploratória distintas, a saber:

1 – “feudais”: externalizadas pelo imobilismo social e pela ruralização da sociedade, e

2 – mercantis: que remontam à gênese do capitalismo, em sua fase comercial.

Tal quadro analítico foi apontado por Bielschowsky (2000) e Furtado (1979) como fundamental para o entendimento das raízes socioeconômicas da condição subdesenvolvida do Brasil. Essencialmente ocorreu “concentração de renda nas fases de prosperidade e socialização das perdas nas fases de depressão” (BIELSCHOWSKY, 2000: 162).

A manutenção desta prática econômica sustentou na esfera política a estabilidade de um regime dominado pelas aristocracias rurais regionais cujas práticas ficaram consagradas como “coronelismo” em alusão às patentes de oficiais da Guarda Nacional concedidas aos grandes proprietários rurais que solidarizaram-se ao Império brasileiro para consolidação de sua unidade territorial e na Guerra do Paraguai. Os “coronéis” possuíram por longo tempo poder arbitrário (patriarcalismo, mandonismo) sob sua jurisdição, que suplantava o poder municipal. Echavarría (2000) resumiria esse jogo de poder afirmando: “Toda a história econômica, social e política da América Latina é, em boa parte, a história da consolidação e das transformações dessa unidade econômico-social [a fazenda]” (ECHAVARRÍA, 2000:423).

Associado ao “coronelismo” desenvolveram-se estreitas “relações de dependência pessoal” que influíram diretamente nas práticas democráticas da primeira república como: o voto de cabresto, o voto aberto e as constantes fraudes eleitorais para eleição dos cargos legislativos e executivos nas esferas municipal, estadual e federal. Tais práticas, em função de sua relevância, colocaram em dúvida a legitimidade do regime democrático.

A política conhecida como dos “governadores” permitiu que os chefes do executivo dos estados mais ricos (como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro) se alternassem na Presidência da República. Foram os casos de Nilo Peçanha, presidente em 1909 e ex-governador do Estado do Rio de Janeiro, Washington Luiz, ex-governador de São Paulo e presidente da República em 1926 e Afonso Penna, ex-governador de Minas Gerais e Presidente em 1906.

Para uma melhor compreensão do quadro de pouca representatividade da sociedade no regime democrático da primeira República de princípios a meados do século XX, apresentamos os seguintes indicadores das taxas de alfabetização –

exigida como pré-requisito essencial para o exercício do voto nas eleições no Brasil até 1987:

População alfabetizada no Brasil em %

1890	1920	1940	1960	1980	1987
16	25	43	60	75	80

Quadro nº 2:

Fonte: Ferraro e Kreidlow (2004)

No entanto, alguns episódios históricos contribuirão para a desestruturação do *status quo* vigente para as oligarquias rurais e dos *dealers* que controlavam o comércio exterior: a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a Revolução Russa (1917) e o *crack* da bolsa de valores de Wall Street em 1929.

Ao término da Primeira Guerra Mundial, o epicentro das relações comerciais internacionais do Brasil começava a se deslocar dos países europeus (notadamente a Inglaterra) para a América do Norte (Estados Unidos da América). A nação estadunidense tomava aos poucos, em virtude da supremacia de sua frota naval mercantil, a liderança que coubera à Inglaterra.

O café – “produto-rei” da economia na Primeira República – ao atingir em 1905 a produção de 11,5 milhões de sacas de 60 kg e a quantidade de mais de 500 milhões de pés plantados, abarcara em pouco menos de cem anos de sua implementação no Brasil, 70 % da demanda mundial pelo produto, sobressaindo-se o estado de São Paulo como maior produtor do país. Para isso, a cafeicultura esteve apoiada a partir do último quarto do século XIX num projeto de modernização política, o qual incluiu a derrubada da monarquia, a instauração de uma república composta por unidades federadas, a descentralização política e administrativa do

Estado imperial, a abolição da escravidão²³ e a vinda em massa da mão de obra do imigrante europeu.

As ideias socialistas e anarquistas chegaram ao Brasil através do capital social trazido pelos imigrantes europeus. Em São Paulo ocorreu a primeira greve geral em 1917, com a adesão de cerca de 70.000 operários (Dias, 1977).

A fundação de diversos sindicatos na periferia da capital paulista e a criação do PCB – Partido Comunista Brasileiro em 1922 sugerem a dimensão das agitações sociais decorrentes da superexploração do trabalho nas primeiras corporações industriais paulistanas. No âmbito da cultura, a novidade do pensamento ocidental que desembarca no Brasil provocara para Lafetá (2000), uma ruptura marcante quando

O “anarquismo” dos anos 20 descobre o país, desmascara a idealização mantida pela literatura representativa das oligarquias e das estruturas tradicionais, instaura uma nova visão e uma nova linguagem, muito diferentes do “ufanismo” mas ainda otimistas e pitorescas (Lafetá, 2000:29).

O tenentismo abre no mesmo ano um período de agitações sociais cujas propostas situavam-se no âmbito da ampliação dos direitos civis (voto e educação) e da conquista de direitos corporativistas de melhoria das condições do oficialato do exército.

Com a quebra da Bolsa de Valores de Wall Street, em outubro de 1929, das 28 milhões de sacas de café produzidas no Brasil, apenas 50 % foram exportadas. Nesse ano, o subsídio estatal ao café absorveu 10 % do Produto Nacional Bruto brasileiro. Não era mais possível sustentar politicamente com recursos públicos tais excedentes e o Estado tornou-se incapaz de reproduzir os mecanismos de protecionismo da cafeicultura. Era a crise.

²³ Na acepção de Machado (1997: 370), não era apenas a escravidão, pois: “Deserdados todos, não havia como fechar os olhos para a existência de libertos, do homem livre pobre, dos caipiras, dos caboclos, dos curibocas, dos tapuios, enfim de toda uma população subsidiária, a qual, de roldão com a questão escrava, cabia classificar racial e socialmente, delimitar espaços econômicos e políticos, integrar ou expelir. Assim, as elites políticas do período, ao colocarem o dedo na ferida da instituição servil, acabavam por lá encontrar muitos outros cancos a indicar que o buraco estava sempre mais embaixo.”

Esse quadro passa a sublinhar em princípios do século XX uma transição: a passagem da economia brasileira, que começava a se descolar de uma tradição advinda da condição de colônia agrícola mercantil, ao ingresso na condição de colônia industrial. Tal transição contribuiu para a germinação de fenômenos sociais tributários à industrialização do país, como: o assalariamento do trabalho, a política urbanizadora, a formação de um proletariado urbano, a expansão das classes médias (profissionais liberais, funcionários públicos, militares e a pequena burguesia).

Furtado (1979) destaca ainda que “as questões de composição de emprego, distribuição de renda e formação do mercado interno”, complementarão como quesitos históricos deste período, elementos estruturantes para o entendimento da condição subdesenvolvida brasileira.

Dentro deste panorama historiográfico que permite tais generalizações, procuraremos apresentar o nascimento e a trajetória singular de Álvaro Borges Vieira Pinto enquanto pensador e teórico dos problemas sociais enfrentados no Brasil.

Ofuscado pelas circunstâncias históricas que enfrentou, é reconhecido como um dos integrantes do grupo de intelectuais que “formulou uma estratégia de emancipação nacional com base filosófica” como afirmaria o sociólogo Luiz Werneck Vianna, um caso “extraordinário do filósofo e homem público da época, Álvaro Viera Pinto” (Werneck Vianna, 2012: 474)²⁴.

O autor dedicou-se a aspectos estruturantes da sociedade nacional como os estudos realizados sobre a consciência, a ideologia e os fundamentos filosóficos da educação no Brasil. Pelo caráter autodidata e metódico que imprimiu à sua missão de pensar a sociedade brasileira do século XX, cremos ter sido uma personagem importante para o entendimento das transformações socioeconômicas ocorridas no país neste período.

²⁴ Como reconhecimento de suas virtudes intelectuais à frente do ISEB, o professor Wanderley Guilherme dos Santos afirmara em entrevista ao CPDOC da Fundação Getúlio Vargas: “O Vieira Pinto foi o meu mestre - o meu paradigma de intelectual” (Dos Santos, 2011).

O propósito de compor uma pequena biografia do jovem Vieira Pinto é de elucidar em sua trajetória pessoal primeiramente os eventos que contribuíram para a incorporação de qualidades reconhecidas em sua existência: o nacionalismo, o autodidatismo, a preocupação com as camadas sociais humildes e a sua singular visão filosófica da história.

Vieira Pinto não possui uma biografia editada. Os eventos que pontuaram sua vida privada estão esparsos nas poucas entrevistas concedidas por ele, pelos depoimentos de intelectuais de seu convívio e em trabalhos acadêmicos publicados a partir dos anos 90, quando a sua obra passa a ser reinvestigada. O caráter reconhecidamente reservado do autor, sua diminuta família e a existência de poucas fontes documentais sobre sua vida dificultam sobremaneira um levantamento biográfico. No entanto, é possível delinear sua trajetória intelectual a partir das instituições que frequentou, as influências pessoais dos intelectuais com que conviveu.

Procuramos compreender também razão para algumas metamorfoses observadas em sua vida. Vieira Pinto desde jovem participou e teve vida ativa em movimentos intelectuais e sociais que ajudam a compreender a sua trajetória, bem como a proximidade com intelectuais como Alceu Amoroso Lima, San Thiago Dantas, Vinícius de Moraes e José Américo da Motta Pessanha.

Em resumo, transigiu da ação católica para o Integralismo e deste para o existencialismo e finalmente incorporou-se ao ideário socialista.

O jovem Vieira Pinto

Filho de Carlos Maia Vieira Pinto e Arminha Borges Vieira Pinto, comerciantes que representavam no Brasil as vendas de máquinas de costura Singer, Álvaro Borges Vieira Pinto nasceu em Campos dos Goytacazes – RJ, em 11 de novembro de 1909²⁵. Seus pais realizaram investimentos pessoais no sentido de

²⁵ Conforme fonte do CPDOC – Centro de pesquisa e documentação histórica da Fundação Getúlio Vargas. Consulta em: [www.http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/alvaro_vieira_pinto](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/alvaro_vieira_pinto).

popularizar o uso das máquinas de costura domésticas trazendo para isso da Europa diversos técnicos da indústria (Fáveri, 2012:33).

A região de Campos dos Goytacazes possuía naquele momento duas grandes unidades fabris têxteis²⁶. Era considerada uma das dez cidades de maior população no Brasil, com 120.000 habitantes. Estavam em pleno funcionamento 27 usinas de açúcar que arregimentavam o trabalho de 30 % de sua população economicamente ativa (Pereira Pinto, 1995).

No início do século, Campos constituía-se como maior produtor municipal de açúcar do Brasil com 400.000 mil sacos de 60 kg anuais. A cidade possuía diversos vultos da cultura nacional e da política como o abolicionista José do Patrocínio, o historiador Alberto Lamego, o teatrólogo Múcio da Paixão, o Engenheiro Sanitarista Saturnino de Brito e o presidente da República Nilo Peçanha.

Durante a sua primeira infância, Vieira Pinto deslocou-se para a capital da República, a cidade do Rio de Janeiro, onde em companhia de seus irmãos Ernani, Arnaldo e Laura realizou os estudos do ensino básico no Colégio jesuíta Santo Inácio²⁷. Nesta instituição Vieira Pinto afirma ter aprendido os idiomas estrangeiros inglês, francês e o latim. Durante um ano aprofundou sua iniciação filosófica tendo por base a tradição tomista (Vieira Pinto, 2001:14).

As práticas musicais ocupavam lugar de destaque na tradição pedagógica Inacyana (Castagna, 1997: 257). Acredita-se que Vieira Pinto tenha incorporado as virtudes musicais, que reconhecidamente possuía ao violino, obtendo-as a partir da sua experiência no ensino jesuítico.

É a partir de sua preparação aos vestibulares da Faculdade Nacional de Medicina em 1925 que Vieira Pinto terá oportunidade de provar diversas experiências intelectuais no âmbito do nacionalismo, quais sejam: A Semana de Arte Moderna; as ciências biomédicas no Brasil, a Juventude Católica e o Integralismo.

²⁶ Refiro-me à tecelagem da Lapa, conhecida como “A Campista” do usineiro Francisco Saturnino Braga e à tecelagem de Miracema conhecida como “Fiação e Tecelagem São Martino”.

²⁷ Segundo Vieira Pinto (2001:12), os exames para promoção de série do colégio Santo Inácio eram realizados anualmente no Colégio Pedro II.

A Semana de Arte Moderna

Plínio Sussekind Rocha, Almeida Salles e Roberto de Freitas²⁸ foram alguns dos intelectuais que haviam participado da Semana de Arte Moderna (1922) e que Vieira Pinto reconheceu ter estabelecido contatos em São Paulo. A intenção premente do movimento era denunciar as mazelas do Brasil arcaico e a falta de expectativas de modernização da sociedade. O fazer cultural nacional marcado pelo mimetismo das artes e ciências europeias era considerado pelos modernistas como fundamentos ultrapassados.

Para Vieira Pinto, não foi difícil captar o espírito do Movimento, pois reconhece que

(...) em São Paulo estudei muito e fiz relações com alguns intelectuais que naquele tempo estavam saindo da agitação do período da Semana de Arte Moderna. Eu já os peguei quando eles se reuniam todas as semanas, todas as noites, todos os dias quase, no café do Largo do Ouvidor, se não me engano, em São Paulo (VIEIRA PINTO, 2001: 12-13).

O movimento fluiu segundo Lafetá (2000: 24) sustentado basicamente em duas divisões:

- a) uma artística, de ordem estética – inspirada em cultura popular e primitiva, e que divide-se segundo Amoroso Lima (1979) nas vertentes: “*primitivista* de Oswald de Andrade e Alcântara Machado; *dinamista* de Graça Aranha, Ronald de Carvalho e Guilherme de Almeida; *mística* de Tasso Silveira, Andrade Muricy, Murilo de Araújo e Cecília Meirelles e a *nacionalista* de Menotti del Picchia, Plínio Salgado, Cassiano Ricardo e outros” .
- b) outra de natureza ideológica (fundamentada na burguesia e suas origens no Brasil arcaico). Esta persistiu por longa data, influenciou outros

²⁸ Segundo artigo de Roland Corbisier (1987), intitulado “A morte de um sábio” em homenagem a Álvaro Vieira Pinto (por motivo de seu falecimento foi publicado no Jornal do Brasil, em julho de 1987).

movimentos sociais como o Integralismo (Plínio Salgado) e a Revolução Constitucionalista de 1932, em São Paulo.

No entanto as duas vertentes convergiam para uma questão comum aos modernistas de 1922: o nacionalismo (Trindade, 1979: 44). O recurso às raízes nacionais propiciou o surgimento de manifestações/etimologias internas ao movimento modernista de caráter nativista, como o Manifesto Antropofágico, a poesia Pau Brasil, o Verdeamarelismo e A Anta.

A vertente ideológica dos modernistas prosperou por maior tempo. O país ingressara ao final dos anos 20 numa série de manifestações sociais de caráter ideológico, dos quais os modernistas tiveram papel importante como a Revolução Constitucionalista de 32, o Integralismo e a Intentona Comunista de 1935. A Semana de Arte Moderna foi um rumor, um anúncio de uma intensa jornada de agitações político sociais que movimentaram a sociedade brasileira.

Quadro nº3

Vieira Pinto: formação acadêmica & quadro ideológico (1909-48)

1909	1916-1922	1925-1931	1932-1948	1939-1948
1	2	3	4	5
1 – Nascimento 2 - Santo Inácio 3 – Fac. Medicina 4 - Gaffrée, Guinle 5 – FNF <i>i</i>				
<div style="display: flex; align-items: center;"> <div style="width: 20px; height: 15px; background-color: #00b0f0; margin-right: 5px;"></div> Ação católica </div> <div style="display: flex; align-items: center; margin-top: 5px;"> <div style="width: 20px; height: 15px; background-color: #ffff00; margin-right: 5px;"></div> Modernismo </div> <div style="display: flex; align-items: center; margin-top: 5px;"> <div style="width: 20px; height: 15px; background-color: #4b7a3d; margin-right: 5px;"></div> Integralismo </div> <div style="display: flex; align-items: center; margin-top: 5px;"> <div style="width: 20px; height: 15px; background-color: #667788; margin-right: 5px;"></div> Existencialismo </div>				

O cenário das ciências biomédicas no Brasil

Após a conclusão do ensino médio no Colégio Santo Ignácio, Álvaro Vieira Pinto, então com 13 anos de idade, prepara-se durante um ano em São Paulo para os exames da Faculdade Nacional de Medicina. Sobre o período (1922) o pensador declara:

Foi um ano importante, porque foi um ano de formação literária e filosófica. Muito moço, com 14 anos, foi quando vim para o Rio de Janeiro, fazer o concurso vestibular para a Faculdade Nacional de Medicina. Passei em penúltimo lugar na turma e depois fui ser um dos primeiros, porque eu não tinha formação nenhuma preparatória para aquele concurso (VIEIRA PINTO, 2001: 12-13).

Vieira Pinto ingressou na faculdade de medicina em 1925, quando esta ciência passava por alguns movimentos de consolidação de seu papel de pioneira no campo de pesquisas científicas em ciências naturais no Brasil com a concorrência de diversos institutos de pesquisa.

Benchimol (2000), destaca que fenômenos marcantes haviam transformado a medicina brasileira em núcleo da fisiologia laboratorial, integrando o conhecimento das ciências naturais como a química e a biologia. A experiência de Vieira Pinto nos laboratórios da Fundação Gafrée & Guinle ocorre quando a medicina no Brasil já havia conquistado um amplo espaço social, fruto de um caminho pontuado pelos seguintes eventos:

- a) a “institucionalização das ciências biomédicas” nas décadas de 10 e 20;
- b) a “entronização da medicina pasteuriana” que procurou “subjugar” as epidemias infecciosas através de uma verdadeira revolução científica, e
- c) a “medicalização” dos laços sociais (BENCHIMOL, 2000: 948).

O campo de atuação da Medicina contou com a colaboração das novidades sociais trazidas ao país pela imigração europeia fruto da intensificação das atividades econômicas cuja vigência acarretou uma série de medidas profiláticas e higienistas para enfrentar o estado de epidemias infecto-contagiosas (tuberculose, varíola, sífilis) de “doenças pestilenciais que grassavam nos portos, prejudicando a circulação de mercadorias, força de trabalho e capitais” (Benchimol, 2000: 949).

A difusão midiática alarmante dessas endemias nos periódicos da época, como “O jornal (RJ)”, “O correio da manhã” e “O Estado de S. Paulo” produziram um efeito social imediato: os sentimentos nativista e xenófobo que acarretaram posturas anti-imperialistas. A população identificou no elemento estrangeiro a causa dos transtornos que as epidemias provocavam na vida cotidiana da capital federal.

O primeiro passo governamental importante no sentido de combater as causas das endemias, um marco das questões médicas brasileiras, foi a inauguração em 1888 na cidade do Rio de Janeiro, do Instituto Pasteur. A partir de contato pessoal do imperador D. Pedro II com o próprio cientista Louis Pasteur em Paris foi criada uma instituição dedicada às pesquisas laboratoriais.

A perspectiva pasteuriana de identificação das doenças infecto contagiosas – através da análise bacteriológica das doenças – foi determinante para reformas no âmbito da formação dos profissionais de medicina, do atendimento clínico e higienizador da medicina e impôs uma série de medidas legislativas, urbanas, arquitetônicas e profiláticas para o combate aos germens das doenças identificadas. Vieira Pinto conviveu proximamente ao empoderamento da profissão de médico e a expansão do campo da medicina na cidade do Rio de Janeiro.

Sob a influência das recém-descobertas científicas de Louis Pasteur, o Brasil teve em Oswaldo Cruz o médico e cientista de maior notoriedade. Ele comandou a reforma urbana da capital da República, marcada por uma série de obras e intervenções que culminaram numa campanha de vacinação obrigatória. O clima de desconfiança popular perante a natureza científica (bacteriológica) das doenças contagiosas em contraposição à cultura médica tradicional de apontar para outras causas como os “miasmas” provocou perturbações sociais que redundaram na Revolta da Vacina (1908).

Mas Oswaldo Cruz desfrutava de muito prestígio nas ciências médicas. Fora premiado com a medalha de ouro em Berlim no XIV Congresso Internacional de Higiene e Demografia por suas pesquisas sobre a febre amarela; organizou ainda e instaurou o Instituto Soroterápico de Manguinhos em 1906, responsável por pesquisas, assistência e fabricação de medicamentos e vacinas.

A peste bubônica, que desembarcara no porto de Santos, em 1899, fez surgirem novos institutos de pesquisa: Os Institutos Butantã e Adolfo Lutz em São Paulo. Destacavam-se em princípios do século em razão de suas pesquisas: Carlos Chagas, Vital Brazil e Álvaro Osório de Almeida (a quem o Presidente da República Rodrigues Alves encarregara de promover uma parcela significativa do saneamento da cidade do Rio de Janeiro juntamente ao interventor Pereira Passos). As pesquisas laboratoriais destes Institutos especializaram-se na identificação microscópica de doenças tropicais, como impaludismo, filariose, beribéri, ancilostomíase e disenteria.

Em 1927 são criadas duas instituições de assistência hospitalar ligadas aos empresários Gaffrée & Guinle na cidade do Rio de Janeiro: um hospital dedicado às doenças venéreas, notadamente a sífilis e um instituto de pesquisa responsável pela investigação e tratamento ambulatorial de doenças degenerativas: a hanseníase e a neoplasia.

O instituto de pesquisa foi entregue ao médico Álvaro Osório de Almeida tendo como assistente o jovem médico Álvaro Vieira Pinto (Sanglard, 2007). Sobre o trabalho no instituto Vieira Pinto, afirma,

Voltei para o Rio e aqui com o apoio de um amigo que me apresentou ao Álvaro Osório de Almeida, que naquele tempo estava com grande fama, porque estava fazendo pesquisas sobre o câncer, e trabalhos submetendo pacientes a pressões atmosféricas elevadas, com câmaras especiais.

O status do campo médico conheceu a sua consagração quando de 30 de junho a 7 de julho de 1929, é realizado no Rio de Janeiro, para celebrar o centenário da Academia Nacional de Medicina, dirigida por Roquette Pinto, o I Congresso Americano de Eugenia. A abertura dos trabalhos contou com uma série de autoridades tendo por liderança o presidente da República Washington Luiz.

A presidência da seção de Antropologia foi entregue ao médico Álvaro Osório de Almeida. Os estudos de eugenia no Brasil estiveram implicados conforme se depara pela análise dos anais do Congresso com questões de caráter étnico e identitário. Muitos dos palestrantes, como Oliveira Vianna, exprimiam o desejo de discutir a relação entre atraso e formação étnica da sociedade brasileira.

Com o título “A raça no ponto de vista antropológico e no ponto de vista sociológico”, Oliveira Vianna demonstrava ser representante de uma camada significativa da população que ainda não despertara para os motivos geopolíticos e socioeconômicos do parco desenvolvimento brasileiro.

Um dos focos de discordância da realização do evento de eugenia residia no pensamento católico. Para o presidente da Ação Católica no Brasil, Alceu Amoroso Lima, o Tristão de Athayde, a eugenia assim como outras expressões do pensamento científico haviam se tornado “materialistas” em contraposição à “verdade” católica.

Na ocasião, o Tristão de Athayde, afirmara em sua coluna semanal no periódico “O jornal”²⁹,

O que eu desejo portanto acentuar é que, em todos os eugenistas modernos que procuram ter do problema uma visão não apenas médica ou política, mas filosófica, o que encontramos é a eugenia não mais como ciência, mas como religião. Já não mais o estudo da eugenia, há o culto da eugenia.

Vieira Pinto permaneceu na Fundação Gafrée & Guinle até 1948. Neste período realizou pesquisas, prestou atendimento ambulatorial, publicou nove artigos sobre a realidade das ciências naturais no Brasil. Expressou a necessidade do sentimento nativista para o profissional médico-cientista,

A pesquisa científica é uma forma das mais elevadas e fecundas de servir o Brasil. Os homens de ciência devem ser cercados daquele carinho e daquele estímulo que lhe permitam realizar no recolhimento dos seus laboratórios, o que deles espera a técnica para transformar em riqueza os nossos potenciais econômicos.

Sua saída deveu-se a dois motivos: a discordância quanto à privatização dos laboratórios da Fundação e a seu ingresso como professor catedrático da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), como o autor mesmo reconhece:

Na França fiquei quase um ano estudando (1949); aí eu já tinha em mente o tema da minha tese, para defesa da cátedra na Faculdade de Filosofia na volta. Foi a tese sobre a cosmologia de

²⁹ Fonte: “O jornal”, acesso em 03/02/2015, endereço: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=110523_02&pasta=ano%20192&pesq=Limites%20da%20eugenia

Platão. Dei duas conferências sobre essa tese lá em Paris que foi discutida, muito comentada. Recolhi o material e com isso fiz meu trabalho aqui no Brasil para apresentá-lo na Faculdade. Afinal fui aprovado e nomeado para a Faculdade de Filosofia. Logo depois terminou o meu trabalho no laboratório de Biologia, porque o laboratório foi transformado em instituição privada, com o que não concordei (VIEIRA PINTO, 2001:14).

Vieira Pinto iria se reencontrar com as ciências médicas em seu exílio no Chile. Trabalhou na Escola Nacional de Saúde daquele país por três anos, atuou na formação de médicos latino-americanos. Suas aulas foram editadas e transformadas em dois livros: “Ciência e Existência” e “Sete Lições para Educação de Adultos”. Embora tenha ingressado como professor catedrático de Filosofia em 1949, Vieira fora aprovado onze anos antes, em 1938, como professor adjunto da disciplina de lógica na Universidade do Distrito Federal. Neste mesmo certame foram aprovados Cândido Portinari e Sergio Buarque de Holanda. Portanto, o trabalho no laboratório foi por dez anos concomitante ao de professor docente.

Participou ainda como estudante dos movimentos da J.U.C. - Juventude Universitária Católica e da A.I.B. – Ação Integralista Brasileira (anos 30).

A reação católica

Por influência da ação apostólica de dom Sebastião Leme, arcebispo do Rio de Janeiro, o jornalista Jackson Figueiredo funda em 1922 o Centro Dom Vital, cujo objetivo era cultivar o conhecimento do cristianismo para um público leigo. O jornalista dirigiu também a revista “A Ordem”, periódico católico de grande circulação na cidade do Rio de Janeiro.

Devido a sua morte prematura, aos 37 anos, a direção do Centro Dom Vital é confiada à Alceu Amoroso Lima que, a partir de 1935, acumula as funções de dirigente da ACB - Ação Católica no Brasil, instituição que acumulou inúmeros legados sociopolíticos se considerarmos a sua missão evangelizadora e criadora de diversas instituições importantes para a militância de leigos e a instauração de uma escola de pensamento filosófico.

Antecedentes

Sob o pontificado do papa Pio XI – que ficara conhecido como o papa da ação católica – o movimento no Brasil buscou observar o caráter de “reação espiritual” perante a emergência de ideias anticlericais na Europa, como as de corte socialista, totalitário e liberal que se difundiram no continente e, posteriormente, no Brasil, após o término da Primeira Guerra Mundial (Souza, 2006). Para a consecução dessa “reação” foram organizados movimentos missionários com o caráter de “ativismo”. Tinham por finalidade atrair integrantes leigos para a Igreja.

A ACB institucionalizou-se e deu origem a uma organização superior e exclusiva do Brasil, a CNBB – Confederação Nacional dos Bispos Brasileiros, fundada em 1950 por iniciativa de Dom Hélder Câmara e que revelou-se uma poderosa organização de ideias progressistas no país. A CNBB pode ser considerada o embrião das organizações pastorais em atuação no Brasil nos anos 60 e 70.

O nacionalismo, a militância social e o apego à filosofia podem ser consideradas as influências resultantes da participação de Vieira Pinto no catolicismo iniciado por influência de Tristão de Athayde – Alceu Amoroso Lima. Este escritor e crítico literário era um dos principais articulistas da imprensa brasileira e através dele Álvaro Vieira Pinto ingressou como jovem numa das artérias da Ação Católica no Brasil: a Juventude Universitária Católica. Uma das influências inseparáveis do pensamento católico brasileiro deste período era a crença na recristianização da sociedade, cujo fundamento último era o nacionalismo. Para Tristão de Athayde (1929) importavam os seguintes aspectos:

1 – a formação nacional esteve associada ao catolicismo superando desta forma as questões de natureza identitária. Para Tristão, o catolicismo havia nos dado a “coesão nacional” e estabelecido laços sociais e uma comunidade sobrenatural;

2 – O inegável caráter de respeito à “maioria” que continha a população católica e a iniciativa de combater o ingresso no Brasil das ciências naturalistas (laicas) como o evolucionismo, o socialismo e o liberalismo.

Álvaro Vieira Pinto ocupou o posto de vice-presidente da AUC – Ação Universitária Católica, uma das ramificações mais atuantes da ACB. A força política da instituição universitária pode ser medida nas eleições legislativas de 1934. Plínio Correa de Oliveira, presidente da AUC, foi eleito o deputado federal mais votado numa eleição do Brasil até então, obtendo mais de 24.000 votos.

A AUC possui também um imenso legado na formação política no Brasil: a esquerda católica. A instituição participou ativamente da gestão da UNE – União Nacional dos Estudantes. Aldo Arantes (PUC – RJ), José Serra (Escola Politécnica - USP) e Herbert de Souza (UFMG) são alguns integrantes da AUC que exerceram cargos de comando na UNE no início dos anos 60, afastando da direção da entidade membros do PCB – Partido Comunista Brasileiro que ali haviam se instalado desde sua fundação em 1956.

A partir dos anos 60 a AUC lança os embriões da AP – Ação Popular³⁰, organização que desvencilha-se da UNE para situar-se mais à esquerda e tornar-se de inspiração maoísta. A UNE esteve associada ao ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros neste período sob a gestão de Álvaro Vieira Pinto. O pensador realizou como autor a publicação do primeiro livro editado pela UNE: “A questão da Universidade”, em 1961.

³⁰ Segundo o relato de Souza (2006), “Em 1966, a AP optou pela luta armada e pelo foquismo, em Congresso realizado no Uruguai, passou a publicar o jornal “Revolução”. Em 1968, para evitar outros “rachas”, a AP elaborou o documento “Seis Pontos de Luta Interna”, procurando consenso entre as Correntes 1 e 2. De inspiração maoísta:
“o 1º ponto caracterizava o pensamento de Mao como a 3ª etapa da revolução marxista;
o 2º ponto descrevia a sociedade brasileira como semicolonial e semifeudal;
o 3º definia o caráter da revolução como nacional e democrática;
o 4º fazia a opção pela guerra popular como forma de luta;
o 5º referia-se aos partidos comunistas, considerando que o PCB se havia ‘contaminado pelo revisionismo’ e que o PC do B era um novo partido e não o continuador do PC fundado em 1922; finalmente o
6º ponto propunha a integração dos militantes à produção (isto é, que deixassem suas profissões e passassem a trabalhar e viver como operários e camponeses)” (SOUZA, 2006:50).

O Integralismo

O manifesto da Ação Integralista Brasileira (AIB) foi lançado oficialmente por autoria de Plínio Salgado em 1932 e a característica geral do movimento era de princípio anti-socialista e fascista. Duas figuras importantes da formação de Álvaro Vieira Pinto ocupavam posições estratégicas no movimento: Roland Corbisier, intelectual que o levou ao ISEB e San Thiago Dantas, amigo a quem Vieira Pinto dedicara sua tese de doutoramento.

O Integralismo pode ser considerado o primeiro movimento organizado de abrangência nacional das massas no Brasil. Atingiu a marca histórica de 500 mil integrantes. O anseio por transformações sociais atraiu para o movimento integralista expressivas parcelas das classes médias e da jovem intelectualidade brasileira.

De inspiração fascista, embora possuísse características eminentemente brasileiras, para Cruz Costa (1979), o movimento assinala a princípio um marco histórico,

A revolução de outubro de 1930 foi a nossa encruzilhada de vários caminhos: abriram-se os da direita e os da esquerda, convindo não esquecer também os do meio...- pelos quais embarafustaram sem muito conhecimento os mais diversos grupos. Nunca se ouviu, como nessa época, falar tanto da realidade brasileira, aliás muito pouco conhecida...(CRUZ COSTA, 1979:22).

O estilo marcante deste movimento social foi a presença de uma “socialização ideológica”, expressas: no símbolo do movimento o Sigma, letra grega que simboliza “a integração de todas as forças sociais do país na suprema expressão da nacionalidade” (Trindade,1979: 188); na saudação entre seus integrantes, que ocorre com o braço direito estendido e a exclamação do brado Anauê: (na língua tupi: você é meu parente); no uniforme verde; nas grandes marchas disciplinadas que invadiram as ruas do país.

A preocupação que marcará profundamente uma geração de intelectuais que trabalhou no ISEB, o nacionalismo, estaria situado na acepção de Arraes (2008),

No plano ideológico, a burguesia nacional expressava-se em uma linguagem que se referia a todo um corpo doutrinário imutável

para combater a dominação estrangeira e promover os verdadeiros interesses do país. O nacionalismo transformou-se numa arma ideológica da burguesia industrial brasileira que se encontrava em plena expansão econômica e ascensão política. Havia surgido com o primeiro governo Vargas; o movimento integralista de tendência abertamente fascista havia tentado tornar-se um sistema doutrinário coerente; o grupo de intelectuais, a maioria de origem integralista, que mais tarde fundou o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), forneceu sua base teórica definitiva (ARRAES:2008: 176,177).

Um dos motivos da extinção da AIB ocorreu por conta de um episódio trágico na cidade natal de Álvaro Vieira Pinto³¹. O conhecido massacre dos integralistas em agosto de 1937. Durante um comício para as eleições presidenciais que se aproximavam 16 pessoas foram alvejadas por disparos, com a ocorrência de 13 mortes.

O reconhecimento público de Plínio Salgado de sua participação na arquitetura do Plano Cohen, que determinou o cancelamento das eleições presidenciais previstas para 1938 e iniciou o Estado Novo, também pode ser vista como uma das causas do enfraquecimento da AIB.

Mas, o fator preponderante para o fim do movimento ocorreu em maio de 1938 quando a cúpula do movimento desferiu o levante integralista com o desejo de interromper o mandato de Getúlio Vargas, através da invasão do Palácio do Catete.

A participação de Vieira Pinto em movimentos socioculturais que se iniciam com a Semana de Arte Moderna, amplia-se com sua integração ao cenário influente das ciências biomédicas no Brasil, radicaliza-se com sua participação na Juventude Universitária Católica e na Ação Integralista, não podem ser desprezados como envolvimento pessoais importantes em sua formação e preponderantes ao analisarmos o caráter nacionalista que orientou os seus escritos.

³¹Vieira Pinto ingressou em 8 de outubro de 1934 na província nº 1985 da AIB – Ação Integralista Brasileira.

Capítulo III

Política e sociedade



Fig.nº02: Vieira Pinto e Mariza Urban
(Acervo pessoal Prof. José Ernesto De Fáveri)

*Não almejar nem os que passaram nem os que virão.
Importa ser de seu próprio tempo.*

Karl Jaspers

Política e sociedade: o subdesenvolvimento

O que é desenvolvimento?

Desenvolvimento e crescimento são sinônimos?

Ao desenvolvimento de um país basta apenas progresso econômico?

O subdesenvolvimento é um estágio para alcançar-se o desenvolvimento?

As imagens do subdesenvolvimento: moradia precária, desnutrição, trabalho informal, rebelião em presídios, poluição e violência são determinantes para sua caracterização?

Os indicadores socioeconômicos usuais (PIB – produto interno bruto, renda *per capita*, inflação, analfabetismo, mortalidade infantil e longevidade) são os únicos instrumentos fidedignos para avaliar o desenvolvimento e o subdesenvolvimento de um país?

As naturezas do desenvolvimento e do subdesenvolvimento se revelam integralmente?

Quem deve liderar o desenvolvimento de um país: a elite, o Estado ou a sociedade civil organizada?

O subdesenvolvimento é uma condição interna do desenvolvimento?

A atividade industrial deve ser a base do desenvolvimento?

Recursos minerais estratégicos devem ser explorados por monopólios estatais para assegurar o desenvolvimento?

As ciências sociais aplicadas, como a Economia, devem orientar, com exclusividade, as políticas de governo quanto ao desenvolvimento?

É justo abrir mão do regime democrático para efetivar-se o desenvolvimento?

Que contribuições teóricas a Sociologia possui para o entendimento da condição subdesenvolvida?

Há Sociologia nos países subdesenvolvidos?

O passado colonial de um país acrescenta obstáculos adicionais para alçar-se ao desenvolvimento?

A influência cultural estrangeira na formulação teórica das ciências sociais brasileiras corrompe os interesses nacionais?

Esta série de indagações produzidas acerca do desenvolvimento e do subdesenvolvimento refletem uma preocupação presente no ideário social brasileiro, quando, a partir dos anos 50, a construção de um modelo nacional desenvolvimentista marca o início de um período ideológico do desenvolvimentismo. O teor dessas preocupações pode ser facilmente identificável nos instrumentos de circulação das idéias como discursos, filmes, peças teatrais, livros, artigos e editoriais dos periódicos de época³² que buscavam situar literalmente o público leitor em relação à pluralidade de significados e discursos orientadores sobre as mais relevantes questões nacionais.

Durante meio século (dos anos 30 aos anos 80), o Brasil atravessou uma série de experiências políticas como golpes e contragolpes civis e militares, ditadura sindical, democracia presidencialista, parlamentarismo e ditadura militar³³, todas delimitadas pela expectativa da sociedade de alcançar o rol de nações consideradas desenvolvidas. Passado mais de um século após a Independência, a esperança alimentou, em plena Segunda Guerra Mundial, a proposição épica de Stefan Zweig (2000) ao declarar as potencialidades do Brasil como “um país do futuro”.

Um breve histórico do desenvolvimento brasileiro:

³² Nesse sentido, foram editados os seguintes títulos (ano de edição): A revolução brasileira (Prado Jr., 1966); Desenvolvimento e subdesenvolvimento (Furtado, 1961); Sociedade de classes e subdesenvolvimento (Fernandes, 1968); Ideologia e desenvolvimento nacional (Vieira Pinto, 1956); A sociologia dos países subdesenvolvidos (Vieira Pinto, 2008); Geografia da fome (Castro, 1961); Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas (Myrdal, 1960), São Paulo S.A.(Person, 1965) ; O pagador de promessas (Duarte, 1962); Teatro do oprimido (Boal,1971), Terra em transe (Rocha, 1967); Vanguarda e subdesenvolvimento (Gullar, 1969); Aspectos do subdesenvolvimento no Brasil e no mundo (Netto, 1964) e Alegorias do subdesenvolvimento (Xavier, 1993), entre outros.

³³ Para o historiador Jacob Gorender (2004: 10), o regime de 64 é a primeira ditadura militar da história brasileira; anteriormente houve militares-presidentes. O fato dos indicados ao cargo máximo do executivo serem escolhidos por uma junta das três forças militares confere ao regime a categoria de ditadura militar. Original, a ditadura militar brasileira diferenciou-se das demais latinoamericanas pelo rodízio realizado pelos cinco generais que presidiram o país de 64 a 85, no intuito de conferir ares democráticos ao regime. A figura do ditador foi legitimada por poderes arbitrários (inclusive a suspensão do direito jurisprudencial consagrado ao *habeas corpus*).

Os debates temáticos acerca da possibilidade do Brasil tornar-se um “país do futuro” intensificaram-se à medida que o país democratizou-se nos anos 50, com a ocorrência das eleições diretas dos Presidentes Getúlio Vargas (1950), Juscelino Kubtschek (1956), Jânio Quadros e João Goulart (1960). Na época da última ditadura militar (1964-1985), vigorou a imposição de um programa austero de desenvolvimento conduzido primordialmente por uma equipe econômica baseada em política monetária rígida e lastro ideológico da segurança nacional.

Os termos desenvolvimento e subdesenvolvimento abrangem uma série de conceitos que ao longo da história do último século produziram práticas e resultados econômicos imprecisos, e, no caso de muitos intérpretes dessa temática, sua consagração ou infortúnio. A busca pelo desenvolvimento, em sociedades cuja industrialização foi tardia, exigiu delas uma série de esforços de Estado no sentido de utilizar-se do atraso, para, através de programas específicos promover saltos qualitativos na esfera produtiva e alcançar os padrões daquelas nações consideradas adiantadas. No caso brasileiro, muitos intérpretes de nossa realidade valeram-se de análises baseadas em retrospectivas históricas e dados socioeconômicos comparativos entre a trajetória nacional e a estadunidense, como no estudo consagrado de Vianna Moog (1983).

Se considerarmos o desenvolvimento brasileiro tão somente sob a análise do viés economicista, os dados formais indicam que “Nos cem anos entre 1800 e 1900, o que era possivelmente a maior economia das Américas...transformou-se na economia de um país que tinha um PIB de cerca de um décimo dos Estados Unidos.” (Caldeira, 1999), razão que confirma o déficit socioeconômico produzido pela pífia industrialização do século XIX no Brasil.

Os padrões econômicos de desenvolvimento ficaram consagrados a partir de uma perspectiva cultural eurocêntrica hegemônica e foram difundidos massivamente por novos instrumentos ideológicos mais eficientes, como o cinema e a televisão, que naturalizaram os novos modos e aparatos de vida das famílias médias, em que destacavam-se a alta renda, o automóvel, a casa bem decorada e a alimentação abundante, visão contrastante da grande maioria das famílias dos países considerados subdesenvolvidos, representados na perspectiva cinemanovista pela aridez de

alimentação e utensílios³⁴. Nessa luta por representação, a face mais rica do mundo obteve larga expressividade no interior da cultura popular dos países subdesenvolvidos³⁵.

No horizonte geopolítico do pós-guerra surge uma rígida hierarquia sobre os níveis qualitativos de desenvolvimento das nações. Como consequência direta desta ordem, ocorre o aparecimento de terminologias para representarem o escalonamento socioeconômico de Estados num *ranking* localizador de sua posição (1º ao 200º). Através de publicações orientadas, organismos internacionais e institutos de pesquisa social consolidam terminologias polissêmicas.

Os estados ficam então organizados em uma escala temporal progressiva, como por exemplo: pré-capitalistas, capitalistas avançadas; em desenvolvimento, subdesenvolvidas e superdesenvolvidas; emergentes e superpotências, países ricos, pobres, atrasados; “países em via de desenvolvimento”; “áreas marginais”; “regiões carentes de estímulos internos”; “países assistidos pela ajuda técnica”; “povos em descompensada aceleração do crescimento demográfico com relação aos recursos disponíveis a prazo curto”³⁶. A epistemologia das ciências sociais também utilizou-se da hierarquia dessas relações para encaminhar a sua produção teórica. O principal desafio dessas construções teóricas foi respeitar simultaneamente o caráter universal da ciência a partir de interesses nacionais antagônicos

As terminologias acima marcaram também as várias facetas do imperialismo³⁷ a que os países subdesenvolvidos foram subjugados e adaptados, ao longo do século

³⁴ Essa foi a tônica do cinemanovismo brasileiro e a estética da fome, ao mostrar a caatinga (em “Deus e o Diabo na Terra do Sol – de Glauber Rocha ou “Vidas Secas” – de Nelson Pereira dos Santos). Para o crítico de cinema Sérgio Augusto (1970) “(...) os filmes do Cinema Novo, em geral, impuseram abruptamente, um corte vertical entre os objetos (coisas, pessoas) e seu contexto tradicional de representação...e desrespeitaram os valores normativos de cultura e criação canonizados pelos filmes brasileiros concebidos pelo diapasão hollywoodiano. A inestimável missão do CN [cinema novo] foi, e continua sendo, um esforço de descolonização cultural.” Na opinião de Glauber Rocha, “a fome latinoamericana não é apenas um sintoma alarmante, é o nervo de sua própria existência (Rocha, 1992).

³⁵ Um ponto de vista teórico mais abrangente pode ser obtido através dos estudos de Ella Shohat e Robert Stam (2006).

³⁶ Cito aqui as referências críticas (entre aspas) ao termo e seus “encobrimentos léxicos”, realizadas pelo professor Álvaro Vieira Pinto (2008:233)

³⁷ Considerando-se nesse sentido as caracterizações faseológicas da ação imperialista no Brasil definidas por Bresser Pereira (2004:26).

XX, a partir dos objetivos traçados por organismos internacionais como ONU – Organização das Nações Unidas, FMI – Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Através da análise das relações internacionais é possível detectar que as mesmas apresentaram episodicamente uma fisionomia perversa para os países subdesenvolvidos. Com a intensificação das atividades do capitalismo financeiro e a sua atuação em mercados financeiras mundiais, a importação das crises financeiras passaram a ser mais frequentes e onerosas para os países subdesenvolvidos (BRESSER PEREIRA, 2004: 27).

As metas econômicas e fiscais traçadas por tais organismos supranacionais nortearam a política econômica dos países subdesenvolvidos, nos anos 70, 80 e 90, marcadas pela crise da dívida, crise do petróleo e reformas a partir da desestatização (Consenso de Washington).

Em que pese a sua posição nada favorável em tal ordem internacional vigente, acredita-se que o surgimento de um discurso desenvolvimentista motivou-se por necessidade urgente de uma justificativa política e ações de Estado relativa a esse cenário. Tal discurso, acredita-se, pode ter atuado também, no Brasil, como um instrumento para obscurecer a realidade social, sendo utilizado como gênero discursivo que depositava todas as suas perspectivas não nas realizações políticas, mas, num futuro que não realizou-se a contento³⁸. Foi uma fantasia disseminada para a maioria da sociedade que iludiu muitas consciências. No entanto, o direito ao futuro, à esperança, à crença na possibilidade de uma civilização brasileira surgir mais harmônica, multicultural e exemplar alimentou o sonho de uma geração importante de intelectuais brasileiros: os homens das ideias dos anos 60³⁹.

³⁸ Como bem explicita Carlos Guilherme Mota (2008), ao afirmar: “(...) período em que se estruturou um poderoso sistema ideológico, onde as ideias de “consciência nacional”, “aspirações nacionais”, “cultura brasileira” e “cultura nacional” constituíram os fulcros de linhas de pensamento suficientemente fortes para mascarar quase todos os diagnósticos sobre a realidade brasileira (MOTA, 2008: 195,196).

³⁹ Essa geração de intelectuais, por ocasião dos eventos de coroação dos 500 anos da fundação do Brasil e chegada do homem ibérico à América, promoveu a edição de inúmeros trabalhos sobre nossa história e sociedade. A título de exemplo, cito: 1- “Brasil, país do passado?”(Chiappini, Dimas e Zilly, 2000), essa obra procurou enfatizar uma revisão crítica das ideias de Stefan Zweig, Antonio Callado, João Antonio, Darcy Ribeiro, Paulo Francis,

A oportunidade de inserção da economia brasileira como nação desenvolvida surge historicamente num cenário de crise das práticas liberais, quando o cenário econômico apresenta-se recessivo nos núcleos mais importantes dos países capitalistas, no período entreguerras (1918-1945)⁴⁰; ocorre a queda das exportações de produtos de sobremesa⁴¹ (café, açúcar, cacau e tabaco) com reflexo direto na debilidade dos recursos utilizados para importação dos tradicionais bens de consumo. Nesse quadro é que o país lança as bases para concretização da indústria nacional de bens de produção, de bens de consumo duráveis e não duráveis.

Em duas décadas notabiliza-se esse modelo como “milagre brasileiro”. Coincidentemente, é um momento histórico em que se originam críticas de natureza ecológica às atividades industriais e aos impactos socioambientais correspondentes, consagrados na Conferência de Estocolmo em 1972 e pelo Clube de Roma. O surgimento de um “pensamento” ambiental esteve associado a um discurso regido pelos limites impostos ao regime capitalista pela perspectiva de exaustão do espaço físico-geográfico.

Causados pelo uso dos combustíveis fósseis, pelas fontes de energia naturais nas siderúrgicas, pelas desapropriações causadas pelas usinas hidrelétricas e pela má versação do uso de recursos de bancos públicos, o modelo brasileiro é considerado anacrônico em relação à questão dos limites ecológicos em voga na década de 70 (Furtado, 1981:17).

Paulo Freire e Herbert de Souza. 2 – “Brasil 500 anos, experiência e destino” (Adauto Novaes (org.), 2000), subdividido em quatro obras de análise crítica nos campos da Ciência Política, História, Cultura e Filosofia: A descoberta do homem e do mundo; Experiência e destino; O homem, o mundo; O mau encontro.

⁴⁰ Um marco teórico importante sobre a percepção das mudanças da economia internacional foi a publicação de duas obras de Oswald Spengler: A decadência do ocidente (1914) e O homem e a técnica (1941). O panorama apresentado pelo autor revela a seguinte perspectiva em relação a ordem econômica internacional: “No espaço de trinta anos os japoneses se transformaram em técnicos de primeira água, e em sua guerra contra a Rússia revelaram uma superioridade técnica que ia além do que seus professores lhes haviam ensinado. Hoje em dia, mais ou menos por todas as partes – no Extremo Oriente, na Índia, na América do Sul e na África do Sul – as regiões industriais já existem ou começam a existir. E, como pagam salários baixos, fazem à nossa indústria uma concorrência de morte. Os insubstituíveis privilégios das raças brancas foram jogados fora, gastos e atraíoados” (Spengler, 1941: 137).

⁴¹ No jargão econômico, conforme Almeida (2001), os produtos de sobremesa obtiveram grande vulto nas exportações em todo o século XIX, tendo como principal mercado a Europa e os Estados Unidos, regiões que vivenciavam a *belle époque*.

A busca desses episódios históricos justificariam-se com o fim precípua de uma melhor compreensão do atual momento em que vive a sociedade nacional, marcado pelos inúmeros desafios para adequar-se aos paradigmas estabelecidos por organismos supranacionais como: “ética sustentável”, pautados pela eficiência energética, justiça social e preservação de recursos naturais intergeracionais.

Tal polêmica sobre o desenvolvimento brasileiro requeria uma análise sob viés histórico quanto às origens das práticas que levaram ao atraso do desenvolvimento regional (nordestino, amazônico, cerrado e pantaneiro) e do colapso de nosso desenvolvimento urbano, visto a situação-limite em que se encontram os desafios das mudanças climáticas e as restrições impostas pelo espaço físico-geográfico. A savanização do cerrado e do pantanal, a desertificação da caatinga e a devastação da Amazônia são sintomas alarmantes que induzem a uma digressão histórica em busca de uma resposta: por que o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro não observou as questões de natureza socioambiental?

A mão do Estado incumbiu-se de fornecer a energia e os capitais para a alavancagem de uma política industrializadora através da criação da Petrobrás (1953), da CSN – Cia Siderúrgica Nacional, da Cia. Vale do Rio Doce, da Cia. Nacional de Alcalis, da Eletrobrás e do BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico em 1952.

De modo geral, é a partir dessa época que ocorre a gênese da produção literária sobre uma discussão epistemológica a respeito do desenvolvimento brasileiro motivada pela existência de muitas correntes de pensamento sociológico e econômico a respeito do modelo brasileiro de desenvolvimento limitado por perspectivas reformistas e revolucionárias; em todas essas visões o desenvolvimento nacional era considerado impreterível.

O despertar de Álvaro Vieira Pinto para o desenvolvimentismo

Surge como ícone dessa geração de pensadores o filósofo campista Álvaro Borges Vieira Pinto, autor reconhecido como referência teórica do nacional desenvolvimentismo, período único da trajetória econômica brasileira que confunde-se com o da sua vida pública (anos 30 aos 80). O escritor notabilizou-se pela luta,

contida em suas idéias, em incluir uma agenda social nos programas de desenvolvimento. Sua obra é marcada pela crença nas possibilidades revolucionárias do trabalho humano e seu progresso: o trabalho elaborado. Desenvolve então o conceito de amannualidade: a técnica primordial de transformação da vida humana e social à medida que sofisticamos nossa habilidade nos trabalhos com as mãos⁴². Tal crença é uma resposta ao histórico descompromisso das sociedades coloniais lusas com a valorização do trabalho, uma tentativa de Vieira Pinto reverter o quadro de preconceitos e desestímulos em relação aos trabalhos braçais⁴³.

No entanto, esse caráter humanista de suas obras não logrou êxito. A geração de intelectuais da qual Vieira Pinto fazia parte integrou-se à vida política partidária do país, motivo de sua existência ter sido marcada por episódios trágicos⁴⁴. De sua relação com a política a partir da transição dos regimes parlamentar e presidencialista do Governo de João Goulart até a ocorrência do golpe militar de abril de 1964, que imporia ao Brasil um regime político totalitário, Vieira Pinto transformou-se

⁴² O professor Vieira Pinto nos remete assim a uma reflexão recorrente na filosofia, que distingue o trabalho intelectual, contemplativo do trabalho da ação, manual. Enquanto na antiguidade clássica, o trabalho manual, considerado “necessário” tinha sentido pejorativo quando comparado ao trabalho intelectual, na modernidade haverá uma troca de valores, ocorrendo a supremacia do trabalho considerado produtivo (o da ação). Nesse sentido, afirmariam Karl Marx, “A criação do homem [ocorrera] através do trabalho humano” (Arendt, 2004:97) e Vieira Pinto: “A técnica original do homem foi fazer-se homem”.

⁴³ Nesse sentido, aponta o historiador José Murilo de Carvalho (1998), não houve esforços do governo colonial e imperial em justificar religiosamente a escravidão. Em nome de uma racionalidade “hobbesiana” prevalecem os benefícios de autoconservação, aqueles de ordem material. D José, que fora senhor de engenho em Campos dos Goytacazes no século XVIII, padre e bispo de Pernambuco, representa a postura do iberismo cristão em relação à escravidão. Elaborou uma série de obras que refletem a questão dos escravos na sociedade. No caso da colônia, para o governo português, “O trabalho escravo é uma necessidade social sempre que haja abundância de terras e escassez de população” (Carvalho, 1998).

⁴⁴ Vieira Pinto ministrou sua última conferência no ISEB sobre cultura brasileira em 31 de março de 1964, às 18hs. Portanto ele abriu o Instituto em 1956 através de um discurso: “Ideologia e desenvolvimento nacional”, na presença do presidente da República Juscelino Kubitschek e comandou sua última atividade oficial. Em 1º de abril de 1964 o Instituto foi invadido, saqueado e seu acervo e utensílios incendiados no meio da rua das Palmeiras. O pensador foi um dos primeiros exilados a retornar ao Brasil, em fins de 1968. Dias depois, foi editado, em 13 de dezembro o AI-5, que endureceu o regime. Vieira Pinto passa então a trabalhar como tradutor utilizando-se de três pseudônimos.

juntamente com o ex-presidente Juscelino Kubitschek nas duas personalidades mais visadas pelos órgãos de repressão⁴⁵.

A intensificação da produção de conhecimento sobre o desenvolvimento brasileiro está localizada na história do processo de industrialização nacional, coincidente com a ocorrência do primeiro grande surto industrial, entre 1914 e 1929, quando se dá a consolidação de iniciativas concretas de criação da dinâmica produtiva de nossa economia. Ocorre, na opinião do historiador Nelson Werneck Sodré, a transição das relações sociais pré-capitalistas para as capitalistas (1997: 94) junto à Era Vargas, para o historiador, o grande líder da Revolução burguesa no Brasil. A existência de capitais excedentes advindos da economia cafeeira – considerado “o grande entesouramento dos cafeicultores” (Ianni, 1984: 202) são utilizados para o *gérmen* da indústria nativa, muito influenciada pela imigração em massa do europeu, notadamente o italiano, para o continente americano (Fausto, 2000).

A cartografia econômica mundial revelava uma hierarquia pouco propícia ao desenvolvimento pleno das forças econômicas das nações localizadas na América Latina. Esse lugar do mundo fora estigmatizado pela noção de divisão internacional do trabalho⁴⁶, sendo representado pela pobreza, atraso e subdesenvolvimento, numa dinâmica de alteridade frente aos padrões eurocêntricos amplamente desfavorável e que desprezava toda a sua histórica tradição cultural. A melhoria do *status* do Brasil, nesta geografia, esteve diretamente implicada com a melhoria de seus níveis de produtividade econômica e a inserção da condição brasileira no cenário político-econômico internacional. No entanto, muitos conceitos da economia clássica associavam a riqueza das nações à ruína de outras, devido à proximidade histórica muito recente de imperialismos na América, África⁴⁷ e Ásia⁴⁸.

⁴⁵ Conforme depoimento de Jorge Schumacher em: “O legado de Álvaro Vieira Pinto na voz de seus contemporâneos” (2012:90).

⁴⁶ Esta terminologia ficaria superada através dos instrumentos analíticos da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (ONU), dirigida inicialmente por Raul Prebisch e Celso Furtado que propuseram, como veremos em setor específico desta tese, outras categorias de análise da condição latinoamericana.

⁴⁷ Para melhor expressar o nível de contingência dos deslocamentos coloniais, Desmond Tutu (1997:18), então presidente da ONU – Organização das Nações Unidas, afirmou: Eles chegaram. Eles tinham a Bíblia, nós tínhamos a terra. Eles nos disseram: “Fechem os olhos e rezem”. Quando abrimos os olhos, eles tinham a terra e nós tínhamos a Bíblia.

Naquele momento histórico, em que muitas reminiscências de uma economia em situação pós-colonial refletiam tanto na vida política como no breve regime democrático, discutia-se, na comunidade brasileira: como proteger a nação da espoliação estrangeira?

Surge assim, nos anos 50, uma iniciativa pioneira de reunir intelectuais do Rio de Janeiro e de São Paulo através do grupo de Itatiaia (nome do município limítrofe entre as duas capitais), em torno do IBESP – Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política⁴⁹. Frutificou-se uma discussão sobre os meios e fins do desenvolvimento socioeconômico registradas nos cinco volumes dos *Cadernos do Nosso Tempo*⁵⁰. O IBESP transformaria-se em 1956 no ISEB. Estava-se às vésperas do Governo JK e estes intelectuais, debatiam as seguintes questões: Quem representa melhor a defesa dos interesses nacionais? O Estado? Os partidos políticos? A soberania é um fator distintivo da condição entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos? A soberania é um valor intrínseco ao desenvolvimento?

Para Miriam Limoeiro Cardoso (1978: 98), a soberania fora colocada como idéia-força no Governo JK, a partir da expressão da seguinte equação:

$$\text{soberania} = \text{prosperidade} + \text{democracia}$$

Portanto, a prioridade para alcançar-se a soberania seria o progresso econômico (prosperidade). Mas, para JK, a miserabilidade em que se encontravam grandes contingentes da população brasileira era o principal obstáculo para o objetivo da conquista da soberania.

⁴⁸ Nesse sentido, visitaram o Brasil para exposição da ideia de condição existencial no plano colonial o casal de filósofos Simone de Beauvoir e Jean Paul Sartre, em agosto de 1960, no Instituto Superior de Estudos Brasileiros, ISEB, com o tema: Colonialismo em Cuba e Argélia.

⁴⁹ Constituíam o conselho de redação do IBESP: Candido Antonio Mendes de Almeida, Carlos Luz de Andrade, Everardo Moreira Lima, Ewaldo Correia Lima, Fabio Breves, Guerreiro Ramos, Heitor Lima Rocha, Helio Jaguaribe, Ignacio Rangel, Israel Klabin, J.P. de Almeida Magalhães, José Ribeiro de Lira, Juvenal Osório Gomes, Moacir Félix de Oliveira, Nelson Werneck Sodré, Oscar Lorenzo Fernandez, Roland Corbisier, Romulo Almeida.

⁵⁰ O número 4 da Revista (163 páginas) continha os seguintes temas como pauta de discussão: A sucessão presidencial; Situação econômica do Brasil; Política do petróleo; Problemas do comércio com o Leste; Semana de estudos do teatro experimental do negro e declaração de princípios; A política dos Estados Unidos; Significação do nacionalismo; A ideologia da Jeunesse Dorée; Mensagem ao povo brasileiro e Análise existencial da realidade brasileira.

Havia uma questão de fundo, a questão social, que orientava as iniciativas de natureza econômica e que justificava sua idéia de progresso. Em sua mensagem ao Congresso Nacional, em 1960, Juscelino afirma:

A valorização do homem brasileiro constitui o objetivo final de todos os empreendimentos deste Governo, ou seja, a meta suprema. Ao lançar-se à batalha da industrialização, ao combater os pontos de estrangulamento na infra-estrutura da economia, ao abrir novas frentes pioneiras, sua [do Governo] preocupação dominante foi a de vencer o pauperismo, elevar o nível de vida, preparar o nosso povo para usufruir as conquistas da civilização contemporânea (KUBITSCHEK, 1960: 24).

A opção encontrada para o enfrentamento desse desafio social acabou acarretando um projeto político conhecido como “nacionalismo internacionalista” (Cardoso, 1979: 259). Para a professora Miriam Limoeiro Cardoso, “A partir dessa perspectiva só os países prósperos podem ser soberanos e a riqueza é a condição da soberania (Cardoso, 1978:259)⁵¹.

A territorialização do desenvolvimento

A transferência da capital da cidade do Rio de Janeiro para Brasília contemplou a transferência e a inauguração das novas sedes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário no Planalto Central, em 1960. Este gesto teve um poder simbólico de repercussão internacional. A grandeza em potencial do país vislumbrada pela liberdade das formas da arquitetura de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa expressam em si um projeto de uma enorme crença na economia e no devir-brasileiro. Brasília possui no eixo monumental uma centralidade: o Congresso Nacional (bicameral, legislativo) e não o Palácio do Planalto (executivo). Essa característica arquitetônica, hipoteticamente é o espelho da vocação de uma geração: a democracia. Houve, através

⁵¹ Há uma dedução por parte de Miriam Limoeiro Cardoso (1979: 259) bastante polêmica que associa o ideal de prosperidade e democracia aos países prósperos da ordem capitalista vigente. A mesma afirma: “Como o nacionalismo se define para o desenvolvimento e como o desenvolvimento é entendido como um processo de combate radical à subversão – supondo que esta é resultante das condições do subdesenvolvimento – o nacionalismo que sustenta politicamente este desenvolvimento é contrário à subversão. Sendo a subversão identificada como fundamentalmente comunista, este é um nacionalismo anticomunista, contribuindo, desse modo, para ligar mais intensamente a Nação ao bloco ideológico de que ela é parte, o bloco ocidental ou mundo democrático” (Cardoso, 1979: 259).

da marcha de ocupação para as regiões Centro-oeste e Norte, a implementação concreta do ideário do governo JK, “cinquenta anos em cinco”.

Brasília simbolizava também o prenúncio de uma mudança irreversível no perfil populacional brasileiro: a urbanização. As três maiores cidades da região foram totalmente planejadas: Goiânia, Brasília e Palmas.

Naquele momento, as regiões Centro-Oeste e Norte, conforme os dados do Censo de 1960, continham os percentuais de maior concentração demográfica na zona rural. Tratar-se das populações mais imunes às influências culturais típicas das cidades, e por habitarem nela povos onde residiam as mais enraizadas tradições culturais brasileiras, onde localizavam-se os sertões; três ecossistemas grandiosos intocados: a Amazônia, o Pantanal e o Cerrado. A questão da conservação das tradições culturais desses povos ficou colocada como desafio para o grupo do ISEB, segundo um conceito muito disseminado por Vieira Pinto (1960),

A natureza, pelos prazos em que distribui os seus fenômenos, pelos ciclos que impõe, traça de antemão ao homem a perspectiva do tempo social. O rústico lavrador que semeia uma roça de milho não faz propriamente o “projeto” de colhê-lo dali a seis meses, e isso porque, de um lado, a intenção de plantar é mera imposição de subsistência e, de outro, o momento da obtenção dos resultados é fixado pela ordem da natureza. Não há “projeto”, porque não há subjetividade. O homem permanece imerso no contexto natural puro, cola-se a ele, nada faz senão obedecer às leis que regem o mundo, não concebe o plano de modificá-lo (VIEIRA PINTO, 1960:427).

O cientificismo do século XX aplicado às apropriações técnicas do meio natural nesses *locus* específicos do território brasileiro provocaria consorte impactos irreversíveis às culturas locais⁵². É possível, que nas relações dessas culturas tradicionais com a terra tenha sido desprezado o quanto as mesmas continham de estratos sagrados, onde se depositam as suas próprias raízes místicas. A

⁵² Sobre os impactos socioambientais sofridos pela cultura cerradeira, vale ressaltar os estudos de Almeida (2005), quando afirma “A cultura dos povos cerradeiros, incluindo as suas festas, os modos de falar, a culinária, os modos de vida de povos indígenas e camponeses, os instrumentos de trabalho, os saberes, os sabores, os sons e o nível de circulação simbólica participam também – e decisivamente – das transformações, sofrendo fortes impactos.

territorialidade pode representar também dominação, criatividade, técnica e a organicidade social. Pois, no entendimento de Leff (2002),

A relação entre sociedade e natureza foi abordada no estudo das sociedades agrárias e primitivas, nas quais prevalece uma racionalidade que tende à conservação da cultura e do equilíbrio ecológico com o meio; isso determina a divisão social e familiar do trabalho e o intercâmbio mercantil simples de excedentes com o exterior (LEFF, 2002:117).

Se considerarmos a influência materialista histórica na formação intelectual do professor Vieira Pinto, a sua definição de cultura assume uma perspectiva ética. Para o Pe. Vaz (1999), “O *ethos* é, em suma, a forma ordenadora da *cultura* enquanto espaço simbólico onde vigoram os costumes do grupo social e se exerce a conduta dos indivíduos.” Assim, é possível uma aproximação teórica com a realidade observável nos anos 60 e 70 no Brasil, quando as mudanças no modo de vida da população no sentido campo – cidade deixavam para trás uma longa tradição de relações familiares e domésticas no espaço produtivo caracterizadas pelas relações de dependência pessoal, pela lealdade e pelo clientelismo.

A expectativa da geração isebiana, da qual Vieira Pinto tornara-se um líder expressivo, era a transformação dessas relações em impessoais: expressão do sujeito urbano-cidadino. A questão já havia sido elaborada na obra de Sérgio Buarque de Holanda (2006), ao afirmar:

Essa aptidão para o social está longe de constituir um fator apreciável de ordem coletiva. Por isso, mesmo que relutemos em aceitar um princípio superindividual de organização e que o próprio culto religioso se torna entre nós excessivamente humano e terreno, toda a nossa conduta ordinária denuncia, com freqüência, um apego singular aos valores da personalidade configurada pelo recinto doméstico” (HOLANDA, 2006: 169).

Há ainda que se ressaltar que a literatura brasileira já realizara essa reflexão em algumas obras, em que se destaca Macunaíma e seu temor de ser devorado pela cidade (Avellar, 1970:60).

Já havia, nos anos 60, a percepção da necessidade de preservação da integridade cultural de valor inestimável para o patrimônio cultural brasileiro. Foram criados para esta finalidade os CPCs – Centros Populares de Cultura, observando-se o fluxo de milhares de sertanejos que migraram em massa para as grandes cidades. Os Centros Populares de Cultura foram criados no interior do ISEB com a intenção de criar “arte vanguardista e tomada de consciência política” e “o que se buscava, pois, através da cultura popular, era levar às classes populares uma consciência crítica dos problemas sociais” para Ortiz (2001:162), uma perspectiva ideológica de época, em que o ISEB⁵³, produzia os fundamentos teóricos do nacional desenvolvimentismo.

No ISEB surgirão os primeiros estudos teóricos sobre uma concepção de realidade nacional, os condicionamentos por sua ação refletida e sua influência na formação das consciências. Uma ideologia, a do nacional desenvolvimentismo (VIEIRA PINTO, 1960: 67), deveria prevalecer em detrimento de outras;

Acreditava-se que a transformação das mentalidades ocorreria na esteira das transformações socioeconômicas e territoriais. Uma nova cultura urbano-industrial vinha sendo gerida sobrepondo-se à cultura tradicional de um país de perfil demográfico rural.

No entanto, numa perspectiva racional economicista, a Amazônia, o Pantanal e o Cerrado, não possuíam expressão humana e cultural, constituíam apenas a base fundiária para o futuro do agronegócio, um dos principais sustentáculos da política econômica do governo vindouro. Carentes de povoamento, uma colonização, para Médici (1970), nessas regiões, representava:

Ocupação de Espaços Vazios – Implantação de um programa articulado de ocupação, pela colonização, dos “espaços vazios” com condições ecológicas favoráveis, de acordo com as seguintes linhas de ação: instalação de novas unidades de colonização, em terras de propriedade da União ou nos chamados “vales úmidos”;

⁵³ As dissensões no quadro de intelectuais do ISEB foram ocorrendo ao longo de sua existência a partir de discordâncias ideológicas. Roberto Campos, um de seus fundadores, afirmaria, ao deixar os quadros da Instituição em julho de 1960: “A missão do ISEB que era transfertilizar as diversas ciências sociais levou sociólogos, historiadores e filósofos a exercitarem sua dialética “*allegro com gusto*”, sobre teorias e fatos econômicos de tudo resultando gorda safra de ideologia, preconceito e ‘slogans’. E magra produção de ciência” (Um tema sério e um lago azul, jornal Correio da Manhã, 31/07/1960).

concessão de incentivos especiais à colonização de iniciativa privada; ampliação da colonização fronteiriça, com apoio das Forças Armadas (MÉDICI, 1970: 73).

Em nome do desenvolvimento, e da ausência de percepção da importância dos “Espaços Vazios” para as comunidades extrativistas, tais territórios foram integrados aos projetos de desenvolvimentos regionais (Polamazônia, Pronorpar, Polocentro, Prodepan, Prodegran, Finam, Zona Franca de Manaus)⁵⁴. Nas terminologias contidas no texto dos programas é possível perceber que as intenções do Estado são mudar repentinamente o modo de vida regional, como por exemplo: “vias de penetração”, “potencialidades naturais”, “ocupação racional do espaço” e “fluxos migratórios”. Através da utilização dos meios tecno-científicos adotados pelo regime político instituído a partir de 1964⁵⁵, as telecomunicações, as estradas de rodagem e a tecnologia aplicada ao agronegócio, resultam na transformação dos ecossistemas que até então atendiam primordialmente às necessidades de subsistência das comunidades locais, em territórios contíguos aos territórios urbanos⁵⁶.

A ausência de preocupação com as políticas de desenvolvimento social na opinião de Milton Santos (2005) justificavam-se na ocasião,

Em conseqüência, aparecem mudanças importantes, de um lado, na composição técnica do território pelos aportes maciços de

⁵⁴ Respectivamente: Programa de Pólos agropecuários e Agrominerais da Amazônia, Programa de Recuperação do Nordeste Paraense, Programa de Desenvolvimento dos Cerrados, Programa de Desenvolvimento do Pantanal Matogrossense, Programa Especial da Região da Grande Dourados e, Fundo de Investimentos da Amazônia.

⁵⁵ A despeito da tradição que fora construída nos tempos do ISEB, o programa governamental conhecido como “metas e bases para a ação de governo” (Médici, 1970) não apresenta nenhuma ação e nenhum gasto estabelecido no âmbito da cultura. A pasta Educação e Cultura era ocupada naquele momento pelo ministro Jarbas Passarinho.

⁵⁶ Os registros formais do Ministério do Interior e do Desenvolvimento Nacional (1978: 64) corroboram a opinião de Milton Santos. No linguajar desenvolvimentista, os cerrados, por exemplo, seriam: Além de três áreas do Estado de Minas Gerais, esse Programa que visa ao aproveitamento da região de cerrados, no Centro-Oeste, incorporando milhares de hectares ao processo produtivo, compreende duas áreas em Mato Grosso do Sul: Campo Grande/Três Lagos e Bodoquena e duas no Mato Grosso (Xavantina e Parecis); cinco no Estado de Goiás: Gurupi, Paranã, Pirineus, Piranhas e Rio Verde. O Programa objetiva o fortalecimento da infra-estrutura básica na região: armazenagem, transporte e energia, assim como atividades de pesquisa e assistência técnica, que são executadas sob a responsabilidade dos ministérios do Interior e da Agricultura e dos Governos Estaduais da região (Reis, 1978: 64,65).

investimentos em infraestruturas, e, de outro lado, na composição orgânica do território, graças à cibernética, às biotecnologias, às novas químicas, à informática e à eletrônica (SANTOS, 2005: 39).

O campo e a cidade

O problema paradoxal que afligia a nação consistia, portanto, em revelarem-se os verdadeiros interesses nacionais e daí realizar a escolha da melhor opção política disponível para o encaminhamento de uma travessia em que ligavam-se dois mundos em transformação: o modelo oligárquico agroexportador ao de uma sociedade urbano-industrial o que ratificava o sentido dualista analítico como a marca conceitual desta geração. Como característica dual dos intelectuais do ISEB identificamos a necessidade da elaboração de uma proposta de desenvolvimento que acarretasse a industrialização a partir de uma sociedade marcada pela instituição semi-colonial.

Para Vieira Pinto (1956), não se podia destacar o processo de desenvolvimento de uma unidade em torno da temática nacional desenvolvimentista. Considerava o autor que no passado recente a realidade brasileira fora pensada com fundamentos inautênticos, o que acarretava uma realidade observável sob ponto de vista “alheio”⁵⁷. Num regime democrático, prossegue o pensador campista, “(...) para que se torne possível, e depois real, a unidade imprescindível ao rendimento ótimo do processo nacional, é necessário que aquilo em cada consciência privada é idéia, seja socialmente ideologia” (VIEIRA PINTO, 1959: 28). Em sua principal obra, “Consciência e realidade nacional”, Vieira Pinto descreve a importância da ideologia do desenvolvimento na superação das consciências ingênuas. O ponto de partida da mudança da consciência seria a transformação das condicionantes a que estavam submetidas grandes parcelas da população brasileira. A definição de consciência ingênuo do pensador já é esclarecedora a esse respeito, pois para Vieira Pinto (2001), a consciência ingênuo,

(...) não inclui em sua representação da realidade exterior e de si mesma a compreensão das condições e determinantes que a fazem pensar tal como pensa. Não inclui a referência ao mundo objetivo

⁵⁷ o que liga-se semanticamente a alienado

como seu determinante fundamental. Por isso julga-se um ponto de partida absoluto, uma origem incondicional, acredita que suas ideias vêm dela mesma, não provém da realidade, ou seja, que tem origem em ideias anteriores. Assim, as ideias se originam das ideias. A realidade é apenas recebida ou enquadrada em um sistema de ideias que se cria por si mesmo (VIEIRA PINTO, 2001: 60).

As condicionantes territoriais, portanto, representavam no momento de transição acelerada da população brasileira de ecossistemas naturais para ecossistemas urbanos um desafio teórico para a manutenção de uma cultura que pretendia-se à época ter dimensões nacionais. Para a filósofa Hannah Arendt (2004),

O impacto da realidade do mundo sobre a existência humana é sentido e recebido como força condicionante. A objetividade do mundo – o seu caráter de coisa ou objeto – e a condição humana complementam-se uma à outra; por ser uma existência condicionada, a existência humana seria impossível sem as coisas, e estas seriam um amontoado de artigos incoerentes, um não mundo, se esses artigos não fossem condicionantes da vida humana (ARENDRT, 2004: 17).

Mesclaram-se temporalidades sociais diversas entre o ponto de partida, o percurso e a chegada dessa travessia. E.J. Hobsbawn (1995) teve a percepção histórica de que as mudanças das populações tradicionalmente residentes em ecossistemas agrícolas para os urbanos, em meados do século XX, representavam uma das maiores revoluções sociais da história recente, afirmando que correspondiam ao fim do campesinato e o início da preponderância do mundo jovem sobre o adulto, promovido no interior das escolas e faculdades, pela universalização da educação superior nesse novo perfil populacional mundial predominantemente urbano.

A transformação do Brasil rural em urbano, a inversão das estatísticas demográficas que já apontavam em 1960 a predominância da população urbana, acrescenta ao desenvolvimento um panorama de desafios de ordem material e cultural que na acepção marxista ficaram consagradas como relação entre infraestrutura

(economia) e superestrutura (ideologia)⁵⁸. Tratava-se, portanto, de um momento crucial, em que muitas ações de Estado causariam reflexos sociais de longo alcance.

Os critérios demográficos que determinaram tais indicadores sobre a distribuição brasileira haviam sido estabelecidos pelo Estado Novo através do decreto 311/38 que buscou expressar através de uma nova sistemática uma feição demográfica urbana ao Brasil, ao estabelecer que

Art.1º Na divisão territorial do país serão observadas as disposições desta lei.

Art.2º Os municípios compreenderão um ou mais distritos, formando área contínua. Quando se fizer necessário, os distritos se subdividirão em zonas com seriação ordinal.
Parágrafo único. Essas zonas poderão ter ainda denominações especiais.

Art. 3º A sede do município tem a categoria de cidade e lhe dá o nome.

No entanto, ao implementarem-se os critérios estabelecidos pelo decreto estadonovista provocou-se uma distorção relevante no perfil populacional brasileiro. Segundo preconizam os estudos do professor José Eli da Veiga (2000), um número expressivo de municípios nesta época apresentava população ínfima, pois grande parte dos municípios pertenciam à zona rural. No entanto, foram computados, após o advento da lei, como moradores da sede, e assim, no rol de população urbana.

A urbanização brasileira, nos anos 50, representava portanto, um dos esforços de governo no sentido de estimular o desenvolvimento, mas os indicadores não espelhavam a realidade territorial que vivenciava-se no país. Pelo ajuste feito por Veiga (2000), amparado pelas análises do professor Juarez Rubens Brandão Lopes, conclui-se sobre a diretriz estadonovista:

Dela resultam profundas distorções na visão da realidade socioeconômica brasileira e, o que é mais grave, crucial mesmo, inadequação das nossas políticas públicas.

Daquela distinção resulta uma divisão distorcida de quanto urbanizado é o Brasil. Segundo as últimas estatísticas, o Brasil

⁵⁸ Para Leff (2002), o marxismo propôs um conceito de FES – Formação Econômico-Social, que ficaria clarificado através do vínculo entre a infraestrutura e os processos superestruturais (jurídicos, científicos, educativos, organizações teóricas e ideológicas, instituições, o Estado, a cultura), sendo determinadas pela esfera econômica, segundo o mesmo conceito.

seria mais de 81% urbano, sendo o rural visto como mero resíduo, destinado a rápido desaparecimento. Ao invés disso, como aponta o professor José Eli, cálculos mais adequados indicariam para o ano 2000 um espaço rural abrangendo a maioria do território nacional e cerca de 30% da sua população (LOPES, 2000: 24).

A estas dificuldades viriam se acrescentar outras, de natureza epistemológica. Nos anos 50 e 60, as questões relativas ao subdesenvolvimento e a vida no campo apresentavam-se como grandes desafios teóricos. Toda o repertório analítico contido na economia clássica e marxista desenvolvera-se em prol da economia industrial-urbana. Portanto, havia uma tendência natural em associar:

economias agrárias → subdesenvolvimento → explosão demográfica

Sob o impacto dos indicadores formais de análise, que demonstravam nos anos 60 que o mundo subdesenvolvido possuía 60% da população mundial; no entanto, produzia somente 30% do volume de alimentos totais, Nicholas Georgescu-Roegen indicaria como um dos problemas-chave para entendimento do fenômeno que “(...) a economia agrária tem-se mantido até hoje uma realidade sem teoria” (GEORGESCU-ROEGEN, 1973:381). Esta questão colocou em evidência o trabalho dos órgãos de planejamento dos países subdesenvolvidos e o engajamento de sua intelectualidade.

Vieira Pinto expressou o seu desejo de conduzir a travessia em que acreditava colaborar através de sua experiência filosófica, pois para o professor,

Se o pensador se omite no trecho obscuro, noturno do caminho, à espera do raiar do dia, não está compreendendo que é a sua meditação solitária e sem ressonância que, em parte, prepara o nascer do sol. Porque o dia não é apenas a luz física que a rotação dos astros traz com necessidade mecânica. O dia é a proclamação do novo saber, a palavra que definirá o que se espera, a ideia que se fará o ser da humanidade emergente (VIEIRA PINTO, 2008: 31).

Tal ideia pode ser entendida pelas influências teóricas reconhecidas do círculo isebiano, da qual Vieira Pinto destacou-se. Karl Mannheim foi importante no sentido de privilegiar as elites intelectuais nas sociedades pois apontava para “a análise das possibilidades de intervenção racional na esfera do social” (Foracchi, 1981).

Como prioridade, desejava-se que a economia técnico-produtiva não acarretasse na breve cultura democrática brasileira o fenômeno da modernização sem modernidade (Vianna, 1988: 155); buscou-se assim, através de vários modelos em discussão, a emergência daquele que integrasse a sociedade ao modo de vida urbano.

Economicamente, o setor modernizador da sociedade, a indústria estava ainda subordinada ao setor agroexportador em virtude do regime cambial e de contabilização de divisas entre as exportações e as importações, através da observância de uma dinâmica cambial do mercado, que exigia que somente com a entrada de divisas oriundas da exportação de produtos primários – superavitária – ocorreria a liberação de divisas com saldo utilizável para a remessa de lucros estrangeiros e para a importação de bens de produção (fomento para a indústria). Para Marini (1968), apesar de ser um dos motivos da debilidade urbana e da subcidadania, essa sistemática, enquanto vigorou, sustentou a aliança da burguesia industrial com a aristocracia rural no Brasil,

Compreende-se assim, porque no processo de intensiva capitalização que representou o período Kubitschek, a indústria havia permitido sem protestar, que uma boa parte do aumento da produtividade urbana fosse transferida para o setor agroexportador, por meio da mecânica dos preços, como incentivo às atividades desse setor; e porque havia igualmente aceito a política de armazenamento do café, destinada a sustentar os preços internacionais do produto, que absorveu entre 1954 e 1960, nada mais, nada menos que 147 bilhões de cruzeiros, correspondentes a uma média anual de 1,32% do produto bruto nacional. (MARINI: 1968, 25)

Mas, cogitava-se uma transição do arcaico para o novo na economia brasileira de forma abrupta, sujeita aos regimes políticos totalitários, na ânsia de receber ajuda financeira de programas supranacionais (como aqueles que permitiram a reconstrução da economia européia e asiática) que dariam maior ritmo e racionalidade às mudanças no sentido de seu desenvolvimento. Por dez anos (1954-1964), numa perspectiva analítica classista, acreditava-se que a burguesia industrial empreenderia uma luta para conquistar os benefícios econômicos do Estado e romper definitivamente os laços de subordinação com os setores agroexportadores (Marini, 1968: 27).

O pretorianismo, a entrada dos militares no poder, identificava-se, em plena Guerra Fria, com a decadência da política e a tônica da modernização da economia, pois a entrada dos militares em governos na América Latina, África e Ásia (mundo subdesenvolvido) esteve associada a algumas condicionantes. Na expressão do teórico do imperialismo Samuel Huntington (1975: 205), “Nessas sociedades, a política carece de autonomia, complexidade, coerência e adaptabilidade. Todos os tipos de forças e grupos sociais se empenham diretamente na política geral.”

“O ISEB” – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

Um marco histórico das preocupações do Governo com os critérios e termos em que seria realizada a travessia da modernização nacional desenvolvimentista foi a criação, durante o governo Café Filho (1956), do ISEB. Constituiu-se, à época, no principal núcleo teórico de formulação de uma proposta crítica de desenvolvimento nacional. O ISEB foi um órgão pertencente aos quadros das instituições públicas do Estado em sua política de aparelhamento.

Surgia uma geração de intelectuais que buscou uma ruptura radical com as gerações de intérpretes da condição brasileira que os antecederam. Discordavam das premissas em que se apoiavam os estudos da realidade brasileira em princípios do século XX, para as quais propuseram deslocamentos. Com o intuito de superar as teorias sociais oriundas do advento da República, propugnaram novas reflexões quanto à natureza dos problemas da realidade nacional para além de seu caráter identitário-étnico de análise.

Portanto, não hesitaram em criticar as obras de Euclides da Cunha, Silvio Romero e Nina Rodrigues por simplificarem a grave questão da inércia social. Buscaram assim, aprofundar o entendimento da realidade nacional em suas raízes econômicas, históricas e culturais com um objetivo concreto: discutir como implementar os parâmetros universais do desenvolvimento socioeconômico observados nos países de matriz eurocêntrica. Para expressar a sua ruptura, Vieira Pinto considerava que,

Antes de mais nada, é indispensável alterar o ponto de vista em que se perdia a velha sociologia, que, considerando a consciência social sediada exclusivamente nas chamadas elites, as separava radicalmente das massas, as quais apareciam assim como o puro inconsciente coletivo (VIEIRA PINTO, 1956: 15)

Vieira Pinto despontava assim como ícone de um grupo de intelectuais que revestira-se em um caráter de transição. Observa-se neste grupo uma amplitude significativa de formação acadêmica e profissional (funcionários públicos, professores, profissionais liberais, médicos e empresários).

O “primeiro” ISEB (1956-1959) possuía os seguintes integrantes em seu conselho consultivo e curador, em que destacavam-se: Afranio Coutinho, Alberto Guerreiro Ramos, Augusto Frederico Schmidt, Cassiano Ricardo, Candido Mota Filho, Fernando de Azevedo, Gilberto Freyre, Heitor Villa Lobos, Hermes Lima, Miguel Reale, Pedro Calmon, Sergio Buarque de Holanda, Sergio Milliet⁵⁹, Anísio Teixeira e Roberto Campos⁶⁰.

No entanto, tal heterogeneidade convergia em torno de seus objetos de estudo. É notória, no período de 1956 a 1964, a percepção de que todos retratavam a causa nacional desenvolvimentista através de ensaios marcados ora por ausência, ora por delimitações temáticas imprecisas. Contrariando a tradição cientificista, cuja marca epistemológica é a delimitação histórica-temporal e do recorte temático preciso de seus objetos de estudo, esses intelectuais assumiram os riscos acadêmicos de análises consideradas panorâmicas (Eco, 2004). Suas premissas são abrangentes (economia, história, cultura: nacionais e globais). Uma das razões dessa liberalidade acadêmica e adesão ao estilo ensaístico pode ser explicada em função da posição ocupada por muitos deles (como Helio Jaguaribe, Celso Furtado, Cândido Mendes, Darcy Ribeiro, San Thiago Dantas e Vieira Pinto) nos bastidores do poder executivo, em que desfrutavam de informações recentes e estratégicas.

Inaugura-se neste grupo uma estreita aproximação de seu campo de atuação pensante com a militância política. Como em todo projeto vanguardista, novidoso, os

⁵⁹ Integrantes do Conselho consultivo do ISEB – Instituto Superior de Estudos brasileiros, em 1956.

⁶⁰ Integrantes do Conselho Curador do Instituto.

intelectuais dos anos 50 e 60, incumbiram-se da tarefa de renovação intelectual tendo como objeto “(...) encarar (como) nossa tarefa fundamental o estudo da revolução social necessária para superar o atraso e a dependência” (Ribeiro, 1991:11).

Alguns de seus analistas (como Roux e Freitas) atribuem à Vieira Pinto a elaboração de um pensamento autônomo representativo dos ideais do terceiro mundismo⁶¹, único espaço intelectual possível na América Latina com o advento da Guerra Fria. Tal pensamento impunha como desafio particular o entendimento propugnado pela ótica cepalina (Echavarría, 2000:428) do princípio dualista da sociedade latinoamericana: encarar a dupla missão de modernizar-se no âmbito econômico tendo como ponto de partida uma estrutura sociopolítica vigente arcaica e patriarcal.

No entanto, apesar de buscarem um caminho original, esses intelectuais não se descolaram das tendências do pensamento contemporâneo e que pontuavam o seu tempo: como a questão do ser – o existencialismo, as grandes ideologias – as metanarrativas e a condição humana. Ao assimilar as grandes tendências do pensamento contemporâneo, Vieira Pinto buscava através de um método próprio “metabolizá-las” no sentido de propiciar significado e vigência à realidade nacional.

No entanto, o perfil dos intelectuais integrantes do Instituto raramente se vinculavam à aplicação das políticas governamentais, não constituíam um *corpus* tecnocrático, configurando-se apenas como staff consultivo e pensante. Em sua análise crítica conceitual o economista Luiz Carlos Bresser Pereira, ex-aluno dos cursos de especialização do ISEB afirma que o “tropa desenvolvimentista” do Instituto resumiria-se nos seguintes termos:

(...) é o processo de acumulação de capital, incorporação de progresso técnico, e elevação dos padrões de vida da população de um país, que se inicia com uma revolução capitalista nacional; é o processo de crescimento sustentado da renda dos habitantes de um país sob a liderança estratégica do Estado nacional e tendo como

⁶¹ Para Freitas (1998), Vieira Pinto pretendeu com a sua obra “um modelo de desenvolvimento essencialmente industrial capaz de modernizar o país e elevá-lo a uma situação histórica na qual nem o capitalismo baseado em formas centenárias de exploração do trabalhador, nem o socialismo de base bolchevique se constituíssem nas únicas opções para o mundo do trabalho.

principais atores os empresários nacionais (BRESSER PEREIRA, 2004:10).

No entanto, essa posição teórica não é pacífica e a vida do Instituto teve fases distintas em que justamente a questão do capital nacional *versus* capital estrangeiro significou o rompimento com isebistas históricos como Helio Jaguaribe e Candido Mendes.

Em que pese a heterogeneidade conceitual de seu quadro de intelectuais, é considerado um dos principais centros de estudos e produção de fontes teóricas que alimentava a formação da opinião pública e os debates na sociedade: uma verdadeira “fábrica de ideologias” (Toledo, 1977). No entanto, segundo Ortiz (2006), tratava-se de ideologias que não se disseminaram na sociedade por conta do golpe de 1964, mas que tiveram papel decisivo na formação do pensamento das esquerdas brasileiras pós-64. O positivismo, o materialismo histórico e o estruturalismo constituíam, no Iseb, as principais tendências teóricas.

A CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe, sediada em Santiago do Chile, instituição coetânea ao ISEB, criou, através dos estudos pioneiros de Raul Prebisch e Celso Furtado, uma série de categorias explicativas, um vocabulário próprio para exprimir a condição dos países latinoamericanos, como: atraso, deterioração dos termos de troca na relação centro-periferia, inserção internacional e dependência associada. Esses termos procuraram superar a etimologia padrão vigente desde o século XIX na economia clássica ligada ao conceito de DIT – Divisão Internacional do Trabalho.

Essa divisão (DIT) especificava rigidamente o papel econômico e cultural das nações que não industrializaram-se: fornecedoras de energia e matérias-primas à indústria metropolitana em condições de troca desfavoráveis. A geração cepalina e isebiana não visava apenas a superação de tal quadro analítico, mas sim através da instauração de um novo quadro teórico, a reestruturação econômica da América Latina e a sua conseqüente industrialização.

Conhecidos ensaístas, os intelectuais isebianos enfrentaram o desafio hercúleo de produzir uma *práxis* particular: desenvolver e difundir conhecimento original a

partir da combinação entre suas experiências acadêmicas e as influências de fundamentação teórica importada, conciliando assim escolas diversas de pensamento com maior ou menor peso das seguintes visões aglutinadoras: a economia clássica e a marxiana.

O desenvolvimento nacional não se configurava apenas como política econômica, mas como uma alternativa para o próprio regime capitalista. Era necessário transcender esses objetivos e atingir uma mudança de mentalidade na sociedade: investir em novos valores como esperança, ambição e competitividade. Residia na sociedade brasileira, principalmente nos estamentos superiores, a ideia de associação do subdesenvolvimento e do atraso, ao caráter moral das massas trabalhadoras. Lembra Vieira Pinto (2008) que,

A classe rica acumula, portanto, além de outras vantagens, a de ser o paradigma vivo da liberdade de progresso e a lição perene dos modos de alcançar níveis superiores de vida, que os pobres só não aproveitam ou por excessiva inércia e falta de espírito de iniciativa, preguiça e acomodação, ou por serem constitutivamente incapazes de aprendê-la (VIEIRA PINTO, 2008:34).

O sentido histórico nacionalista do ISEB tinha por motivo o rompimento das antigas influências das escolas explicativas que o antecederam, que inspiraram-se no sentido nativista pois, segundo Davidson, “o principal ensinamento do nacionalismo: a necessidade de encontrar a base ideológica para uma unidade mais ampla do que qualquer outra que jamais existiu” (SAID, 329).

Na primeira fase identificável daquele Instituto governista (1956-1959) responsável por constituir uma bibliografia do nacional desenvolvimentismo (1956-64), através da qual propugnava-se uma ideologia desse mesmo nacional desenvolvimentismo, acreditava atingir uma mudança de mentalidade de seus alunos (universitários, militares, operários e sindicalistas) através dos cursos, seminários e publicações produzidos regularmente na sede do Instituto, na rua das Palmeiras. A Economia, a História, a Sociologia e a Filosofia constituíam as disciplinas dos cursos do Instituto.

Durante o governo JK, em que foi liderado por um mandato por Hélio Jaguaribe, percebe-se uma clara intenção no Instituto de apoiar um projeto modernizador econômico que possuía um fio condutor: a substituição do *status* econômico das oligarquias rurais pela burguesia industrial nascente (Sodré, 1977). Os conselhos consultivo e curador do ISEB forneceram ao governo alguns de seus mais importantes ministros de estado e assessores como Álvaro Vieira Pinto, San Thiago Dantas, Roberto Campos, Celso Furtado e Tancredo Neves.

Álvaro Vieira Pinto já nos primeiros dias de funcionamento do Instituto passa a dirigir o departamento de Filosofia. Ele desponta nesse grupo como um intérprete da temática desenvolvimentista sob viés filosófico; assumiria a direção executiva do ISEB em 1961, durante a experiência única do parlamentarismo no Brasil, quando tornou-se assessor do Presidente da República, do primeiro ministro e do ministro da educação⁶².

A confiança no potencial humano da sociedade brasileira estava fundamentada no censo de 1960: 80 % da população brasileira tinha menos de 40 anos de idade, esse dado refletia-se em otimismo e nutria a questão do futuro do país, pois no final dos anos 60 percebe-se o ingresso do jovem no mundo do consumo de bens não duráveis e produtos culturais, voltando-se para essa faixa etária os esforços de mercado da sociedade de consumo. A partir da ideia de protagonismo político das jornadas estudantis de maio de 68 em Paris, o mercado absorve o ideário do mundo jovem.

Álvaro Vieira Pinto investiu intelectualmente em sua vasta obra na classificação da questão do trabalho, itemizando as categorias laborativas como: os sentidos da tecnologia, da sociologia e da consciência do trabalhador a partir do conceito de amaterialidade – uma percepção existencial das qualidades laborativas. Pretendeu uma concepção original de conhecimento; enfrentou por isso uma série de

⁶² Vide Jornal Correio da Manhã com a polêmica que envolveu Vieira Pinto e o governador da Guanabara Carlos Lacerda. “Este país meus amigos não está sendo governado pelos homens que aparecem nos jornais, no gabinete presidencial e no gabinete do primeiro ministro. Decidem e mandam neste país os seguintes comunistas: Raul Riff, Álvaro Vieira Pinto, Luiz Teixeira, Josué Guimarães, Inácio Mauro Rangel, Cibilis Souza Viana e Domar Campos e ainda dois criptocomunistas: Jesus Soares Pereira e José Neiva Figueiredo” Carlos Lacerda (jornal Correio da Manhã 1/9/1962).

obstáculos políticos e acadêmicos acerca de sua obra. A geração isebiana notabilizou-se pela produção de conhecimento original e muitas vezes fiel ao calor dos acontecimentos.

Há concordância por parte do prof. Luiz Alberto Cerqueira (2002) acerca do ineditismo da obra filosófica contida nas publicações do ISEB em vista de seu rompimento com a tradição filosófica herdada da experiência colonial portuguesa, marcada por uma ação pedagógica jesuítica peculiar – *o Ratio Studiorum*. Afirma o autor:

O Iseb deixou importante contribuição: ali se propôs, no âmbito de uma ampla consideração do processo de modernização e emancipação da cultura brasileira, um estudo crítico da situação do Brasil desde a sua origem colonial em torno à idéia de filosofia como razão concreta e histórica, isto é, a filosofia como sendo a autoconsciência do sujeito entendido como povo e não apenas como razão universal” (CERQUEIRA, 2002: 14).

Tal corrente de pensamento, vigente entre os anos 50 a 70, utilizou-se de categorias explicativas inovadoras para a compreensão e busca de uma via possível de acesso do país aos benefícios socioeconômicos do desenvolvimento. Vieira Pinto investiu, quando à frente do ISEB, nos estudos de subjetividade e intersubjetividade do povo brasileiro através da essencialização do movimento dinâmico de dois tipos distintos de consciência: a ingênua e a crítica. O pensador pretendia orientar o pensamento brasileiro e o desvelamento da realidade para além de suas representações superficiais em que refletia a realidade, utilizando-se da lógica filosófica para aprofundar a sua compreensão. Vieira Pinto afirmava que,

Faltou, porém, ao Brasil, para entender-se a si mesmo, aquilo que Leibniz chamava o ponto de vista do infinito. Nosso ponto de vista sempre foi o do finito, ou porque o observador não se interessava senão por algum aspecto parcial da nossa realidade, e nele esgotava a capacidade de análise e compreensão, ou porque, - e isto é mais grave – mesmo quando tentava abranger o conjunto da realidade brasileira no espaço mundial e histórico, o fazia segundo a simples e elementar perspectiva das correlações geográficas e da história meramente descritiva (VIEIRA PINTO, 1959: 13).

Os infortúnios da consciência “nacional” versus realidade

“Consciência e realidade nacional” é uma obra cujo título oferece algumas pistas das dificuldades epistemológicas enfrentadas por Vieira Pinto para consolidar teoricamente uma “consciência” em bases nacionais. O teor das críticas que recebeu está ligado ao empreendimento filosófico considerado por Habermas (2013) “um beco sem saída”. A principal obra publicada no curto período de existência do ISEB (1956/1964), representava os ideais do Instituto. Na obra, o filósofo estabelece a base de seu projeto teórico:

Se formamos para nós o projeto de transformar o país, porque o estado presente é insatisfatório, e se sabemos que para isso é indispensável uma concepção ideológica, temos de construir a ideologia dessa transformação, alicerçando-a na compreensão profunda da essência do trabalho enquanto categoria existencial (Vieira Pinto, 1960: 67).

A questão da orientação das subjetividades no sentido do nacional desenvolvimentismo foi considerada por muitos de seus críticos como um risco de transformação numa ideologia política de bases totalitárias. Para o Padre Henrique Vaz, “não vemos outra significação ideológica nesta tentativa senão a de apresentar uma variante a mais da filosofia do Estado totalitário de tipo fascista. (...) o arbitrário instala-se no ponto-de-partida, na promoção gratuita do “ser-nacional” a ser histórico fundamental.”

Com efeito, observava-se que regimes totalitários, como o nazismo e o stalinismo haviam se assentado sob três condicionantes políticas: “na organização burocrática de massas, no terror e na ideologia” (Arendt, 2004:347).

Quanto a uma das condicionantes políticas, a ideologia, Vieira Pinto afirmara expressamente que a tese central em que estavam justificados os estudos do ISEB era a que “Sem ideologia do desenvolvimento não há desenvolvimento nacional (VIEIRA PINTO, 1956:27). Provém dessa ideia um dos desafios para a compreensão dos seus escritos: Como o pensador buscou uma possibilidade de desenvolvimento que não fugisse da ordem democrática e simultaneamente observasse uma das características inseparáveis dos regimes totalitários?

Para Norma Côrtes, Vieira Pinto, em “Consciência e realidade nacional” expressara a ânsia por desenvolvimento e em vista de tratar-se de um escrito “datado”, ou seja, sob as circunstâncias de uma política desenvolvimentista, envolvera-se em alguns riscos de ordem democrática. No entanto, para a historiadora,

Antes de tudo para Vieira, a democracia tornava social e publicamente explícito o ânimo de seu próprio empreendimento intelectual, qual seja: a cópula entre a consciência e a realidade. Eis a razão da ordem democrática ser uma exigência constitutiva da consciência crítica. Afinal, o ordenamento social obtido pela livre participação popular não significava apenas a possibilidade de a sociedade atingir níveis perfeitos de interação humana (mesmo que se imagine isso dentro dos limites do que é socialmente possível). O principal aspecto da democracia residia no fato de ela oferecer ao povo uma experiência verdadeira, absolutamente real – isto é, uma vivência – capaz de conformar e constituir modos de inteligência e de percepção sobre a realidade nacional (CÔRTEZ, 2002, 195).

Quanto à segunda condicionante política, a organização burocrática das massas, Vieira Pinto também deixaria pistas em sua obra “Ideologia e desenvolvimento nacional” sobre o comportamento das mesmas frente aos desafios do desenvolvimento,

Característica inicialmente dessa fase inicial, ainda noturna, da nossa vida consciente, e da qual só agora começamos a despertar, foi a incompreensão do papel das grandes e obscuras massas humanas que constituem o corpo nacional. Como povo, somos formados por um contingente humano, cujo índice de crescimento é essencialmente alto, e que está ocupando áreas cada vez mais amplas de nosso espaço. Esse fenômeno, de aumento da população brasileira, parece-nos o dado fundamental, porque nos coloca em face desta encruzilhada: ou tomamos o rumo do desenvolvimento, o que se dará na medida em que formos capazes de utilizar os dados da ciência e os instrumentos da técnica, a serviço de uma ideologia do progresso; ou se o não fizermos, enveredaremos pela estrada do pauperismo, que nos conduziria à condição das grandes massas asiáticas (VIEIRA PINTO, 1956: 13).

No mesmo sentido, ao refletir sobre as origens dos movimentos políticos totalitários, Arendt (1989), não hesitaria em afirmar que “Os movimentos totalitários objetivam e conseguem organizar as massas” (Arendt, 1989: 358). Um dos seus

críticos o padre Henrique C. Lima Vaz, ressalta ao final de sua crítica à “Consciência e realidade nacional” que

Se nos decidimos à formulação de uma crítica radical foi por que julgamos entrever nas suas páginas as premissas de uma ideologia do Estado totalitário fascista que se não está, como acreditamos, nas intenções do Professor Vieira Pinto, pode estar implícita na lógica do seu nacionalismo. (VAZ, 81:78)

No entanto, se considerarmos que Vieira Pinto situava-se como um pensador emergente terceiro mundista, em busca de uma alternativa política para alcançar o desenvolvimento socioeconômico, precisamos relevar:

- À época dos escritos vivenciava-se em toda a América Latina um regime político exclusivo denominado populismo, e
- Na Europa, *locus* gerador dos fundamentos teóricos de seus críticos, vivenciava-se uma aversão política ao nacionalismo, em função dos movimentos unificadores em torno do Mercado Comum Europeu e aos espólios do pós-Segunda Guerra Mundial;

Vieira Pinto revelou-se, quando à frente do ISEB, um incentivador da cultura popular e sua inserção no movimento terceiro mundista, pois para o pensador ao refletir acerca das nações subdesenvolvidas, revela que

(...) em todas elas está configurada a categoria de nacionalidade e tudo induz a crer que assistiremos em breve às mais decisivas manifestações da sua compreensão de si, no plano cultural, ao elaborarem conceitos e projetos que as revelem como fonte significativa e origem de visão universal do mundo (VIEIRA PINTO, 1960:412).

Outro motivo das críticas originou-se em virtude do ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros, instituição que Vieira Pinto dirigiu de 1960 a 1964, ser visto por seus analistas como aparelho do Estado. Esta premissa foi explorada pelos meios de comunicação a partir de alguns episódios políticos pontuais:

- Pela participação do Instituto na campanha⁶³ de negação à continuidade do regime parlamentarista em 1962, decidida por plebiscito⁶⁴;
- Pela publicação do livro “A questão da Universidade” de autoria de Vieira Pinto nas gráficas da UNE – União Nacional de Estudantes, em 1961, e
- Pelo lançamento das candidaturas de três integrantes do ISEB a deputado federal: Cândido Mendes, Guerreiro Ramos e Roland Corbisier.

Vieira Pinto não conformou-se com a exploração teórica da questão desenvolvimentista, e levou suas idéias ao plano político; seu engajamento orientou uma *práxis* com infelizes conseqüências, levando-o ao exílio a partir de 1964.

O exílio no Chile

No Chile, Vieira Pinto juntou-se à comunidade de intelectuais brasileiros formada por Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, Celso Furtado, José Serra, Samuel Wainer e o poeta Thiago de Mello, e pelos estrangeiros Cristóbal Lara, José Medina Echavarría e Albert Hirschman. Em meados dos anos 1960, na sociedade chilena, a despeito da chegada de regimes ditatoriais no Brasil (1964), na Argentina (1966) e no Paraguai (1958), aguardava-se a implementação das reformas propostas pelo governo Frei. “O Chile se constituía em pólo de atração da primeira vaga da diáspora brasileira após o golpe militar de 1964” (Furtado, 1991:20). É no Chile, na opinião de observadores argutos, que vivenciava-se um clima de

⁶³ Em novembro de 1962, o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) desejava organizar o I Congresso Continental de Solidariedade a Cuba. O intuito era aproveitar a realização de uma conferência da FAO (acredito que a primeira), que realizava-se no Rio de Janeiro, para angariar recursos e simpatizantes. Conforme ampla divulgação (pejorativa) da imprensa, o professor Vieira Pinto encabeçava a iniciativa. Infelizmente, após o término da Conferência da FAO e no retorno a seus países de origem, um terrível acidente aéreo ocorreu. As delegações de Cuba (inclusive o seu ministro da Fazenda Raul Bonilha) e de outros países latinoamericanos, como o Peru, desapareceram fatalmente no voo 810 da Varig que espatifou-se no *Cerro de las cruces*, periferia da cidade de Lima. Em 11 de dezembro o Correio da Manhã noticia maliciosamente que foram encontrados escritos de Vieira Pinto nos destroços da bagagem de Bonilha. Detalhe: O poeta piauiense Mário Faustino, 32 anos, foi uma das vítimas do acidente. Viajava para Nova York onde desejava preparar uma matéria para o Jornal do Brasil sobre a vida em Cuba, México e Estados Unidos.

⁶⁴ Apresentamos no Anexo III da presente qualificação de tese, a transcrição original do caderno especial editado pelo ISEB sobre o plebiscito.

expectativas sociopolíticas com a iminência do advento da via chilena (o socialismo de Allende).

Os episódios de 11 de setembro de 1973, em *La Moneda*, irão demonstrar que toda a América Latina, sem exceção, estava sob as impressões filosóficas de Vieira Pinto acerca da “suposta superação da questão do subdesenvolvimento” (Vieira Pinto, 2008: 170).

Santiago do Chile foi o destino comum de intelectuais e pesquisadores brasileiros após a edição do golpe militar de abril de 1964. Este episódio histórico interrompeu repentinamente o curso constitucional do mandato do presidente João Goulart em cujo núcleo administrativo funcionava o ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros. No momento do golpe militar, a Direção Executiva do ISEB cabia ao professor Álvaro Vieira Pinto.

Como isebiano, Vieira estava implicado politicamente em evitar tal ruptura traumática ao resolver a seguinte equação:

Cultura popular (*kultur*) + Civilização (*zivilisation*) = Nacionalismo

Kultur e Zivilisation eram termos que alimentavam polêmicas intelectuais desde o início do século XX. No momento em que Vieira Pinto realizava seu doutoramento em Filosofia na Universidade de Sorbonne, em Paris, 1948, estavam sendo lançadas as “Notas para uma definição de cultura”, de Eliot. Neste trabalho, o poeta estadunidense reflete sobre a ocorrência da barbárie numa sociedade saída da *belle époque* e imersa na desordem, na anti-razão. - Como a civilização ocidental em menos de um século foi do grande verão liberal de 1820 a 1915 ao inferno, à carnificina?

Para Vieira Pinto, o termo civilização ruíra após a Segunda Guerra Mundial. Em sua resposta à questão, em busca por uma verdade, o conceito de cultura era o mais interessante para os países em situação pós-colonial, por isso,

À luz de uma percepção rigorosa do processo de desenvolvimento biológico da espécie humana, particularmente na fase em que ingressa nas condições sociais de produção da existência, o termo

que realmente importa é o denominado “cultura” (VIEIRA PINTO, 1970:428).

Obviamente, para o pensador campista a conotação de “civilização havia sido construída a favor das potências de matriz eurocêntrica em detrimento dos interesses nacionais dos países subdesenvolvidos. Portanto,

O termo civilização é impreciso e de muito menor valor científico. Não encontrou unanimidade de conotação. Mas, a julgar pela observação do emprego que dele fazem os diversos autores, pode afirmar-se que é a palavra com a qual as comunidades humanas de fases históricas muito recentes, no mundo ocidental, se denominavam a si mesmas, para se distinguir dos povos coloniais ou possuidores de culturas estranhas, que, com essa designação, ficavam relegados ao nível de “atrasados”, “incultos”, “bárbaros”, etc. (VIEIRA PINTO, 1970:429).

Ainda preocupado com a abrangência do conceito de cultura, ele afirma,

Nele se reflete o processo graças ao qual a espécie, em vias de hominização e, mais tarde, plenamente integrada em comunidade social de trabalho, vem resolvendo as contradições que lhe são impostas pelas suas relações com o ambiente natural, de onde deve retirar os bens de que necessita para subsistir, e com o grupamento dos semelhantes, com os quais estabelece necessariamente relações sociais. No curso desse processo desenvolve-se sua percepção dos objetos e fenômenos do mundo e das relações que ligam cada indivíduo aos demais, e esta percepção alcança a forma de idéias abstratas, gerais, que, num grau avançado do conhecimento, sendo transmitidas de geração a geração, como herança de uma práxis comum, de transformação técnica do mundo, vêm a constituir o que se denomina cultura (VIEIRA PINTO, 1970:428).

Para George Steiner (1991), ao comentar as “Notas para uma definição de cultura” de Eliot, o estranhamento é na sua visão perplexidade, pois

A arte, a atividade intelectual, o desenvolvimento das ciências naturais e de muitos ramos da erudição floresceram em apertada proximidade espacial e temporal com o massacre e os campos de extermínio. A estrutura e o significado dessa proximidade é que devem ser examinados. Por que essas tradições e os modelos de cultura humanísticos demonstraram ser uma barreira tão frágil contra bestialidade política? Eram de fato uma barreira? Ou será mais realista perceber na cultura humanística claras tentações de domínio autoritário e crueldade? (STEINER, 1991:40)

É opinião histórica corrente no Brasil que Vieira Pinto envolvera o seu mandato no Instituto com as reformas de base propostas por João Goulart. Consagradas popularmente no comício de 13 de março de 1964, na Central do Brasil, as medidas anunciadas pretendiam implementar: a reforma agrária, a limitação da remessa de lucros ao exterior e a encampação de empresas transnacionais. A continuidade das atividades do Instituto foi comprometida; o ISEB foi liquidado nos primeiros dias da ditadura.

Partiu o professor Álvaro Vieira Pinto para a Iugoslávia, passando pela França e finalmente estabeleceu-se no Chile, em 1965, onde lecionou na CELADE – Comissão Latinoamericana de Demografia e na Escola Nacional de Saúde e escreveu os seguintes livros: “Ciência e existência”, “Sete lições sobre educação de adultos” e “*El Pensamiento Critico en Demografia*”. Psicologicamente abalado, Vieira Pinto exilou-se na cidade de Santiago. Hipoteticamente, ali, em 1965, teria observado a sua ideia de “desenvolvimento nacional como processo” ser finalmente discutida (meditara no Brasil, dez anos antes, ao referendar a proposta de criação do ISEB pelo presidente JK).

No Chile ocorria um amplo debate acerca das reformas do presidente Eduardo Frei. Como afirma Hirschman (1996: 219), “A reforma agrária chilena durante o governo de Frei é um exemplo notório.”

A mudança para a cidade de Santiago representou uma retomada em sua trajetória intelectual, após um período traumático na Iugoslávia, pois, nesse país:

Vieira vive uma amarga experiência de exílio. Aos 55 anos ele enfrenta extrema dificuldade para se adaptar e tenta romper seu isolamento iniciando o aprendizado do servo-croata. Porém, a despeito desses esforços, permanece inativo caindo em profundo retraimento. Após um ano sem trabalho, aceita a sugestão de Paulo Freire e viaja para o Chile (CÔRTEZ, 2003: 322).

Nesse país reúnem-se em torno da CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe, os grandes debates acerca das teorias explicativas da inserção das economias latinoamericanas no contexto da Guerra Fria. Para Cardoso (1993:14), a CEPAL constituíra-se em um “grande fórum” que propunha, entre outros debates, a seguinte discussão,

(...) as leis de livre-comércio internacional baseadas nas vantagens comparativas da especialização da produção beneficiam os produtos industrializados em detrimento dos produtores de matérias-primas e gêneros alimentícios (idem, 1993: 15).

Quanto a estes termos da relação centro-periferia é que Vieira Pinto irá dedicar a sua obra “A Sociologia dos países subdesenvolvidos”, relacionando-o, sob um olhar filosófico, aos seguintes papéis e subpapéis⁶⁵:

Quadro nº 4

Papéis e subpapéis: um olhar filosófico

Papéis	Subpapéis
Senhor	Escravo
Metrópole	Colônia
Potências imperialistas	Países afrolatinoasiáticos
Desenvolvimento	Subdesenvolvimento
Centro	Periferia

O exílio de Vieira Pinto em Santiago do Chile (1965 – 68) representou, a partir de sua experiência acadêmica na CELADE e na Escola Nacional de Saúde, uma mudança nos rumos de sua trajetória intelectual. Essa idéia poderá revelar-se promissora a partir da checagem inédita das fontes documentais que confirmam as seguintes representações literárias a respeito da presença de Vieira Pinto no país andino:

“Em fins de 1966, publica pequenos artigos em revistas universitárias chilenas.” (CÔRTEZ, 2003:322).

“Ainda em 1967, a convite da Escola Nacional de Saúde do Chile, oferece curso de extensão a uma turma de médicos sanitaristas. Bem sucedidas, as aulas foram gravadas e editadas” (CÔRTEZ, 2003:322).

O nacionalismo de Álvaro Vieira Pinto modificou-se em relação à sua própria origem (o Integralismo), e continuou a modificar-se em relação às duas instituições onde atuou, o ISEB e a Faculdade

⁶⁵ Para Renato Ortiz (2006) a alegoria hegeliana do senhor-escravo é a base de sustentação teórica de muitos escritos de autores coloniais e subdesenvolvidos como Fanon e Vieira Pinto.

Nacional de Filosofia. No exílio, já era, de fato um partidário do internacionalismo terceiro-mundista e um estudioso da Antropologia e da Demografia (FREITAS, 1998: 34).

O retorno ao Brasil em 68

Em fins de 1968, às vésperas do enrijecimento da ditadura militar no Brasil, Vieira Pinto retorna ao país. Foi um dos primeiros exilados a chegar. É possível acreditar que a sociedade vivenciava um momento histórico particular, a busca por uma vontade comum fluía através de debates acalorados, em que verdades incontestáveis alimentavam defesas de posições radicais, tanto na imprensa quanto no meio acadêmico e político. A pauta em questão – os fundamentos socioeconômicos do desenvolvimento nacional – impunha-se como tema estratégico. A edição do AI-5 em 13 de dezembro de 1968 surpreendeu novamente a todos.

Retrospectivamente, em busca de uma resposta aos fatos, vê-se, na verdade, que o Brasil industrializara-se tardiamente mediante um projeto nacionalista de modernização econômica: a substituição das importações. A grande crise de 1929 produziu dois resultados evidentes na esfera política: a expansão da população urbana, que tornava mais visíveis os problemas do subdesenvolvimento (Hirschman, 1996), e, nessas cidades, a expansão das classes médias e o fortalecimento de uma burguesia mercantil e industrial que, ocasionalmente, ameaçavam os governos sediados na cidade do Rio de Janeiro. A democracia no Brasil esteve à prova em oito ocasiões distintas, a saber:

- a) 1930: golpe de Getúlio Vargas;
- b) 1932: Revolução Constitucionalista de São Paulo;
- c) 1937: 2º golpe de Getúlio Vargas; plano Cohen;
- d) 1945: deposição de Getúlio;
- e) 1954: suicídio de Getúlio Vargas;
- f) 1956: posse de Juscelino Kubitschek;
- g) 1961: renúncia de Jânio Quadros e posse de João Goulart;
- h) 1962: plebiscito de João Goulart, e

i) 1964: início da ditadura militar.

O fantasma da Revolução cubana de 1959 e a campanha estadunidense no Vietnã assombravam a política externa norteamericana; o embaixador desse país no Brasil, Lincoln Gordon acompanhava *vis a vis* os acontecimentos políticos e predispunha-se a auxiliar militarmente os futuros governos brasileiros.

A interferência do governo estadunidense na política brasileira tornou-se mais ousada nas eleições parlamentares de 1962. O embaixador do país no Brasil, Lincoln Gordon reconheceu que financiou diversas candidaturas de deputados por intermédio do IBAD. Para o diplomata,

Basicamente, era dinheiro para comprar horários de rádio, para impressão de cartazes, esse tipo de coisa. Sei que os pedidos eram muito maiores do que o que se atendia. Certamente foi muito mais de um milhão de dólares, eu não ficaria surpreso tivesse chegado a cinco milhões. Muitos eram do PSD, UDN e mesmo petebistas. Se você vir a lista do pessoal apoiado pelo IBAD perceberá que a definição de democrata era muito ampla (GORDON, 1977:6).

Observável no pós-guerra em países em reconstrução da Europa e da Ásia, o desenvolvimento acelerado promoveu com êxito a implantação de programas sociais através de técnicas de planejamento que elevaram rapidamente a qualidade de vida de suas populações. Com o objetivo de amenizar o hiato econômico observável entre as nações ricas (desenvolvidas) como os Estados Unidos e as nações tidas como subdesenvolvidas, foi pensado um modelo para o Brasil atingir o desenvolvimento⁶⁶.

Ao vislumbrar as possibilidades políticas de realizar a melhoria das condições socioeconômicas da sociedade brasileira, num exercício de alteridade frente ao Estado de Bem Estar Social de padrões eurocêntricos, frutificados através de medidas conhecidas como *keynesianas*, os intelectuais nacionais-desenvolvimentistas constituíram um legado teórico acerca da aceleração do desenvolvimento superando as visões da geração de intelectuais antecedente, marcada por análises expressas em categorias analíticas raciais, psicológicas e economicistas (branqueamento, tristeza,

⁶⁶ Nessa época, Myrdal (1950) afirmava: “De modo geral, as desigualdades econômicas entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos tem aumentado nos últimos decênios, com os índices correntes de crescimento, o hiato na renda nacional per capita entre os Estados Unidos e quarenta países subdesenvolvidos aumentaria 50 % no ano 2000”.

cordialidade e monocultura). Tal perspectiva, de cunho nacionalista, encobria as diferenças identitárias verificáveis na sociedade brasileira que reclamavam um melhor tratamento, como a questão racial. Representa também uma ruptura no estilo conservador e mimético da cultura brasileira ao inserir uma ideia original sobre o país, produzida por seus intelectuais.

A discussão transcendeu o campo teórico e tornou-se um debate político verificável no interior da sociedade, que perguntava: - como efetivar o nosso desenvolvimento? Surgem assim, com grande regularidade, discussões na imprensa brasileira da época sobre a questão da estrutura social-classista, em que destacava-se um discurso anti-imperialista. A continuidade de uma tradicional aliança de classes (burguesia nacional/ operários) foi pensada, a rigor, como mecanismo de luta comum anti-imperialista.

Para Vieira Pinto (1960):

(...) não desconhecemos a existência de contradição entre as classes e da sua luta como fator dinâmico no processo de desenvolvimento (...) contudo, é preciso observar que a natureza dialética do processo permite que a resolução da atual contradição principal – imperialismo e desigualdade no desenvolvimento – conduza a outras formas de contradição suprema, agora imprevisíveis.

Entre as tendências políticas da época transitavam matizes conflitantes na arena econômica-política pontuada por manifestações das alas liberais, conservadoras, trabalhistas e comunistas que buscavam a implementação de seu projeto num ambiente plural e democrático em que o Estado participava como principal regulador. JK, por exemplo, lançou a técnica de planejamento conhecida como 50 anos em 5: O Plano de Metas. Vigia, em termos gerais, um Estado populista, cuja lógica política representava-se pela sentença 1homem = 1 voto. Num arranjo produzido após a vigência do Estado Novo (1937), as elites industriais, fundiárias e mercantis acataram um pacto getulista de concessões trabalhistas consideráveis sob um panorama sindical sob controle do Estado.

Entre os grupos sociais que mais se mobilizaram⁶⁷, os que se faziam representar por suas instituições classistas, distinguiram-se basicamente aqueles politizados, das classes populares e da elite empresarial do país, como:

1 - o povo das ruas: os Sindicatos, a CGT – Central Geral dos trabalhadores, a UNE – União Nacional dos Estudantes, as Associações de Cabos e Sargentos; as Ligas Camponesas;

2 – a Igreja; e

3 – a elite dos gabinetes: IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática; a Aliança Para o Progresso

Emergiu do conflito político entre esses grupos uma proposta conservadora que contrariou a atmosfera democrática do governo Goulart (1961-1964): o colapso da aliança de classes vigente há décadas. Na ótica de Vieira Pinto (1962),

A burguesia capitalista nacional vê-se estirada em direções diversas e contraditórias, o que explica o seu comportamento incerto, incoerente, vacilante. Por um lado, seus interesses, em princípio, se opõem aos do capital estrangeiro, mas necessitando também de proteção política para figurar na classe dominante, e reconhecendo que nessa esfera o domínio do estrangeiro permanece a bem dizer completo, vê-se obrigada a se aliar ao capital forâneo, pois a não ser assim ou ficaria sem apoio algum ou teria de pedir proteção às próprias massas trabalhadoras que explora (VIEIRA PINTO, 1962: 37).

O desfecho da aliança de classes: acabaram por conferir em abril de 1964 o poder a uma ditadura militar que justificou o seu golpe em nome de uma doutrina de segurança nacional, pois para Médici (1970):

A Revolução veio para dotar o País das estruturas política, administrativa, jurídica, social e econômica, capazes de construir, no Brasil, a sociedade desenvolvida, democrática e soberana, assegurando assim, a sua viabilidade como grande potência.

Aos dois primeiros Governos da Revolução coube a tarefa gigantesca, realizada com êxito, de reconstrução econômica do

⁶⁷ Em 17 de novembro de 1961 ocorre ineditamente em Belo Horizonte, para expressar o quanto as massas populares estavam mobilizadas, o I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas em que destacava-se a figura de Francisco Julião. Em setembro de 1963, ocorreu um motim de sargentos em Brasília e em março de 1964, dos marinheiros no Rio (Fonte: Arquivo digital Jornal do Brasil).

País, de criação das bases para o desenvolvimento acelerado e auto-sustentável e de implantação de reformas estruturais inadiáveis (MÉDICI, 1970: 4).

Para muitos observadores argutos, e também intelectuais que não se privaram de participar com sua ação política, a ação militar era previsível, pois Vieira Pinto vinha notando que

Chegam mesmo a afirmar que a continuação desse estado de inquietação resultante da indisciplina dos operários, levará o País ao caos econômico, à revolução social, ao derramamento de sangue entre irmãos, calamidade para a qual não vêem outra saída senão o apelo à intervenção estrangeira das forças mantenedoras da ordem no mundo ocidental e cristão (VIEIRA PINTO, 1962: 98).

O governo de João Goulart chegava ao fim. Darcy Ribeiro, Celso Furtado, San Tiago Dantas e Vieira Pinto formaram uma equipe que ineditamente pensou o Brasil descolada das concepções das gerações que a precederam. Não resistiram à força das circunstâncias externas amplamente desfavoráveis para um empreendimento que harmonizasse os diversos grupos de interesse que atuavam na América Latina.

O desenvolvimento – dos anos dourados aos anos de chumbo

Para situar a obra de Vieira no contexto dos debates empreendidos no âmbito das ciências sociais nos anos 70 no Brasil, visitamos aqui o período histórico em que sob a égide do “milagre econômico”, o governo civil-militar brasileiro estruturou a implementação de um programa socioeconômico duradouro, que, na acepção do ministro da Fazenda Delfim Netto, constituía-se num “modelo” com viés agrícola-exportador, contrariando assim as perspectivas planificadoras que dirigiram seus esforços por décadas a fio no sentido da industrialização da economia do país.

Em dezembro de 1974, o presidente da República, General Ernesto Geisel reconhecia a mudança das perspectivas em relação ao perfil da economia, ao afirmar que

A Agropecuária, que vem tendo, em geral, bom desempenho, é chamada a cumprir novo papel no desenvolvimento brasileiro, com contribuição muito mais significativa para o crescimento do PIB e mostrando ser o Brasil capaz de realizar a sua vocação de

supridor mundial de alimentos e matérias-primas agrícolas, com ou sem elaboração industrial (GEISEL, 1975: 16).

Assimilava-se em meados da década de 70, pelo poder militar, uma realidade indesejada ao seu projeto de desenvolvimento anunciado na década anterior por uma expressão notabilizada por Delfim, a admissão contrariada de que

Na opção realizada, o Governo não aceita a colocação de esperar que o crescimento econômico, por si, resolva o problema da distribuição de renda, ou seja, a teoria de “esperar o bolo crescer”.

Há necessidade de, mantendo acelerado o crescimento, realizar políticas redistributivas “enquanto o bolo cresce” (GEISEL, 1975: 69).

Para Geisel (1975), o esgotamento de suas esperanças em ver o “Brasil-potência” (desenvolvido) já se clarificava no início de seu mandato, porque “Os países subdesenvolvidos acumulavam desapontamentos, sucessivamente.” Para o desencantamento do presidente da república,

Assim ocorreu em relação ao problema da ajuda financeira, da transferência de tecnologia, da liberalização de comércio, dos acordos de produtos de base, na medida mesmo em que as nações industrializadas passavam a absorver-se com seus próprios problemas, internos e internacionais (GEISEL, 1975: 25).

Para muitos analistas, ruína em uma década o ciclo de crescimento econômico da ditadura militar, e junto ao breve ciclo, a expectativa de sociabilidade capitalista de “repartição do bolo”. O ciclo fora ancorado no incentivo ao ingresso de capital estrangeiro e pelo sucesso da parceria comercial com os Estados Unidos da América, numa dinâmica conhecida como economia de complementariedade. Os aspectos formais das relações comerciais entre Brasil e EUA, indicavam:

Quadro nº5

Relações internacionais entre Brasil e E.U.A

ano	exportações	Importações	capital estrangeiro
	%	%	%
1957-59	41,3	n/d	50
1967	24,7	35,4	n/d
1975	15,4	25,3	32

Um dos motivos históricos para o entendimento da decadência desta parceria comercial foi a dinamização das relações comerciais do Brasil no período em que se dispôs a intensificar as relações comerciais com os países europeus e do Terceiro Mundo. No entanto, o final deste ciclo teria outros fundamentos – diplomáticos – na acepção de Lafer (1982),

O governo Geisel assinalou algumas turbulências no relacionamento bi e multilateral com os Estados Unidos. Sem desconsiderar que algumas dessas turbulências foram desnecessariamente agravadas por incompetências de estilo diplomático, cumpre observar que elas tiveram origem em problemas substantivos. Entre eles, cabe mencionar a busca, por parte do Brasil, de uma opção nuclear através da cooperação com a Alemanha Ocidental como uma das respostas à dependência e à vulnerabilidade energética provocadas pela alta dos preços do petróleo. Esta busca colidiu com a política norte-americana de não proliferação nuclear e desarmamento, e que acabou tendo desdobramentos conflitivos com a política de direitos humanos – um dos meritórios itens da política exterior do Governo Carter (LAFER, 1982: 183).

Apesar da gravidade da crise econômica, o regime militar iria ainda sustentar-se por dez anos através da ocultação dos problemas socioeconômicos. Caio Prado Jr (1976: 356) afirma,

Em conclusão, o “milagre” brasileiro não passou – e já (janeiro de 76) se começa, mesmo fora do círculo de economistas, a senti-lo e a compreender muito bem – não passou de breve surto de atividades estimulado por conjuntura internacional momentânea e fruto de circunstâncias excepcionais... Encerrado o ciclo dessa situação excepcional e invertida a conjuntura, como não podia deixar de mais dia menos dia acontecer, o Brasil retorna à sua medíocre normalidade amarrada ao passado (PRADO JR., 1976: 356).

O desenvolvimento brasileiro, para o pensador campista, estaria subordinado ao ingresso do povo num estado de consciência crítica. O uso dessas terminologias (consciência ingênua, consciência crítica) visava amenizar a rotulação tradicional de ignorância que setores da sociedade brasileira submetiam às camadas populares que não dispunham de letramento. A finalidade última da emissão desses juízos estaria articulada a uma tentativa de eternizar uma diferenciação social. Para expressar sua

discordância quanto a estas distinções, Vieira Pinto, numa perspectiva analítica classista, afirmaria,

Absolutiza-se o conceito de “ignorante” para as classes populares, enquanto se relativiza esse mesmo conceito para as elites (a fim de que os representantes dessa elite possam aparecer como não ignorantes). Vê-se a duplicidade de critérios, que revela o caráter interessado da noção de ignorância: o homem do povo é ignorante porque *não sabe* alguma coisa, enquanto o membro da elite é culto porque *sabe* alguma coisa (VIEIRA PINTO, 2001: 62).

A produção desse conceito, contido na obra “Sete lições sobre educação de adultos” ocorria num grave momento histórico em toda a América Latina: o limiar de sua mais autêntica fórmula de vida política – a democracia populista (Ianni, 1991). Vieira Pinto o escrevera em Santiago – Chile, durante seu exílio, impossibilitado de exercer sua ação política em sua cidade, o Rio de Janeiro.

Em menos de uma década no poder, já era possível identificar um quadro de mudanças indisfarçáveis de pontos de vista quanto a orientação normativa da realidade da vida brasileira nos seguintes sentidos:

Quadro nº 06

Orientações normativas: vida brasileira em 64 e após

	64	pós-64
Economia	industrial	agropecuária
Educação	humanista	tecnicista
Supremacia	soberania	segurança nacional
<i>Intelligentzia</i>	filosófica	tecnocrática
Padrão de desenvolvimento	cultural	econômico
Poder	civil	militar
Regime político	democrático	plutocrático
Relações exteriores	neutralista	interdependente
Tipo de governo	republicano	tirânico

Observa-se que o linguajar da “elite militar” na política seguiu a mesma racionalidade típica da caserna. Ao anunciar em discurso, o programa de educação

para o triênio 1968-70, o presidente Costa e Silva (1969) utiliza termos próprios de uma manobra digna de um campo de batalha, ao afirmar

No momento em que, numa *aventura calculada*, se pretende dar grande impulso para a efetiva retomada do desenvolvimento, é preciso situar a Educação na primeira *linha de ataque*, expandindo-a e reformulando-a para que constitua, realmente *poderosa arma* a serviço da aceleração do desenvolvimento, do progresso social e da expansão do emprego (COSTA E SILVA, 1969: 10).

Tais orientações tornaram-se mais visíveis num evento bastante simbólico para a história: a celebração do sesquicentenário da independência nacional intitulado “Painel sobre o desenvolvimento brasileiro”, quando são realizados discursos de nove ministros de Estado (Planejamento, Minas e Energia, Comunicações, Interior, Indústria e Comércio, Agricultura, Educação e Cultura, Transportes e Fazenda)⁶⁸. Neste encontro, ao realizar um balanço de suas realizações à frente da pasta da Educação e Cultura, o então ministro Jarbas Passarinho⁶⁹ afirmou que,

(...) não é possível fazer doutores todos os filhos de uma nação. Gostaria de salientar bem esse conceito acaciano, porque vamos reproduzir debates posteriores a partir de uma concepção completamente errônea de que a Universidade tem de ser, necessariamente, o destino de todas as pessoas que nascem e não morrem no país até os 24 anos. Os Direitos do Homem dizem tranquilamente, que a educação é um direito do homem, mas não dizem em nenhum lugar que a educação superior é um direito do homem. Por outro lado, seria uma ilusão muito grande, se quiséssemos mistificar a nós mesmos, admitir que todo mundo poderia chegar ao grau superior e concluir o seu curso, porque não iríamos acreditar que houvesse diferenças de quocientes intelectuais (PASSARINHO, 1973: 223).

Não é possível descolar tais juízos de sua representatividade social expressa pelo apoio político recebido pelo regime militar de amplos setores da sociedade civil e do mundo empresarial institucional (como IPES, IBAD, Igreja, TFP – Tradição, família e propriedade, Marcha pela família com Deus pela liberdade). A fala do

⁶⁸ O que espelha o ingresso dos tecnocratas no poder executivo é que dos ministros presentes, três eram militares, quatro engenheiros e dois economistas.

⁶⁹ O Ministro Passarinho (1973) encerraria sua fala com a seguinte citação: “Há pessoas, e acho que Konrad Adenauer foi um pouco violento, um pouco rigoroso, naquela frase famosa dele, em que disse que Deus errou porquê, enquanto limitou a inteligência, não limitou a burrice.”

ministro da educação e cultura expressa, portanto, uma representatividade social⁷⁰ típica de uma sociedade organizada historicamente sob a forma de classes sociais antagônicas.

Nem mesmo na atual sociedade se depreendem tais conceitos de alteridade. Na fala recente de Arnaldo Jabor (*O Globo*, 2014) sobre a mentalidade do povo e seu respectivo comportamento eleitoral, emitiram-se os seguintes juízos:

A ignorância é muito lucrativa para os burros poderosos. Os burros são potentes, militantes, têm fé em si mesmos e têm a ousadia que os inteligentes não têm. Na percentagem de cérebros, eles têm uma grande parcela na liderança do país. No caso da política, a ignorância forma um contingente imenso de eleitores, e sua ignorância é cultivada como flores preciosas pelos donos do poder. Quanto mais ignorantes melhor. Já pensaram se a ignorância diminuísse, se os ignorantes fossem educados? Que fariam os senhores feudais do Nordeste em cidades tomadas como Murici ou o município rebatizado de cidade Edson Lobão, antiga Ribeirinha? A ignorância do povo é um tesouro; lá, são recrutados os utilíssimos “laranjas” para a boa circulação das verbas tiradas dos fundos de pensão e empresas públicas (JABOR, 2014: 1).

Qual a importância da disseminação de ideias reacionárias e conservadoras na orientação das subjetividades – como as escritas acima por Arnaldo Jabor – nos órgãos de imprensa? Desde os anos 60, a subjetividade e sua contenda ideológica estiveram colocadas no centro das discussões de diversos autores da Filosofia (Debrun, Bornheim, Sartre, Vieira Pinto). Intuíram ali uma discussão temática de grande relevância, que segundo Guattari (1990), assumiria centralidade, pois,

Os fatores subjetivos tiveram sempre um lugar importante no curso da história. Mas parece que estão em vias de desempenhar um papel preponderante, desde que foram substituídos pela mídia de alcance mundial (GUATTARI, 1990: 29).

⁷⁰ Representatividade social que teve vida longa na política brasileira. Dos ministros presentes ao evento citado, Pratini de Moraes da Agricultura e Jarbas Passarinho da Educação e Cultura atuaram na gestão do então presidente Fernando Henrique Cardoso em 1998. Antonio Delfim Netto, da pasta da Fazenda, atuou como consultor executivo no segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, conforme expressou o jornal Folha de São Paulo em 29 de dezembro de 2006.

O legado dessa geração foi pensar o desenvolvimento como processo, articulado socialmente desde a condição existencial até o corpo nacional. Coube a Vieira Pinto o papel de encontrar uma alternativa filosófica para uma concepção de ideologia do desenvolvimento nacional. É possível que seu maior equívoco, como “ideólogo do desenvolvimento” tenha sido considerar como permanente a significação que imprimiu à realidade.

Capítulo IV

A sociologia dos países subdesenvolvidos

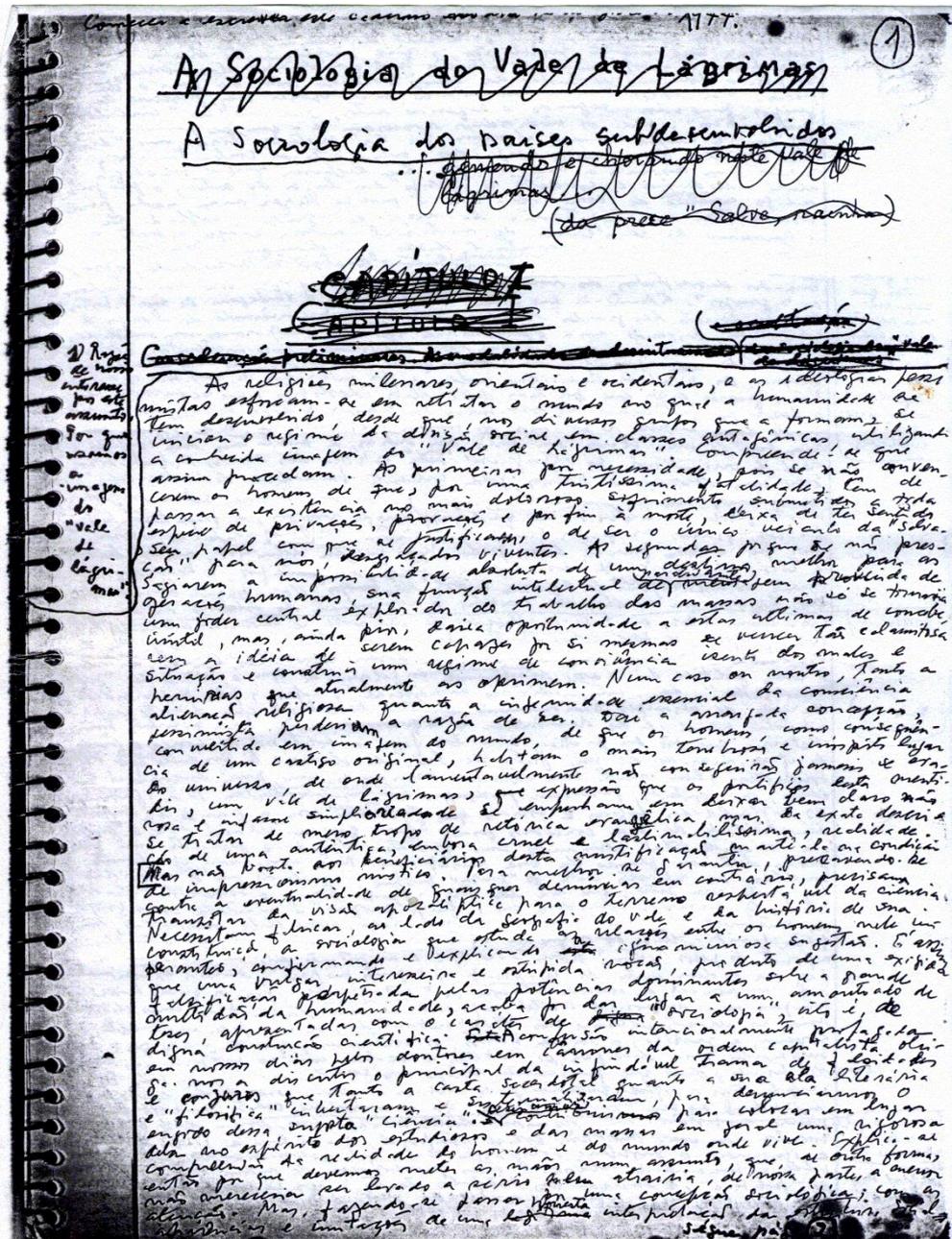


Fig.03: Fac símile dos manuscritos originais de “A sociologia dos países subdesenvolvidos”. Primeira página. Acervo do professor José Ernesto De Fáveri.

Ser condenado por Deus a ser um filósofo.

Hegel

Em toda parte a grandeza cedeu lugar ao encanto; pois, embora a esfera pública possa ser grande, não pode ser encantadora precisamente porque é incapaz de abrigar o irrelevante.

Hannah Arendt

A sociologia dos países subdesenvolvidos

A recente edição de obras póstumas do professor Vieira Pinto ocorre num momento em que a história brasileira encontra-se em processo de revisionismo ao se completarem os cinquenta anos da edição do golpe civil-militar de 1964. Vieira Pinto foi uma das principais vítimas do golpe e viveu os últimos vinte anos de vida em profundo ostracismo. A surpreendente revelação da existência destas obras demonstra que o pensador campista continuou a dedicar-se silenciosamente, no crepúsculo de sua vida, à ciência, à filosofia e à cultura de seu país.

Como num palimpsesto, ao investigar-se a história das ideias no Brasil, o pensador campista deixa-se entrever naquelas camadas relativas aos anos 50 e 60 quando desfrutou de enorme prestígio intelectual. Por figurar na galeria de homens públicos injustiçadas após o golpe, sua vida ativa vai tornando-se discretamente mencionada e apagando-se daquelas camadas entre 1964 até seu desaparecimento em 1987.

Vieira Pinto é um bom exemplo do que preconizava a lei da anistia (nº 6683/79): o esquecimento é o preço que paga o perdão aos crimes “políticos” ocorridos durante esse período. No entanto, a sociedade brasileira entende que a revelação de episódios obscurecidos durante os 21 anos em que perdurou o regime precisam ser reinvestigados⁷¹.

Os escritos póstumos

A publicação de “O conceito de tecnologia”, em 2005, ofereceu aos seus intérpretes um novo sentido teórico a sua trajetória intelectual. Ao ser conectada ao seu acervo, “O conceito de tecnologia” constituiu-se na novidade de certa forma

⁷¹ Começam a surgir, assim, institucionalmente, os primeiros frutos das apurações realizadas pela Comissão da Verdade instalada pelo Congresso Nacional em 2012. Um resultado já ocorreu simbolicamente: a anulação da sessão do Congresso Nacional que, em abril de 1964, declarou de maneira inconstitucional, vago o cargo de Presidente da República e oportunizou a posse de Raniere Mazzili, substituído pelo Marechal Castelo Branco treze dias após. Em fins de 2013 foi conferida pelo Congresso à família de João Goulart a devolução do diploma legal de chefe do executivo brasileiro.

aguardada, em relação às perspectivas teóricas que essa nova edição suscitou no sentido de completar o edifício conceitual construído por ele a partir dos anos 50 e que retratava a sua preocupação em expressar uma visão totalizadora, exprimir uma condição filosófica sobre determinado fenômeno apreendido, neste caso, sobre o seu objeto de estudo primevo: a condição existencial da população subdesenvolvida.

Na opinião de Freitas (2005), com a edição de “O conceito de tecnologia” foi revelado o “quarto quadrante” do círculo teórico de Vieira Pinto, composto por “Consciência e realidade nacional”, “Ciência e existência” e “El pensamiento critico en demografia”; conforme afirmara Freitas (1998):

Nesse período, de 1968 a 1987, o professor Álvaro Vieira Pinto produziu muitos textos, escreveu novos livros e recolheu-se em auto-exílio. Rasgou parte do que escreveu e conservou os trabalhos que discutiam os temas Educação, Tecnologia e Ética. Lamentavelmente, a maioria das pessoas que prestaram depoimentos sobre Vieira Pinto confirmaram que a repressão ditatorial provocou-lhe profundas perturbações emocionais, diante das quais não conseguiu reagir (FREITAS, 1998:195).

No entanto, conforme o próprio Vieira afirmara em entrevista à Demerval Saviani em 1982, os escritos sobre a “sociologia do povo subdesenvolvido” reservaria a seus intérpretes uma reviravolta em relação a uma hierarquia de seu conjunto de escritos.

Quanto à organização de seus escritos póstumos, o próprio autor expressou, em princípios da década de 80, algumas pistas em entrevista a Demerval Saviani sobre o seu conteúdo. Vieira afirmara que havia encerrado o seu trabalho de filósofo. Restavam-lhe guardados em seu apartamento os cadernos inéditos relativos aos seguintes temas (ordem e títulos provisórios descritos pelo autor):

- 1 – a Tecnologia⁷²;
- 2 – a Filosofia primeira⁷³;
- 3 – Educação de adultos⁷⁴;

⁷² Editado em 2005 como “O conceito de tecnologia”.

⁷³ Não publicado.

⁷⁴ Editado em 1982 como “Sete lições sobre educação de adultos”.

- 4 – A educação para um país oprimido⁷⁵;
- 5 - Considerações éticas para um povo oprimido⁷⁶;
- 6 – A sociologia do povo subdesenvolvido⁷⁷, e
- 7 – A crítica da existência⁷⁸.

O pensador ainda acrescentara: “Nada de maior a dizer, nada de maior a esperar a não ser que não se percam, que vocês jovens professores cuidem de procurar um dia talvez publicarem essas coisas se merecerem” (VIEIRA PINTO, 1982: 20).

Pela percepção da importância histórica de seu depoimento, assumimos como objetivo analisar a obra “A sociologia dos países subdesenvolvidos” ao considerarmos justo o seu merecimento e com vista a indagar sobre a pertinência de suas propostas teóricas para a compreensão tanto do Brasil da época em que atuou quanto das discussões hoje apresentadas sobre o desenvolvimento.

Uma das maiores ambições intelectuais de Vieira Pinto e que lhe custou caro em relação à crítica acadêmica foi manter vivo um viés historicista em sua obra. Hipoteticamente, Vieira Pinto, tomou esta iniciativa por discordar da forma como o caráter universalista das ciências humanas desembarcava no país, sem a devida autocrítica. Já a perspectiva historicista, permitia análises particularizadas devido ao caráter exclusivo da história brasileira. Na opinião de Sérgio Paulo Rouanet (2007) isto era possível porque

Não existem verdades universais: existe a verdade da França e a da Alemanha. Não há preceitos intemporais, todos eles fincam suas raízes na história. A moralidade está imersa num húmus natal – numa aldeia, numa nação, numa cultura – e só nesse húmus tem vigência: tudo o mais é uma construção delirante de intelectuais desvinculados da realidade (ROUANET, 2007: 216).

⁷⁵ Não publicado.

⁷⁶ Não publicado.

⁷⁷ Editado em 2008 como “A sociologia dos países subdesenvolvidos”.

⁷⁸ Não publicado.

A trajetória intelectual do professor campista é um dos indicativos que pode explicar o motivo da recepção polêmica de suas ideias. Sua vida está inserida num período singular da história, quando, episodicamente, o breve século XX: Era dos Extremos – colocou inúmeros desafios teóricos aos intelectuais engajados num projeto político terceiro-mundista (Hobsbawn, 1995). A relação de Vieira Pinto com o seu objeto de estudo – o Brasil – esteve comprometida em função de seu posicionamento, muitas vezes, pouco hermenêutico em função de sua postura nacionalista.

Sua obra deve ser entendida no contexto desse período em que perante um descompasso temporal aspirava-se tardiamente no Brasil à industrialização, enquanto observavam-se os avanços sociais decorrentes da melhoria de qualidade de vida de matriz eurocêntrica nos padrões do Estado-providência. Vê-se, neste período, que a expansão de um novo gênero de imperialismo – o empresarial, privado – dependia para realizar-se em sua missão expansionista dos resultados obtidos nos países subdesenvolvidos. O que Vieira Pinto lograva evitar é que tivéssemos, nesse panorama, “ser tomado como brasileiro o desenvolvimento dos estrangeiros em nossa pátria (VIEIRA PINTO, 2008:354). Nesse sentido, propunha Vieira Pinto as seguintes indagações quanto aos projetos de seu país: – Como está? – O que falta? – Como será?

A sociologia do “vale de lágrimas”

As respostas a estas indagações, aquelas de caráter epistemológico, Vieira Pinto retrata na obra “A sociologia dos países subdesenvolvidos” que inicia-se tendo por base uma alegoria: “O vale de lágrimas” contido na oração católica “Salve Rainha”. É uma revisão crítica e também hipotética sobre a atualidade ou não de uma “sociedade de ordens” padrão estamental da sociedade colonial ibérica na América, pois, para Vieira Pinto,

O “vale” a que se refere foi talhado por um rio formado pela torrente de lágrimas que as massas trabalhadoras, durante incontáveis milênios de sujeição a senhores, déspotas, sacerdotes, empresários e ricos proprietários, em todos os tempos, verteram dos olhos, caíram na terra, reuniram-se em um fio, avolumaram-se

até constituírem o curso líquido de impetuosa corrente que, após séculos sem fim de sofrimentos humanos, veio a configurar o perfil geográfico do vale que a oração envolvente e entorpecedora, sem suspeitar que exprime, simbolicamente, a verdade histórica, chama de “lágrimas” (VIEIRA PINTO, 2008: 23).

Está em questão, em toda esta obra, uma crítica contundente aos fundamentos éticos, ou, a falta de percepção deles, na epistemologia aplicada às Teorias desenvolvimentistas em questão, dirigidas aos países subdesenvolvidos.

Observa-se neste momento um deliberado enfrentamento teórico acerca dos “padrões cognitivos” (Côrtes, 2002: 63) defendidos pelos isebianos e os intelectuais da escola estruturalista cosmopolita, iniciada por Lévi-Strauss em São Paulo. Como pré-requisito fundamental para a prática sociológica, considera o autor o entendimento de que,

A constituição da sociologia em ciência, sob múltiplas formas, de Comte, passando por Veblen, Schumpeter, Keynes, até, baixando mais, chegar a um Lévi-Strauss e à nébula de “pesquisadores de campo” norte-americanos, só pode ser entendida na sua continuidade histórica. Por isso encontramos em face desta primeira conclusão absolutamente capital: o conceito de “vale de lágrimas” só pode ser entendido por quem possua a completa e verdadeira doutrina da história em totalidade (VIEIRA PINTO, 2008: 39)

Para Vieira, Lévi-Strauss orientava uma “escapatória utilizada pela sociologia comprometida com o poder econômico”, pois ao valorizar em sua obra a posição geográfica dos países de matriz eurocêntrica, reforçava a sua superioridade econômica e cultural de forma opressiva, se considerarmos que

Os países setentrionais de clima frio ou temperado gozam de privilégios que a natureza recusou aos nativos daquelas áreas que um sociólogo exemplar da fauna de garçons do colonialismo econômico chamou de “tristes trópicos”. Esta insultuosa sugestão só não merece, nem pode, ser refutada porque se trata de expressão sem sentido, sem relação com a realidade, sem categoria intelectual para merecer discussão (VIEIRA PINTO, 2008: 89).

Um dos intuitos desta Escola paulista foi consolidar-se a partir da observação de sociedades nativas (tupinambás, cadivéus, bororós) através de pesquisas de campo

que originam o fundamento do método estruturalista: o atavismo. Da natureza das críticas à sociologia paulista e à perspectiva metropolitana de Lévi-Strauss extraem-se uma ocorrência de fato comum aos viajantes estrangeiros: o princípio de alteridade em que observam um passado remoto de seus países como instrumento de uma “recapitulação de seu próprio progresso”. Ao examinar essa perspectiva, o filósofo Jacques Rancière (1997) afirma que

A recuperação do tempo que vai de Paris a São Paulo e de São Paulo às fronteiras de Rondônia é o caminho pelo qual a sociologia vê o seu sentido inverter-se. Essa é a "tristeza" destes trópicos. Ao desembarcar em Santos, Lévi-Strauss certamente conhecia a célebre frase de um presidente francês: "O Brasil será sempre um país do futuro". E ele também poderia, sem deixar Paris, descrever as alamedas e as casas tropicais do Rio, semelhantes às estações balneárias da França de 1860, as boiadas que cortavam São Paulo ao meio, os edifícios novos já envelhecidos ou a aristocracia decadente dos hipódromos e do Automóvel Clube. O cenário tropical tomou o lugar dos jacarés e das jibóias de Genoux⁷⁹. O futuro da civilização não passa da imitação de seu passado (RANCIÈRE, 1997:12).

Vieira Pinto considera inaceitável esta condição, inclusive com desdobramentos epistemológicos para a sociologia. A ciência que progride no país graças à peculiaridade, segundo Rancière (1997), ser o Brasil, “o país dos últimos sociólogos” porque

Essa esperança de uma comunidade regida pela lei de um passado posto em ordem constitui, ao tempo de Genoux, o objeto de uma jovem ciência que Auguste Comte aperfeiçoa e que Durkheim ensinará aos mestres de Lévi-Strauss. Esta ciência, que é mais do que uma ciência, que é a idéia de uma sociedade que transforma sua ciência em crenças e em ritos comuns, chama-se sociologia. Viajar pelo Brasil é viajar pelo país da sociologia. É esta viagem que o périplo brasileiro de "Tristes Trópicos" conduz ao fim (RANCIÈRE, 1997:12).

A obra “A sociologia dos países subdesenvolvidos” demonstra o quanto Vieira tornou-se intransigente em seu julgamento à sociologia brasileira. No curso da

⁷⁹ Nas "Mémoires d'un Enfant de la Savoie" (Memórias de um jovem da Savóia), publicadas em Paris em 1844, Claude Genoux, antigo limpador de chaminés que se tornou tipógrafo, narra seus anos de peregrinação e em particular sua viagem ao Brasil, em 1832.

obra fica expressa a interrupção que o processo de desenvolvimento em curso no governo João Goulart sofreu.

Para Vieira Pinto,

Só as revoluções brutais e esmagadoras, obscurantistas e retrógradas, na verdade contra-revoluções, são preparadas pelas idéias antigas da conjura secreta pela conspiração das forças desumanas, que consiste na simples difusão do pensamento dominante, e como tal obrigatoriamente reacionário. (VIEIRA PINTO, 2008: 31)

Vieira Pinto dedica especial atenção à metodologia utilizada na produção e atuação da sociologia brasileira na década de 70. Para o autor, as ciências sociais estiveram implicadas ingenuamente num projeto de dominação imperialista. Tornaram-se uma ideologia de classe, justamente das classes dominantes.

Vieira Pinto desejava que a sociologia fosse representativa daqueles habitantes do “vale de lágrimas” porque “a perda na noção de ‘classe social’ é um fato de extrema nocividade na concepção do projeto de transformação da existência histórica de uma nação atualmente subdesenvolvida (VIEIRA PINTO, 2008: 183). Não bastava à nação imperialista hegemônica a subserviência econômica a que estavam subjugadas as nações no sentido centro-periferia, foi preciso ir além: implementar um ambicioso projeto de despolitização das ciências sociais no Brasil.

As nações ricas sacramentaram a sua dominação ao utilizarem as instituições e os profissionais envolvidos nas ciências sociais e o produto de seus saberes e pesquisas acadêmicas para justificar cientificamente os mecanismos de exploração pós-coloniais. O professor Sérgio Miceli (1990) denuncia existirem condicionantes temáticas no âmbito das pesquisas científicas em ciências sociais patrocinadas pela Fundação Ford, como o Cebrap, o Iuperj, a Anpocs e o Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da PUC-RJ.

Nesses casos, houve uma orientação expressa das Fundações patrocinadoras estadunidenses no sentido de fomentar as pesquisas das ciências sociais brasileiras sobre questões relativas a: gênero, demografia, habitação e violência, tal qual as divisões da sociologia. Como expressou Vieira Pinto (2008: 115): “A divisão em

macro e micro sociologia é uma feitiçaria embusteira que propositadamente cria a ambliopia⁸⁰ sociológica.”.

Há que se relevar que o regime de exceção política vivenciado no Brasil nos anos 70 havia imposto aos intelectuais e cientistas censura e perseguição política. Cândido Mendes (1966), diretor do IUPERJ e da SBI – Sociedade Brasileira de Instrução exprime como justificativa para os “desvios” da sociologia brasileira a questão de que: “Tem-se revelado como historicamente inevitável a correlação entre o enrijecimento das estruturas de poder e a paralisia ou o torpor das ciências sociais” (MENDES, 1966:3). Fruto do novo regime político, para o sociólogo, as limitações acarretaram em pouco tempo a(o):

- a) depuração de seu instrumental científico;
- b) limitação às teorias de alcance médio;
- c) análises segmentadas, e
- d) confinamento da verdade científica a faixas extremamente limitadas do contínuo social brasileiro (MENDES, 1966:4).

Muitos pesquisadores em ciências sociais optaram pelo exílio e o trabalho em Universidades estrangeiras. Nesse sentido, o cientista político Juarez Rubens Brandão Lopes contra argumentaria ao afirmar que,

Antes de mais nada, de 1969 a 1974, foram as Ciências Sociais marcadas pela atmosfera opressiva do momento mais duro do regime militar, e em seguida, por uma década após 1974, sem que esse clima abrandasse significativamente no que diz respeito às atividades acadêmicas, pela “longa” abertura” com todos os seus ziguezagues. Em segundo lugar, e concomitantemente, foram elas atingidas pelas conseqüências do enorme aumento da pós-graduação, resultado das reformas dos estudos universitários da década anterior (LOPES, 1993: 158).

Tais condicionantes temáticos são corroborados pelo envio de professores aos Estados Unidos que receberam prévia instrução antes de iniciar o funcionamento dos cursos de pós-graduação em Ciências Sociais.

A socióloga Elisa Reis, nesse sentido afirmaria,

⁸⁰ Ambliopia: Imprecisão de visão sem lesão orgânica perceptível do olho. Dicionário Aurélio, 1988:37

E quando, uma vez mais em uma *joint venture* com a Fundação Ford, o IUPERJ optou por disciplinar o mestrado em Sociologia, optou também por um modelo diferente de recrutamento do docente-pesquisador. A idéia parece ter sido que, tendo já consolidado um núcleo mínimo de professores treinados em um pequeno número de universidades americanas de primeira linha, era agora possível ampliar o quadro com um recrutamento mais heterogêneo, na medida em que o treinamento do quadro docente perdia prioridade (REIS, 1993:120).

Os juízos expressados por Elisa Reis podem ser confirmados por alguns indicativos do volume de recursos aplicados nestes Institutos, conforme quadro de Miceli (1993), apresentado a seguir:

Quadro nº 07:

Recursos internacionais destinados à pesquisa no Brasil

	Instituição	Departamentos
1	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC - RJ)	Economia Demografia Relações Internacionais
2	Fundação Carlos Chagas – SP	Estudos Femininos Educação
3	Universidade Federal de Viçosa	Economia Agrícola
4	Centro Brasileiro de análise e Planejamento (CEBRAP)	Economia Demografia Sociologia Ciência Política
5	Fundação Getúlio Vargas RJ e SP (FGV)	Economia Administração Direito Documentação Histórica
6	Universidade Federal do Ceará	Economia agrícola
7	Universidade de Brasília (UnB)	Relações internacionais Antropologia
8	Sociedade Brasileira de Instrução RJ (Universidade Cândido Mendes)	Sociologia Ciência Política
9	Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ)	Sociologia Ciência Política
10	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)	Sociologia Antropologia Ciência Política

Fonte: Miceli, Sérgio. A fundação Ford no Brasil. São Paulo: Sumaré-FAPESP, 1993.

Depositava-se assim, no escopo das ciências sociais, a última instância do repertório de estratégias de dominação colonial de corte imperialista. No início da década de 70, a remessa de lucros das filiais de empresas estadunidenses com endereço no Brasil haviam se constituído numa das poucas atividades imunes à crise que se abativera sobre a economia daquele país. Nesse sentido, Celso Furtado (1973), afirmara,

Tendo em conta a importância considerável dos investimentos já realizados pelas empresas americanas no estrangeiro, poder-se-á indagar se os lucros proporcionados por esses investimentos já não constituem uma base capaz de permitir-lhes uma expansão indefinida (FURTADO, 1973:75).

A necessidade de garantir o fluxo das remessas de lucros em sentido “indefinido”, crescente, observa Vieira, teve orientações temáticas indesejadas “no terreno respeitável” das ciências sociais, pois

É assim que uma vulgar, interesseira e estúpida noção, produto de uma exigida falsificação perpetrada pelas potências dominantes sobre a grande multidão da humanidade, acaba por dar lugar a um amontoado de teses, apresentadas com o caráter de “sociologia” isto é, de digna construção científica (VIEIRA PINTO, 2008:22).

São o alvo preferencial das análises críticas realizadas pelo pensador campista, em tom de denúncia, hipoteticamente:

- a) a ética na relação entre as instituições de ensino em Ciências Sociais no Brasil e as suas mantenedoras: a Aliança para o progresso e as Fundações Ford e Rockefeller;
- b) o direcionamento temático das linhas de pesquisa dos recém-criados institutos de pesquisa (como IUPERJ – Instituto de Pesquisas Universitário do Rio de Janeiro e CEBRAP – Centro Brasileiro de análise e Planejamento);
- c) a relevância dos encontros de seus especialistas (como a ANPOCS: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais e os encontros sobre a temática desenvolvimentista);

- d) a metodologia utilizada pelos cientistas sociais privilegiarem aspectos formais de análise em detrimento da utilização do método filosófico dialético, e,
- e) o trabalho dos órgãos públicos e seus tecnocratas filiados às pastas da economia e planejamento.

Para Vieira Pinto, os anos 70 assinalavam uma corrupção alarmante no âmbito das ciências sociais. Neste momento, em que organizavam-se, as instituições não suportaram o poder sedutor das verbas colocadas à disposição para a realização de pesquisas, no entanto, a um custo ético altíssimo. O pensador frisaria o uso imperialista das ciências sociais,

Sendo numerosos os serventes que os suseranos da ordem capitalista recrutam para trabalharem na construção desse muro de contenção, assim como as contribuições com que a fértil imaginação dos sociólogos e economistas juramentados abarrota o mercado, a pródiga distribuição de faculdades de direito, de sociologia, de escolas de economia, cursos “básicos” e milhares de outros de simples fantasia, para efeito de captura e agregação do maior número de inteligências jovens ao que chamam “ciências sociais”, tudo isto dá origem a ofuscamento da visão, ao entulhamento do campo da realidade que torna imperiosa a exigência da repetição de um célebre trabalho de Hércules que certamente não poderá ser feito por nós, nem por qualquer outro estudioso isolado, mesmo dotado da indispensável consciência crítica, a limpeza desta estrebaria (VIEIRA PINTO, 2008: 30).

A escrita de “A sociologia dos países subdesenvolvidos” foi iniciada em 13 de agosto de 1974 e concluída em 13 de fevereiro de 1977⁸¹. No alto da primeira linha

⁸¹ Trata-se de dois cadernos espirais: um colegial e outro universitário (cuja capa expressa sua origem comercial: a livraria Noblesse, na cidade de Campos dos Goytacazes - RJ). Vieira Pinto celebrizou-se pela extensão de seus livros mais importantes (400 a 1.200 páginas); escreve com uma peculiar letra miúda; todos os espaços do papel são ocupados; o autor não respeita margens nem cabeçalhos. Não há nenhum parágrafo em toda a obra. Balões compõem o cenário das folhas, com suas observações. As correções são raras. Na maioria de suas obras, não há citações. Não existem referências espaciais nem temporais precisas. A fala de Vieira Pinto notabilizou-se pelo uso de linguajar comum. “A sociologia dos países subdesenvolvidos” não foi datilografada por dona Maria Pinto, sua esposa, como de costume em toda a sua vida porque sofria, neste momento, de aguda deficiência visual.

dos manuscritos há uma distinção expressa sobre o título provisório da obra todo escrito em letras maiúsculas e riscado: SOCIOLOGIA DO VALE DE LÁGRIMAS.

O que é o vale de lágrimas?

Em Agostinho, bispo de Hipona, séc. IV (em sua obra *De Civitate Dei*), encontra-se um dos fundamentos teológicos mais bem estruturados sobre o vale de lágrimas. O teólogo assistira ao esfacelamento do Império Romano, episódio que marca a transição temporal entre o mundo antigo e o medievo feudal. Uma das teses explicativas para o declínio do Império Romano mais difundidas historiograficamente associa-o ao crescimento do culto cristão a partir da promulgação do Édito de Milão (313, Constantino) que tornou o cristianismo a religião oficial do Império Romano do Ocidente. Agostinho, contrariando o sentimento comum anti-cristão de sua época, afirmara que “era apenas a mão de Deus castigando os homens da cidade terrena e anunciando o triunfo do cristianismo” (Motta Pessanha, 1996: 22). A cidade dos homens (cidade terrena) ficara assim constituída pelos descendentes de Adão e Eva que haviam transferido o pecado original a eles. Os castigos, o sofrimento ocorridos no vale de lágrimas seriam ações para a redenção e ingresso na Cidade de Deus.

Vieira Pinto, ao estruturar a obra “A Sociologia dos países subdesenvolvidos” a partir da ocultação do vale de lágrimas expressa discordância filosófica quanto à questão do pecado original. Para o pensador,

“Deus pecou”. Pecou duplamente: a) Porque criou um homem que pecou. (o sofisma da liberdade, no caso, não passa de desculpa de mau pagador, isto é, de mau teólogo.) b) E porque não se redimiou, devolvendo à imensa maioria do gênero humano que, através das idades, em todos os tempos e idiomas lhe vêm implorando perdão, a beatitude original, a anistia ontológica, a extinção do “vale de lágrimas”, mais do que merecida pela pureza moral do arrependimento e dos padecimentos vividos pelos homens. Se nos permitimos usar um tom ligeiro no tratamento do assunto é porque estamos no plano das tabulações oriundas da mentalidade primitiva (VIEIRA PINTO, 2008: 201).

É justamente este vale o pano de fundo em que transcorrerão todas as páginas de “A sociologia dos países subdesenvolvidos”. A alegoria principal da obra filosófica foi obtida a partir da oração “Salve Rainha”, última prece que encerra a

reza do rosário católico. Vieira Pinto afirma o interesse especial nesse vale, cujas lágrimas foram obtidas através do acúmulo de sofrimento relativo ao “regime da divisão social em classes sociais antagônicas” (VIEIRA PINTO, 2008: 21) ao longo da trajetória humana e da espoliação do trabalho.

Esse sofrimento está enraizado em concepções metafísicas, em que o sofrimento humano é naturalizado em várias crenças a partir do cometimento de um pecado original. Essas crenças apóiam-se na tônica salvacionista como principal argumento de atração de seus fieis. O que contraria o autor não é a tradição das antigas crenças, mas a utilização dessa alegoria por parte dos poderes dominantes; as elites justificam a sua exploração sobre os trabalhos e o sofrimento delas através de uma perspectiva teológica contida na ordenação imutável da sociedade medieval, onde o vínculo sangüíneo estabelecia as posições em sociedade.

Não existe saída do vale. Para Vieira Pinto é uma condenação perpétua, inescapável às massas trabalhadoras. A sociologia, por princípio, não poderia ocultar a existência do vale. Ciente dessa percepção, o autor procura entendimento para as seguintes indagações:

a) por que realmente o trabalhador é um homem que habita as vertentes de um “vale de lágrimas”, ou seja, qual a origem desta formação geológico-sociológica;

b) que se deve fazer para dar-lhe um término, acabar com o torturante acidente geográfico, o que significa dizer para que o trabalhador construa a sua morada e organize a sua vida na fértil paisagem de planícies regadas apenas pelas águas naturais (VIEIRA PINTO, 2008, 23).

Filosofia brasileira e nacionalismo

O caminho para a interpretação das ideias do filósofo isebiano precisa ocorrer, segundo Côrtes (2002), através do resgate histórico do debate intelectual travado em meados dos anos 70, quando o padrão de cognição que ele representava foi combatido.

Volver ao seu passado poderá revelar-se uma experiência contributiva para a sociedade brasileira, que entre os muitos dilemas do século XXI enfrenta o desafio de

realizar-se como civilização. Esse compromisso coloca-se para a Filosofia desde suas origens remotas ao estabelecer uma relação entre saber e verdade e Vieira Pinto, como filósofo, buscou consolidar em sua obra contribuições à compreensão do país subdesenvolvido tendo por objeto a consciência brasileira. Nesse sentido, o autor revela em sua obra o sentimento de dúvida em relação às grandes teorias econômicas e sociológicas acerca da condição do país subdesenvolvido,

Por conseguinte, só a lógica dialética não-idealista está capacitada a apreciar a correlação entre os diversos processos nacionais, excluindo a leviandade e a simploriedade dos matizes quantitativos comparativos, as aproximações dos cursos dos desdobramentos, das formas de aproveitamento dos recursos de cada povo, a inadmissível falta de constante referência à consciência política que move os projetos do ser nacional em cada caso, e muitos outros defeitos, todos representativos da atitude formalista, em quaisquer numerosas variedades, e do inaproveitamento da ciência dialética (VIEIRA PINTO, 2008: 175).

Vieira demonstra que a atitude crítica que funda a Filosofia é permeada pela negatividade, que compõe umas das etapas do método dialético de análise filosófica. Em Bornheim (2000), encontramos a estrutura de análise filosófica pertinente ao método dialético que Vieira Pinto, como veremos, defendeu persistentemente: “Desta dialética, o primeiro momento é constituído pela afirmação dogmática do mundo; o segundo é a experiência da negatividade; e o terceiro é o ato de assumir a filosofia como tarefa” (Bornheim, 2000: 74).

A negatividade desponta portanto como método no comportamento filosófico de desvelamento da verdade. Conjuga-se assim com a dúvida. Vieira Pinto apoia suas análises no conhecimento da cultura nacional. Em “A sociologia dos países subdesenvolvidos”, ele eleva o tom de suas críticas em relação à herança que possuímos do iberismo feudal e afirma que a máxima teológica que ratifica a impossibilidade dos ricos em ingressar nos campos do senhor é uma permissão para os mesmos atingirem o sucesso material no reino terreno⁸².

⁸² O autor afirmaria nos “Cadernos do povo brasileiro” (1962): - Por que os ricos não fazem greve?

Para fins de análise, Vieira Pinto dividiu a consciência em duas categorias: crítica e ingênua, numa perspectiva dialógica. Tal perspectiva representava, à época dos escritos, uma censura ao método experimentado pelas demais ciências sociais que fundamentam-se em aspectos formais e estatísticos. Para Vieira Pinto (1973), “... *lo importante es el correcto enfoque conceptual de la cuestión, lo que significa el empleo de adecuadas categorías lógicas para definir y juzgar los fenómenos*” (VIEIRA PINTO, 1973: 280)

Álvaro Vieira Pinto, segundo seus amigos mais próximos como Ênio Silveira e Moacyr Félix era um grande erudito. Em “A sociologia dos países subdesenvolvidos”, o pensador revela-se um conhecedor de falas populares e de uma eloquência contumazes cujo alvo são os sociólogos que transformaram-se em “serviçais atalaias da classe dirigente”, contrariando a tradição emancipatória da breve ciência social. Ao serem publicadas novas análises da sociologia brasileira, clarificava-se o motivo das críticas contundentes.

Nesse período, a sociedade brasileira vivia uma atmosfera democrática. Elegera Juscelino pelo voto direto; a inauguração de Brasília, construída em apenas quatro anos, no Centro-Oeste do país, simbolizava um ritmo acelerado de desenvolvimento econômico. A cultura nacional exibia valores “irreconhecivelmente inteligentes” (Schwarcz, 1998) como o cinemanovismo, o teatro do oprimido, a bossa nova, a poesia concreta; a pintura e a escultura com grande aceitação da crítica internacional. Schwarcz destaca também a questão da inédita condução da política externa que optava ostensivamente pela neutralidade.

O ISEB iniciou em 1956 a missão de difundir na sociedade brasileira uma ideologia do desenvolvimento, uma mudança de mentalidade em apoio ao plano de metas do governo JK. A primeira turma de estudantes teve o Barão de Mauá como seu patrono. O Instituto foi fechado nos primeiros dias de março de 1964 por decisão dos militares que o invadiram, saquearam e atearam fogo em seu acervo em plena Rua das Palmeiras, Botafogo – RJ. Os livros mais raros do ISEB estão sob cautela da Escola Superior de Guerra, a maioria deles versam sobre o pensamento de Marx e Lukács e pertenciam ao professor Vieira Pinto. Em visita a esta biblioteca pudemos

constatar que as dezenas de exemplares estrangeiros não estão catalogados de acordo com sua origem espúria e há dificuldade em acessá-los.

Os estudos sobre a subjetividade do povo brasileiro sofreriam uma grande guinada com a popularização do uso da televisão durante o regime militar⁸³. De acordo com a costumeira antevisão de Vieira Pinto (1962):

A aparelhagem de opressão ideológica não se exerce agora graças tão-somente ao prestígio social, à cultura monopolizada por pequenos grupos de letrados; faz-se por intermédio das máquinas de difusão das idéias, a imprensa, o rádio, o cinema, a televisão, que ingressam assim na categoria dos bens mais valiosos entre os que compõem a fortuna dos ricos (VIEIRA PINTO: 1962, 60).

Os estudos sobre a ideologia voltam com o presente capítulo ao pretender trazer nova luz às discussões teóricas contidas no livro “A sociologia dos países subdesenvolvidos”. A obra é uma contribuição teórica de Vieira Pinto, ao inserir no panorama epistemológico das ciências particularistas, como as ciências sociais brasileiras do período, um olhar filosófico. Em resumo, Vieira Pinto questiona o nível de realismo contido nas ciências sociais desse período e as repercussões das influências teóricas eurocêntricas na formação acadêmica do cientista social brasileiro.

Através da contextualização de época, nomeamos o estudo como “Sociologia e subdesenvolvimento: visita ao espaço reflexivo dos escritos derradeiros de Álvaro Borges Vieira Pinto (1974/77)”, por julgar a temática do subdesenvolvimento/desenvolvimento como principal legado teórico do pensador.

Para Vieira Pinto, o método dialético permite que a relação entre sujeito (cientista social) e objeto de investigação (desenvolvimento/subdesenvolvimento) capte os fenômenos em movimento, em processo. Assim, a condição do país torna-se

⁸³ Isso foi possível a partir da criação da Embratel – Empresa Brasileira de Telecomunicações, em setembro de 1965, o que permitiu a formação de uma rede de televisão, a rede Globo no mesmo ano. O início das transmissões via satélite foi possibilitado pela instalação em Itaboraí – RJ, pela Embratel, da estação terrena de comunicação via satélite, em 1969. A primeira transmissão foi permeada pela tragicidade. Fora anunciada a transmissão ao vivo pela Rede Globo do vôo da espaçonave Apolo 9. O vôo foi abortado e foi ao ar uma entrevista com o papa Paulo VI gravada na véspera. Fonte: Jornal Nacional: A notícia faz a história. Zahar, 2004.

verificável quando percebe-se o “significado” e o “papel” do tempo. Para o filósofo, o tempo,

En su significación originaria, física, el tiempo existe como forma de la realidad de las cosas en totalidad, y solo posteriormente se encuentra como representación en la consciencia que aprehende el mundo. El pensamiento descubre entonces el significado que el tiempo tiene para él. Como consecuencia de la correlación que la consciencia guarda con la realidad, aprehende el papel del tiempo en la constitución de sí mismo como entidad subjetiva (VIEIRA PINTO: 1973:364).

A sociologia dos países subdesenvolvidos foi escrita de 1974 a 1975 e terminada sua revisão em 13 de fevereiro de 1977, contexto no Brasil do governo Ernesto Geisel, em que observa-se a transição de um período desenvolvimentista ao de estagnação econômica, em que “a tarefa de planejamento tornara-se extraordinariamente árdua e difícil em face das perplexidades de um mundo que não soube refazer-se de crises que o assaltaram ao mesmo tempo, quase inopinadamente...” (GEISEL, 1974:3).

O presidente Ernesto Geisel reconhecia ali a percepção de que o ciclo desenvolvimentista do regime militar mostrava sinais de transição para a década perdida e da estagnação, embora a sua equipe ministerial realizasse um grande esforço para difundir representações como o “grande momento brasileiro” e o “êxito econômico dos governos revolucionários” (Campos, 1972: 7).

Em que pese a observância nítida, no período, da supremacia do Poder Executivo sobre o Legislativo, propiciando condições políticas excepcionais para a consecução dos desafios da política econômica. O maior exemplo desta fase são os atos institucionais que extinguiram em 1964 todos os partidos políticos. Vieira Pinto respondia e era procurado pela polícia política em três inquéritos policiais militares (IPM's): o do ISEB, o da UNE e o da Faculdade Nacional de Filosofia.

A obra em questão, *A sociologia dos países subdesenvolvidos*, responde aos principais questionamentos quanto aos governos militares de 60-70-80: - a inconsistência do “milagre econômico”, a dívida social e a redemocratização do país. Ou seja, os esforços governamentais concentraram-se ora na estabilização, ora no crescimento e não no combate à pobreza com políticas distributivas. Havia naquele

momento uma atmosfera de terror, com prisões arbitrárias, censura, ausência de eleições livres, o que provocou uma imagem brasileira de república antidemocrática e militar. Said (2011:332) afirmaria nesse sentido que,

Os escritores pós-imperiais do Terceiro Mundo, portanto, trazem dentro de si o passado – como cicatrizes de feridas humilhantes, como uma instigação e práticas diferentes, como visões potencialmente revistas do passado que tendem para um futuro pós-colonial, como experiências urgentemente reinterpretáveis e revivíveis, em que o nativo outrora silencioso fala e age em território tomado do colonizador, como parte de um movimento geral de resistência.

Neste período, muitos estudos socioeconômicos disseminaram-se acerca da condição brasileira. Discutia-se o nível de presença do Estado brasileiro como regulador da economia, sua causa ou não do abismo entre classes sociais no país.

Vieira Pinto referia-se à questão do uso e da posse dos recursos tecnológicos considerados “instrumentos da avançada produção”. Por este meio, conquistava-se a soberania da nação subdesenvolvida, pois enxergava a tecnologia, naquele momento, como uma área privilegiada da cultura que as potências industriais “conservavam e reproduziam” ao se apoderarem do único recurso que resta às massas: a força do trabalho, porque

Em todas as épocas a tecnologia existente, sempre nas mãos das minorias possuidoras da autoridade, que dela tem o privilégio da invenção, do comando e da colheitas dos resultados, constitui importantíssimo fator no combate social (VIEIRA PINTO, 2008: 139).

Quando comparado ao que escrevera o professor Fernando Henrique Cardoso, nota-se um deslocamento, pois para o intelectual paulista,

O “subdesenvolvimento nacional”: Torna-se necessário, portanto, definir uma perspectiva de interpretação que destaque os vínculos estruturais entre a situação de subdesenvolvimento e os centros hegemônicos das economias centrais, mas que não atribua a estes últimos a determinação plena da dinâmica do desenvolvimento (CARDOSO, 1969:511).

Vieira Pinto permite-se discordar desta formulação, o que considera uma das estratégias de ocultação do “vale de lágrimas”: a de viés político. Na opinião do pensador,

A ideologia da ocultação política nega a perda da soberania do país efetivamente colonial. E separa os aspectos que sabemos estarem reunidos na acepção, sempre universal, do caráter político de um estado da sociedade. Declara que o subdesenvolvimento nada tem a ver com as relações econômicas internacionais (VIEIRA PINTO, 2008: 167).

As diferenças conceituais acerca do desenvolvimento contido nas instituições que representaram Álvaro Vieira Pinto e Fernando Henrique Cardoso (ISEB e CEBRAP) extrapolam a questão do peso dos fatores exógenos na análise do desenvolvimento nacional como declarado pelos autores nas citações retromencionadas e outros (Côrtes, 2003 e Bresser Pereira, 2015). Paixões, bairrismo, corporativismo, cosmopolitismo e diferenças dos padrões de conhecimento estabelecidos pelo tempo de pouco mais de uma década devem ser analisadas a partir de pressupostos inescapáveis, quer sejam:

1 - O déficit temporal em relação à criação das mesmas. O ISEB surge em 1955, no governo Café Filho, tendo por horizonte a democracia e o desenvolvimento, enquanto o CEBRAP, em 1969, sob os auspícios do governo Costa e Silva insere-se na perspectiva da redemocratização do país;

2 - Enquanto o ISEB funcionava como órgão de Estado, vinculado ao Ministério da Educação, o CEBRAP esteve amparado pela Universidade de São Paulo, com suas pesquisas financiadas por órgãos estrangeiros de fomento;

3 - O time do ISEB era composto por intelectuais de prestígio, cujas publicações notabilizaram-se pela tradição ensaísta; os integrantes do CEBRAP possuíam assumidamente caráter docente cuja produção tinha base cientificistas-empirista;

4 - As instituições produziram teses discordantes sobre o papel do empresariado na revolução burguesa no Brasil, sobre a existência ou não de

instituições feudais no Brasil e sobre a teoria do desenvolvimento. No momento em que foi criado, o CEBRAP dedicou-se inicialmente a desconstruir as teorias isebianas;

5 – O lugar de Vargas na história do Brasil foi uma das questões que distanciaram CEBRAP e ISEB. Enquanto a Instituição paulista o repelia assim como não compreendia seu regime político – o populismo – o Instituto fluminense nutria admiração ao trabalhismo, ao nacionalismo e aos sindicatos.

6 - A teoria da dependência

O trabalho de maior expressão do CEBRAP esteve a cargo de Fernando Henrique Cardoso: A teoria da dependência. Muitas controvérsias ocorreram a respeito da origem da teoria. Para o prof. Theothonio dos Santos,

Cardoso aceitou a irreversibilidade do desenvolvimento dependente e a possibilidade de compatibilizá-lo com a democracia representativa. A partir daí, segundo Cardoso a tarefa democrática se converteria em objetivo central da luta contra um estado autoritário apoiado sobretudo em uma “burguesia de Estado” que sustentava o caráter corporativo e autoritário do mesmo. Segundo ele, os inimigos da democracia não seriam portanto, o capital internacional e sua política monopolista, captadora e expropriadora dos recursos gerados em nossos países. Os verdadeiros inimigos são o corporativismo e uma burguesia burocrática e conservadora que, entre outras coisas, limitou a capacidade de negociação internacional do país dentro do novo patamar de dependência gerado pelo avanço tecnológico e pela nova divisão internacional do trabalho que se esboçou na década de 70, como resultado da realocação da indústria mundial (DOS SANTOS, 2000:35).

No entanto, para a teoria da dependência de Fernando Henrique Cardoso prosperar foi necessário desprezar, ao contrário do que propugnava a teoria desenvolvimentista do ISEB, o poder catalisador que o sentimento anti-imperialista despertava na sociedade civil.

7 – As influências estrangeiras

De sua origem nos anos 30 aos anos 60 quando surge o CEBRAP a USP – A Universidade de São Paulo por iniciativa de Júlio de Mesquita Filho, esteve marcada pela presença de intelectuais estrangeiros como Levi Strauss, Fernand Braudel, Roger Bastide e Alain Tourraine, estes, segundo relata Cardoso (2011: 24) obtiveram forte

influência de escolas sociológicas europeias de corte weberiano e positivista. A escola francesa marcou os destinos da Universidade e, na opinião do professor isebiano Joel Rufino dos Santos,

As diferenças entre as teses isebianas e uspianas foi, a certa altura, apresentada por representantes menores destas últimas – que se deslumbravam com os *brazilianists* na exata medida em que desdenhavam analistas brasileiros do Brasil – como sendo de “rigor acadêmico”. Ora, rigor acadêmico é uma falácia, um engana-olho. A diferença real foi entre uma ciência social deliberadamente produzida no processo de luta *versus* outra produzida deliberadamente em gabinetes (Dos Santos, 2005: 51).

Entende-se por esses motivos a contundência da fraseologia utilizada por Vieira para criticar a produção teórica das ciências sociais no Brasil nos anos 70, notadamente a sociologia, reúne uma série de termos próprios da angústia e ressentimento provocados pela perseguição política e isolamento impostos a alguns intelectuais, como o próprio Ênio Silveira, editor de expressão, recolhido à prisão em 27 de maio de 1965.

Uma das maiores preocupações dos regimes totalitários reside nessas práticas de terror, pois para Arendt (1989),

O governo totalitário, como todas as tiranias, certamente não poderia existir sem destruir a esfera da vida pública, isto é, sem destruir, através do isolamento dos homens, as suas capacidades políticas. Mas o domínio totalitário como forma de governo é novo no sentido de que não se contenta com esse isolamento, e destrói também a vida privada. Baseia-se na solidão, na experiência de não se pertencer ao mundo, que é uma das mais radicais e desesperadas experiências que o homem pode ter (ARENDR, 1989: 527).

Certamente, a percepção de Hannah Arendt é uma das justificativas para entendermos a elevação do tom dos escritos derradeiros de Vieira Pinto. Não permitem, assim, a manutenção de um espaço mínimo para uma réplica ou continuidade dos debates, tal a força argumentativa expressa em quase 90 subtópicos de suas “desconsiderações” metodológicas. Tal atitude contraria, em parte, as suas próprias teses na área de educação que sempre pautaram-se por uma relação dialógica entre ensino e aprendizagem.

No entanto, o pensador adverte que *A sociologia dos países subdesenvolvidos* era considerada um monólogo. Vieira Pinto a escreveu tendo por público receptor ele mesmo, pois “só o escuta o papel que absorve as linhas que escreve.” Certo é que suas denúncias procuravam trazer à tona uma questão basilar para o ensino superior: a soberania implicada no financiamento de institutos de pesquisas (como o IUPERJ e o CEBRAP nos anos 70), situados na esfera das ciências sociais, por capital estadunidense.

As preocupações de Vieira Pinto se revelam promissoras. Já em princípios dos anos 90, Sérgio Miceli publicava “A desilusão americana” em que revelavam-se as contrapartidas metodológicas das verbas de financiamento dos EUA: a lenta, gradual e progressiva despolitização das pesquisas em ciências sociais no Brasil. Pierre Bourdieu (2004) aponta, no mesmo sentido, para quais devem ser “os usos sociais da ciência”.

Os escritos de *A sociologia dos países subdesenvolvidos* também reatualizam as discussões de Paulo Prado e Sérgio Buarque de Holanda sobre as influências do mundo ibérico cristão em nossa formação social, que Vieira Pinto enriquece através de uma perspectiva filosófica.

A percepção do retardamento do processo de secularização da sociedade brasileira é uma possibilidade de análise da obra “A sociologia dos países subdesenvolvidos”. Fenômeno identificado na Reforma e na contra reforma católica, século XVI, representou inicialmente a transferência de bens eclesiásticos ao Estado nacional moderno. A secularização de que estamos tratando é um fenômeno que utiliza-se da mesma expressão semântica, mas vincula-se historicamente ao processo de legitimação a que ficam dispostos os sujeitos perante à industrialização da civilização ocidental e a racionalização de sua ação política. Presente na obra de maior difusão das idéias de Max Weber – “A ética protestante e o espírito do capitalismo”, quando o pensador alemão enumera três questões constitutivas do processo de secularização, (cf. MARRAMAO, 1995: 31), em resumo seriam:

- a) o princípio da ação eletiva (ou princípio da auto decisão individual);
- b) o princípio da diferenciação e especialização progressiva (que atinge funções, status e instituições);

c) o princípio da legitimação (entendida como reconhecimento ou mesmo institucionalização, do processo de mudança).

O desejo de mudança social apontado por Vieira expressa sobretudo a sua representatividade social, o sonho esteve presente na mentalidade de parcelas expressivas da população brasileira em seu tempo. O seu pensamento foi disseminado por professores, políticos, articulistas de jornais, artistas e sindicatos. O pensamento de Vieira Pinto está vivo.

Capítulo V

Sociologia crítica: contribuições teóricas de Álvaro Vieira Pinto ao desenvolvimento
(1974-1977)

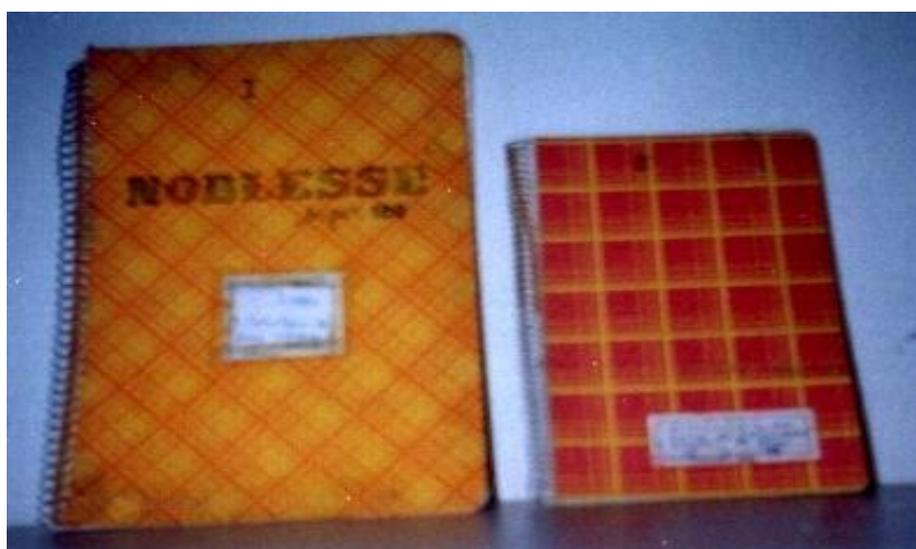


Fig. nº 04 Imagem dos cadernos: manuscritos derradeiros de Álvaro Vieira Pinto
(Acervo pessoal Prof. Ernesto De Fáveri)

Porque o dilema entre nacionalismo e não-nacionalismo é de caráter ontológico, diz respeito ao ser da nação, a qual deve permanentemente reafirmar-se sob pena de desintegrar-se, pois a nação não é “coisa” existente e estabelecida de uma vez por todas, ao abrigo das alterações temporais, mas “processo”, que exige contínua instituição dos fatores que a sustentam no curso de suas inevitáveis modificações.

Álvaro Vieira Pinto, 1960: 316

A educação que é preciso difundir custa o que custa o próprio desenvolvimento nacional.

Álvaro Vieira Pinto, 1962: 117

Após o seu nascimento em Campos dos Goytacazes em 1909, não existem evidências documentais a respeito da vida de Vieira Pinto na cidade campista, exceto por uma visita inusitada realizada no dia 27 de abril de 1962⁸⁴. Na cidade organizara-se um C.P.C. - Centro Popular de Cultura que funcionava no auditório localizado nos altos da Rodoviária Roberto da Silveira. Acolhido por um público excepcional, Vieira Pinto veio a Campos como dirigente máximo do primeiro instituto de pesquisas em pós-graduação de ciências humanas do Brasil, o ISEB, apresentar uma conferência sobre nacionalismo e humanismo.

Para chegarmos à contribuição teórica contemporânea de Vieira Pinto à sociologia e ao desenvolvimento faz-se necessário recorrer à sua influência sobre a organização de conselhos populares como o C.P.C, e atualizar a necessidade premente da revalidação desse tipo de experiência. A ressonância em escala local da expansão dos limites da participação democrática, a consulta *ex tempore* da vontade popular, a ingerência na formulação da proposta de orçamento público e na sua execução e a reflexão sobre uma proposta autêntica de desenvolvimento são funções desejáveis para o que propugnamos como contribuição inspirada na obra de Vieira Pinto para essas temáticas.

Em resumo, pretende-se reavivar a gestão participativa direcionada a uma política de desenvolvimento. Intento que inverta o sentido da ordem tradicional de origem social na formulação dessas políticas para que a sociedade desfrute dos mesmos resultados observados pelos C.P.Cs. no âmbito da Cultura. Postulamos para atendimento deste objetivo o modo como a sociologia crítica pode exercer seu papel orientador: voltando-se para as camadas da sociedade que necessitem encaminhar suas propostas de desenvolvimento ao Estado e não ao contrário, que o Estado imponha novamente uma política de desenvolvimento à sociedade alheia à sua vontade.

Consideraremos como possibilidade analítica para o referido tema, o estudo de um caso recente de subordinação a uma teoria estrangeira relativamente aos processos de desenvolvimento. Seu fio condutor percorre o último quartel do século

⁸⁴ Como noticiaram amplamente em primeira página os periódicos da época.

XX, quando se enxerga uma transição paulatina entre a crise da T.D.E. - Teoria do Desenvolvimento Econômico em direção à emergência do embrião da nova Teoria do D.S. - Desenvolvimento Sustentável, desígnio que tornou-se, em seu itinerário pelo Brasil, sinônimo de desenvolvimento orientado para as políticas públicas relativas a esta temática.

Identificamos na obra “A sociologia dos países subdesenvolvidos” uma análise crítica dos primeiros sinais relativos às contradições teóricas desta teoria (D.S.) sob o ponto de vista dos interesses nacionais, o que Vieira Pinto denominou “a formação das novas teorias por invenção”.

No período em que o autor escreve “A sociologia dos países subdesenvolvidos” (1974-1977) já é possível identificar a reformulação promovida em sua perspectiva de revolução nacional. Próximo aos episódios de abril de 1964, ele já não acredita na possibilidade de contar com o empresariado nacional para constituir uma aliança de classes que acarretasse uma revolução. Afirma taxativamente que a elite econômica do país entregara-se ao projeto de aliança ao capital internacional, levando consigo o governo, os órgãos de imprensa e os institutos de pesquisa. Por esse motivo desloca sua expectativa de revolução social para as camadas populares. Para que a revolução nacional ocorra, Vieira elege a sociologia crítica como farol da referida revolução. Esse deslocamento retira do empresariado o papel de líder do processo de desenvolvimento que a geração isebiana havia-lhe conferido. Hipoteticamente, Vieira considera que fica reduzido também o alcance do Estado no planejamento das políticas de desenvolvimento. Este poder de planejar o desenvolvimento passa a ser compartilhado com a sociedade civil sob a orientação de uma sociologia crítica.

Vieira se pergunta: como anda a sociologia brasileira? Quais as fragilidades epistemológicas que a mesma possui para levar este audacioso projeto adiante?

As propostas contidas no livro “A sociologia dos países subdesenvolvidos” parecem conter um número significativo de respostas para tais indagações. Estas propostas, apontam para além de seu aspecto teórico, uma mudança radical na

formação do cientista social. Vieira Pinto propõe uma sociologia crítica orientada para o desenvolvimento.

Que modelo de desenvolvimento anunciava-se quando Vieira Pinto se deparou entre 1974 e 1977 com as consequências das crises cíclicas do sistema de acumulação de capital?

A ocultação ecológica do subdesenvolvimento

Ao voltar-se para a análise das “novas teorias por invenção” Vieira Pinto declara tratar-se de mais uma teoria do desenvolvimento que ignora o poder de participação social da maioria da população brasileira, mantendo-a à margem do debate. Pelo potencial que as forças populares possuem na transformação da realidade – o que Vieira Pinto chama de consciência crítica –, não é possível que uma proposta “enlatada” de desenvolvimento vingue, pois ela despreza, até por desconhecê-la, a energia latente possuída pelas camadas populares em revolucionar a realidade. Os frutos do desenvolvimento renovado pelas “novas teorias por invenção” restringe-se novamente a poucos.

Sua análise decorre da leitura que fez das primeiras representações sociais surgidas do que se consolidaria ao final dos anos 80 como teoria do D. S. Portanto, o autor assiste às contradições observáveis logo no nascimento da Teoria do D.S.

Vieira percebe um fenômeno prosélito: “a visão ecológica do processo social” (VIEIRA PINTO, 2008: 187). A teoria do D.S. é permeada por “incoerências lógicas” que o pensador considera como veremos adiante, tratar-se apenas de uma “nova etiqueta” (VIEIRA PINTO, 2008: 354) utilizada para ocultar o estado de subdesenvolvimento.

Surge, o que surpreende o filósofo, a imediata conversão de um expressivo grupo de sociólogos brasileiros – cosmopolitas – às novas teorias por invenção (VIEIRA PINTO, 2008: 196). Ao contrário da conversão imediata que assiste, Vieira enxerga uma oportunidade nestas circunstâncias. Para ele, a tarefa essencial para o desenvolvimento que caberia ao sociólogo do povo subdesenvolvido desempenhar, a grosso modo seria:

a) avaliar estrategicamente o contexto em que se insere a nação na nova teoria, utilizando-se de um método que permita a visão da totalidade da questão social, para o qual sugere o método dialético. A avaliação resultaria na decisão de acatar-se ou não uma teoria que desloca a discussão de um campo científico organizado – o ecológico – para um outro, o campo social, como nova modelagem para ocultar-se o subdesenvolvimento;

b) organizar um espaço público nas comunidades locais para a discussão e elaboração de uma proposta política que permita o aprofundamento da realidade, o planejamento e encaminhamento de sua proposta de desenvolvimento local, e

c) orientar a definição das modalidades de acesso ao produto do desenvolvimento (educação, saúde, financiamentos e políticas públicas em geral).

O trabalho do profissional de ciências sociais deveria tornar-se estratégico no combate à recepção das ideias importadas. Por dois motivos históricos:

a) no país em que a maioria da população era considerada portadora de uma consciência crítica em potencial (força transformadora), mas incapacitada momentaneamente de discernir os efeitos perversos de uma teoria sobre a sua realidade, por diversos tipos de ocultação de seu estado de subdesenvolvimento (ocultação lúdica, utilização de indicadores estatísticos duvidosos, soluções mistificadoras).

b) o espaço público no Brasil estava estrangulado pela censura vigente durante toda a ditadura o que facilitou a repercussão das “novas teorias por invenção”.

Quem seria para o autor de “A sociologia dos países subdesenvolvidos” este sociólogo?

Não pode continuar a ser o representante dos interesses das forças políticas conservadoras. O sociólogo do povo subdesenvolvido tem que estar imerso na condição existencial subdesenvolvida. É preciso que ele não se distancie da missão inicial que conferiu a institucionalização da sociologia brasileira ainda nos anos 50,

próximo à escola pública e aos órgãos governamentais. Deve estabelecer diálogos que enriqueçam a sua formação social. Precisa encorajar o professor da escola pública da periferia, o agente do posto de saúde precário, o defensor público engajado.

O sociólogo imaginado por Vieira Pinto é o estudante de ciências sociais orientado para as causas populares (VIEIRA PINTO, 2008: 273), que se pré-dispõe a compreender a estrutura de classes no Brasil não apenas através de dados estatísticos voltados aos quesitos renda e patrimônio, mas em sua relação com o acesso à escolaridade. Afirmo Vieira Pinto que as elites nacionais “instituem, toda a sorte de dispositivos, ocultação e desvio que negam a ‘instrução’ aos elementos da massa que acaso se mostrem desejosos de adquiri-la” (VIEIRA PINTO, 2008: 184). O sociólogo precisa descolar-se da cultura acadêmica mergulhada em teorias descomprometidas com o interesse nacional.

Para isso, Vieira (2008) propõe uma mudança no ponto de partida da formação do cientista social do país pobre, o que acredita seja possível. Utiliza-se o autor da indicação da própria definição da natureza do subdesenvolvimento, pois “O pecado mortal na formação do sociólogo das áreas pobres consiste em partir da sociologia feita para definir o subdesenvolvimento, quando o que compete ao intelectual nativo é partir do seu subdesenvolvimento para definir a sociologia.”

Na ótica de Vieira Pinto, os países desenvolvidos mantêm-se neste estágio superior não apenas por ordem de sua opulência econômica. Eles possuem o monopólio dos saberes que são responsáveis por produzir os recursos teóricos utilizados para dominação cultural e econômica dos países subdesenvolvidos. Estes recursos táticos precisam ser renovados sistematicamente.

Por tratarem-se de “manobras ideológicas” (VIEIRA PINTO, 2008: 99), contém o poder de manter a consciência do povo explorado e dominado como subdesenvolvido, pois inibem a formação de uma teoria particular que os permita interpretar criticamente a sua realidade, que os ascenderia à autodeterminação. Essa estratégia, que denomina prestidigitadora, só é possível através da influência ideológica das forças políticas conservadoras do país pobre a quem Vieira identifica como portadora de uma consciência ingênua.

Observa-se no terreno da política internacional uma associação perversa com as ciências sociais de matriz eurocêntrica e a substituição do que outrora foram argumentos “legitimadores” da superioridade do mundo rico, pois a exploração de conteúdos raciais, climáticos, morais, intelectuais e demográficos perderam a sua força de convencimento sobre o público cativo devido também à melhoria das condições socioculturais no mundo pobre. As nações consideradas desenvolvidas propuseram então a elaboração de teorias de maior complexidade e de elevado grau de compreensão. O D.S. surge como forma de tornar o desenvolvimento econômico inalcançável aos países periféricos ao associar o seu modelo econômico aos conceitos de poluição e às múltiplas dimensões do conceito de lixo⁸⁵ (VIEIRA PINTO, 2008: 101).

A estratégia imperialista, para tornar-se eficiente, mescla elementos cientificamente reconhecidos: os males da poluição à qualidade de vida do ser humano, com outros oportunistas: aqueles que conferem ao povo subdesenvolvido a exclusividade de poluir o planeta. Esta é uma clara intenção imperialista e que prevalece sobre a realidade a que se subjeta o país pobre (VIEIRA PINTO, 2008: 100).

Surgidos nos centros de pesquisa metropolitanos, as novas fontes de manutenção da exploração imperialista são difundidas aos países periféricos como novos parâmetros que fundamentam a “nova etiqueta do desenvolvimento”. Como lembra Vieira Pinto, aos países e empresários centrais, o lixo e a poluição “não causam à economia deles mal algum” (VIEIRA PINTO, 2008: 100).

A teoria do D.S. surgiu a partir da percepção dos limites do espaço físico-geográfico apontados em um trabalho protagonizado pelo M.I.T.- Massachusetts

⁸⁵ O novo conceito de desenvolvimento ou D.S. – Desenvolvimento Sustentável extrapolou as questões em torno de um debate teórico e incentivou a formação de novos movimentos sociais de caráter identitário ecológico (Castells, 1999). Tais movimentos lutaram por uma série de reivindicações sociais de âmbito local (como associações de bairros, comunidades extrativistas e organizações não governamentais), como internacional (organizações da sociedade civil de atuação planetária: W.W.F. -; World Watch Institute; Greenpeace e Earth Institute) por melhor qualidade de vida. Essas organizações lutam por causas ecológicas presentes no território brasileiro como a pressão pela vigilância e preservação de reservas naturais cujo intuito foi “tombar” como Patrimônio Mundial algumas Formações Florestais (como a Amazônia e o Pantanal) reconhecidos como patrimônio da Biosfera.

Institute Technology (Meadows, 1972)⁸⁶ denominado “Os limites do crescimento”. O levantamento serviu de fundamento para a formação de um novo conceito de desenvolvimento e disseminou a ideia de percepção ambiental. Nesses quesitos localizam-se os motivos de maior repúdio por parte de Vieira Pinto à teoria do D.S., pois tanto a poluição quanto os limites do espaço físico-geográfico não são novidade na história da sociedade.

A utilização política destes argumentos serviu para uma renovada diferenciação das etapas históricas por que passam os países, segregando-os por um novo critério: o ecológico. O país pobre mal resolvera as imensas dívidas sociais que possuía. Pior, mal conhecia as verdadeiras demandas sociais de grande parte da população e passara a integrar uma comunidade de países que exigiam dele uma perspectiva “biocêntrica” da realidade. Tal perspectiva “biocêntrica” ensejava a exclusão de parte significativa do território nacional ao desenvolvimento condenando-os a nichos ecológicos de proteção ambiental. Estes foram designados pela comunidade ecológica internacional como os limites ecológicos para exploração do território.

A cultura isebiana possuía uma leitura de desenvolvimento que dependia da exploração de amplos espaços físicos. Na acepção de Vieira Pinto (1960:448), o Brasil necessitava do “pleno emprego dos recursos nacionais” para desenvolver-se. Além do aproveitamento de todos os seus recursos, a pesquisa científica deveria alavancar a constituição de uma autoconsciência nacional:

⁸⁶ O trabalho pioneiro do M.I.T. aponta que os recursos naturais que preservaram-se até o último quartel do século XX por limitações técnicas e de capacidade de apropriações do capital transformaram-se ineditamente em um limite para expansão do capital e conclui: “Em algum momento do próximo século, a ausência de uma fonte de energia representativa ocorrerá como ponto de inflexão da economia.” Esta dedução provocou uma série de repercussões anti-capitalistas até atingir em 1987 o conceito de D.S.: atender à satisfação das necessidades básicas das sociedades atuais sem comprometer o desenvolvimento das habilidades que garantam às gerações futuras a satisfação de suas necessidades (Bruntland, 2012). A satisfação de necessidades básicas intergeracionais exigiu uma série de marcos regulatórios – papel tradicionalmente assumido pelo Estado e que devido às novas circunstâncias históricas conhecidas por neoliberalizantes, exigiu deste o compartilhamento de muitos dos aspectos sob sua responsabilidade com as instituições da sociedade civil.

A programação das pesquisas científicas em rumos originais, destinada intencionalmente a criar a consciência de si do país atrasado, aparece como tarefa urgente, e constitui medida superestrutural correlata aos empreendimentos básicos de exploração e aproveitamento dos recursos por ele mesmo (VIEIRA PINTO, 1960: 450-451).

Vieira Pinto enfatiza como única possibilidade de desenvolvimento a articulação entre o crescimento econômico, a consciência política e a participação social e considerava inaceitáveis os discursos que procuravam impor limites ao desenvolvimento, denominando-os ideológicos.

Na verdade, o caminho da racionalidade do homem e da ação humana, para o autor, representam a superação “de amplos limites segundo sua vontade, e com a técnica que inventa, as condições materiais do meio” (VIEIRA PINTO, 2008:104). Isto ocorre porque “as novas teorias por invenção”, como a nova teoria do D.S., cumprem uma função estratégica para o imperialismo cultural, na ocultação do termo subdesenvolvimento. A razão principal que move o distanciamento ou ocultação deste termo – subdesenvolvimento – é que o seu uso e a análise de suas contradições revigoram nos países subdesenvolvidos o germe da luta para sua superação.

O novo engodo das relações entre centro e periferia do sistema de acumulação de capital por intermédio das “novas teorias por invenção” possuía uma motivação especial para Vieira Pinto. O esfacelamento dos impérios coloniais e semi-coloniais pregou às nações ricas “um rude golpe ao prestígio moral, à arrogância histórica e ao cofre dos rapinantes” (VIEIRA PINTO, 2008: 193). Portanto, o autor descobrira onde estava colocada a questão dos limites do crescimento econômico.

Restava então disseminar a novidade teórica. O encontro de especialistas foi o local privilegiado de discussão e repercussão das novas teorias por invenção. Foi realizada em Estocolmo, Suécia, em 1972 a I Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente⁸⁷. Observam-se neste momento nos países centrais do regime de

⁸⁷ Trancado em sua casa por 20 anos, acreditamos que Vieira Pinto tenha acompanhado nos periódicos da época a ampla cobertura conferida à discussão ambiental e principalmente a realização da Conferência de Estocolmo. Por tratar-se de um assunto inédito na imprensa, suscitou a consultoria de muitos especialistas que dedicaram suas colunas semanais ao assunto. A principal pauta de discussão na Conferência de Estocolmo a respeito das práticas de desenvolvimento brasileiro referiam-se aos impactos da Rodovia Transamazônica e da

acumulação de capital os primeiros sinais de crise econômica “dos países que estão sendo empurrados para baixo” (VIEIRA PINTO, 2008: 194).

De acordo com sua concepção de crescimento econômico, muito influenciada pelo crescimento natural – demográfico – Vieira vê nestes encontros uma forma dos países ricos “tangenciarem” as nações pobres. Para ele, mesmo exploradas economicamente, as nações subdesenvolvidas como o Brasil estão em ascensão por possuírem amplas reservas de energia.

Ocorre assim uma nova hierarquia geográfica que explica a gênese da “ecologia social” no Brasil. A nova “teoria por invenção” segregou os tradicionais subdesenvolvidos (latino-americanos, africanos e asiáticos) com os novos subdesenvolvidos (países decadentes europeus). Vieira então desafia os sociólogos a refletirem sobre os encontros de especialistas⁸⁸: o que os países ricos aprenderam com os pobres nos encontros de especialistas? Deduz Vieira (2008), que

Os velhos países de grande cultura, agora entrando em fase de decadência geral, acham-se tomados de um sentimento que até então jamais tinham conhecido, o de se perceberem subdesenvolvidos diante dos que estão no auge do poder, as chamadas superpotências. Por isso, começam, de modo discreto, sem declará-lo diretamente, a elaborar também conceitos e teorias sobre o subdesenvolvimento, só que agora visando muito mais a si do que aos outros, os povos atrasados (VIEIRA PINTO, 2008: 195).

Ao deixar de lado a elaboração de uma teoria do desenvolvimento que refletisse tanto a sua realidade como as suas verdadeiras necessidades, o país

construção de barragens para as usinas hidrelétricas, entre elas Itaipu – dois grandes projetos de infraestrutura para o desenvolvimento (Jornal do Brasil, 31-05-72, pág.4). A participação brasileira na I Conferência sobre o meio ambiente foi liderada pelo professor Cândido Mendes de Almeida, diretor do IUPERJ (jornal do Brasil, 12 de junho de 1972).

⁸⁸ O que os países pobres apreenderam nos encontros de especialistas? Vieira (2008) afirma, “Significa isto dizer que acrescentam à alienação que levaram consigo a que irão receber na crisma do “encontro”. Os emissários do povo miserável voltam então à pátria na condição de alienados ao quadrado. Nota-se o agravamento da obnubilação intelectual no repertório vernacular que, se já de nascença era pedante, enigmático, codificado, incompreensível ao comum dos mortais, depois da imposição das mãos pelos que tem o carisma do gênio, torna-se a própria treva linguística, o não-ser semântico, vizinho da confusão mental (VIEIRA PINTO, 2008:196).

embarcara novamente num desenvolvimento fictício, ininteligível para a maioria da população.

Reside nesta contradição a recomendação capital na formação do sociólogo do país pobre, porque na opinião de Vieira,

As ideias que devem ser a base da ciência social têm de nascer da realidade particular, existencialmente vivida, e não provir de idealizações imaginárias ou fabricadas pelo pensamento, que, em tal caso, faria o papel de realidade criadora das ideias, no mais lídimo figurino idealista (VIEIRA PINTO, 2008:272).

A opção brasileira no início dos anos 90 pelo desenvolvimento “sustentável” exigiu da nação um incremento das obrigações do Estado como a elaboração de um corpo jurídico, ministérios, secretarias; criou obstáculos territoriais (fixação de áreas de preservação), o constante adiamento nas obras de infraestrutura por razão dos licenciamentos socioambientais e a suspensão do trabalho de comunidades extrativistas (pescadores, lenhadores e coletores). Tal incremento visou garantir a participação do país em acordos de cooperação internacional que espelham a necessidade do ingresso de capital estrangeiro.

Veremos na segunda parte do presente capítulo que são inúmeros os problemas decorrentes da subordinação da sociedade aos indicadores estatísticos relativos ao acompanhamento das políticas públicas. Não surgiram ainda índices que quantificassem as riquezas exclusivas que a nação detém relativamente aos múltiplos significados da relação entre Trabalho, Sociedade e Natureza. Nessa fase histórica, últimas décadas do século XX não existiam expressões contábeis relativas à valoração das reservas brasileiras. Entretanto, o seu cômputo talvez tivesse elevado os indicadores relativos a uma perspectiva de desenvolvimento.

Ingressaremos a seguir numa reflexão sobre a proposta específica de Vieira Pinto quanto à utilização de dados estatísticos tomados em conjunto: as derivadas primeira e segunda do processo nacional de desenvolvimento, que tem por princípio a conjugação de dados quantitativos e qualitativos de análise com abrangência nacional e local.

O desenvolvimento do desenvolvimento

PIB gerado pelo agronegócio brasileiro encerra 2014 com expansão de 1,59%: resultado, embora modesto se comparado ao crescimento registrado em 2013 (5,22%), é expressivo diante da prévia do PIB nacional apontada pelo Banco Central de retração de 0,15% (Cepea – Centro de estudos avançados em economia aplicada – ESALQ/USP).

Devastação da Amazônia não pára e cresce 122% em dois meses: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) divulgou nesta sexta-feira, 07, as análises de agosto e setembro do sistema de alertas de desmatamento do Deter⁸⁹ (IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia).

Mercado projeta inflação em 8,26% e Selic em 13,5% no final de 2015: De acordo com o BC, analistas e investidores elevaram a previsão do patamar de encerramento da taxa básica de juros no ano. Segundo o boletim Focus, vai haver retração do PIB de -1,10% para -1,18% (Jornal Brasil Econômico).

Mudança no cálculo do PIB aperfeiçoa qualidade das estatísticas: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) anunciou recentemente mudanças na base de cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) do país (Revista Conjuntura Econômica).

Equipe econômica prevê redução de 0,9% do PIB em 2015: Assim como várias instituições financeiras e organismos internacionais, a equipe econômica revisou para baixo a estimativa para o Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas produzidas no país) em 2015 (Revista Exame).

Brasil fica em penúltimo lugar em ranking global de qualidade de educação: Ranking global que mede qualidade de sistemas educacionais comparou 40 países levando em conta notas de testes e qualidade de professores, dentre outros fatores (BBC Brasil).

IDEB: Campos em último lugar no Estado. O resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2011, divulgado pelo Ministério da Educação (MEC) na última terça-feira, mostrou que Campos obteve o menor índice da rede municipal em todo estado do Rio, com 3,3 pontos nas séries iniciais (1º ao 5º ano) e 3,4 nos anos finais (6º ao 9º), apesar do Brasil ter superado as metas propostas pelo MEC para serem aplicadas no ano passado nos dois ciclos do ensino fundamental (Jornal Folha da Manhã).

⁸⁹ O DETER é um levantamento rápido de alertas de evidências de alteração da cobertura florestal na Amazônia, feito pelo INPE desde maio de 2004, com dados do sensor MODIS do satélite Terra, de resolução espacial de 250 m. (fonte: INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

Tem sido significativa a expectativa de governos, partidos políticos, empresas e sociedade quanto à divulgação de indicadores socioeconômicos com as informações que as “manchetes” dos veículos midiáticos citados acima revelam. A partir dos exemplos de como são trazidos à tona os múltiplos aspectos da realidade nacional, imaginamos a importância dos mesmos no comportamento do mercado de capitais e commodities, na elaboração do planejamento de tomadores de decisão dos setores público e privado.

Os números, projeções, gráficos ingressam, a cada dia, em intensidade superior nos programas apresentados por veículos mediáticos formadores de opinião. Por este motivo, nas disputas pelo poder político, os índices são uma arma capaz de influir no destino das eleições: a cada pleito assistimos à guerra dos números. A matematização do cotidiano, o cômputo exacerbado de informações revela um sintoma marcante da condição atual do sistema de acumulação do capital. Fartamente publicizados, refletem uma realidade desumanizada de um mundo severamente mercantil.

Para que tudo possa estar à venda a todo instante é necessário estar valorado (contabilizados em valor de mercado)⁹⁰ e anunciado. Os indicadores econômico-financeiros que recebem maior atenção dos ecossistemas midiáticos parecem ter atingido o seu ponto culminante quando atribuíram “nota” de organizações do mundo corporativo aos países conforme a sua capacidade de pagamento dos compromissos no futuro mediante avaliação de agências privadas de monitoramento de risco (como a Standard & Poor’s e Moody’s). Outros índices usuais anunciados com relativa ostentação refletem “a confiança do consumidor na economia”.

⁹⁰ Essa etiquetagem de tudo foi muito útil para facções políticas que não hesitaram em efetivar a venda de patrimônio significativo do Estado brasileiro logo após a redemocratização, quando retornaram à cena político-partidária agremiações notabilizadas outrora pela cultura isebiana como entreguistas. Este período histórico ficou marcado por leilões de diversas instituições financeiras, empresas de mineração, telefonia, estradas de rodagem e energia. A principal justificativa para a liquidação do patrimônio do Estado esteve ligada a demonstrações contábeis que indicavam prejuízos significativos destas estatais para os cofres públicos.

Que reação se espera do leitor de um universo de informações tão complexas? Como a consciência do povo entende os sentidos e significados destes indicadores? A confiança, a prosperidade de uma nação ficam subordinadas à interpretação desses dados? Os mesmos podem ser manipulados politicamente ou ocultados? Quais indicadores socioeconômicos refletiriam a realidade local de um país marcado pela desigualdade regional?

A perspectiva de uma leitura positiva da realidade com a consequente valorização de alguns índices específicos conferiu à esfera do desenvolvimento um desafio intelectual para que Vieira Pinto superasse uma típica racionalidade moderna. Por essa razão o filósofo insistiu em suas obras capitais na utilização do método dialético, na esperança de superação desta “nova escora, que será por estranho que pareça, o recurso às demonstrações matemáticas, às várias formas de cálculo que se prestam a serem transladadas para o terreno das análises sociais” (VIEIRA PINTO, 2008: 106).

O pensador preocupava-se em “A sociologia dos países subdesenvolvidos” com a influência da má utilização dos indicadores econômicos na formação do cientista social. Vieira Pinto nos fornece indicativos do modo como o mesmo deveria realizar o tratamento dos fatos sociais, sua tradução matemática verdadeira, e nutria a esperança de ver o profissional de ciências sociais transmiti-los à população. Como pano de fundo da formação almejada por Vieira Pinto está uma concepção historicista da realidade. Nela o pensador acredita esteja o grande potencial dos trabalhos junto às camadas populares: a utilização das estatísticas aliada à compreensão de sua história. Uma história como atividade política, não como tributo ao passado. Para a consecução desse objetivo Vieira recomenda a necessidade da produção de indicadores sociais que reflitam a realidade local.

Entre as diversas contribuições teóricas de sua obra, destacamos a de maior resiliência para a economia e a sociologia dos povos subdesenvolvidos: sua análise crítica quanto à utilização de aspectos formais da realidade, ao que designou sociometria e econometria. Nesse sentido, Vieira Pinto encerra seus escritos

derradeiros por um estudo que destaca o “primeiro objeto de atenção” para as políticas de desenvolvimento: o correto padrão de medida do desenvolvimento.

Nos anos 70, não haviam se propagado estudos abrangentes que refletissem fidedignamente, através de indicadores socioeconômicos, o estado em que vivia a grande maioria da população brasileira, cujo objetivo seria orientar políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento social. Os indicadores utilizados foram cultivados preciosamente pelas nações desenvolvidas para imprimir notoriedade às suas virtudes e realizações políticas, colocando-as no topo de todas as hierarquias possíveis no rol de nações e alijando as nações pobres de seu alcance. Para Vieira estes procedimentos são “enganos lógicos, causados pela ausência da categoria totalidade na apreensão dos fatos humanos” (VIEIRA PINTO, 2008: 161).

O trabalho dos tecnocratas, dos pesquisadores de ciências sociais e ciências sociais aplicadas, como já vimos no Capítulo IV, foi influenciado pelas escolas estrangeiras, por uma formação que esteve muito ligada a essa orientação positiva em que os dados estatísticos eram fundamentais para o atingimento do objetivo prioritário do Governo: o crescimento do PIB – Produto Interno Bruto e, por extensão, o de renda per capita – ao que Vieira Pinto contrapõe o de “trabalho per capita”.

Se tomarmos como exemplo o regime militar brasileiro percebemos que este regime político revigorava em sua época o apoio incondicional aos países convertidos à lógica de acumulação capitalista mediante o culto aos indicadores estatísticos. Vieira apresenta como hipótese para confirmar o “culto aos indicadores” aqueles considerados para omitir a realidade social através do alarde promovido pela divulgação dos índices específicos relativos ao crescimento econômico que redundaram no período conhecido como “milagre econômico” brasileiro. Ocorria, paralelamente, como demonstraremos, uma brutal concentração de renda no país.

De 1960 a 1970 os índices de crescimento econômico anuais atingiram patamares médios de 10% a 14% ao ano⁹¹. Esses dados foram sistematicamente

⁹¹ Em uma das raríssimas citações encontradas em “A sociologia dos países subdesenvolvidos”, Vieira apresenta a gravidade das análises elaboradas por Paul Singer que

divulgados mundo afora para reafirmar o sucesso da política econômica do período. No entanto, ocultavam um modelo de distribuição do crescimento econômico caótico a que Vieira denominou de “nivelamento por baixo”. Esta leitura de “nivelamento” se explica pelo fato do crescimento econômico ter sido possível pelo que se popularizou à época como “arrocho salarial”, o que colocou as classes de trabalhadores do campo e da cidade antes distantes em termos de renda, emparelhadas.

Para Vieira, “tudo é fantasista neste suposto índice econômico” (VIEIRA PINTO, 2008: 288). O “Balanço” econômico do país encerrava uma série de indicadores muito úteis para a avaliação do potencial de pagamentos aos credores da imensa dívida constituída junto às nações desenvolvidas e às instituições de crédito internacionais: uma estratégia tecnocrática para não só controlar mas para “drenar” os recursos dos países dominados. A realidade estava minuciosamente expressa em fatos “falsos” (VIEIRA PINTO, 2008: 334).

Os países subdesenvolvidos possuíam, a grosso modo, um balanço que expressava eficientemente suas condições econômicas em permanente crescimento. O crescimento econômico foi muito útil para nos livrar temporariamente da “pecha” de povo subdesenvolvido. Portanto, o que se esconde atrás da explosão de dados estatísticos? Há na realidade uma preferência na difusão de dados quantitativos e uma clara objeção por dados qualitativos?

Mas, como diferem em sua produção os dados qualitativos e quantitativos? Como realizar o levantamento dos dados qualitativos? Que influências podem ter no planejamento de uma política pública de desenvolvimento?

As análises estatísticas são predominantemente econômico-financeiras, fundamentadas por critério de amostragens. As restrições que Vieira faz a este método tem por fundamento o que chama de “dinâmica de grupos sociais” em que revela a impropriedade da sociologia utilizar amostragens tão pequenas (2 a 30

indicam (VIEIRA PINTO, 2008: 160): Brasil: análise da evolução da estrutura de renda (1960 e 1970): 1 – Aumento da renda média: 36,9 %; 2 – Aumento da renda dos 5% mais ricos: 74,4%; 3 – Aumento da renda dos 40% mais pobres: 18,3%; 4 – Aumento da renda dos 20 % assalariados (até 1 s.m.): 7,7% .

peessoas) para espelhar a realidade de uma população inteira ao que denomina “artifício da impossibilidade de esses minúsculos conjuntos de animais de laboratórios representem o conjunto da sociedade” (VIEIRA PINTO, 2008: 127).

Somente em 1990, dois analistas de países considerados periféricos – o indiano Amartya Sen e o paquistanês Mahbub ul Haq apresentaram o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano indicador que expandiu o universo da “amostragem” ao particularizar o bem estar social. Apesar do alargamento obtido, com a inclusão de dois indicadores sociais (escolaridade e expectativa de vida), Amartya Sen revisou na década seguinte a fidedignidade dos dados e publicou um estudo sobre a ponderação da liberdade política como expressão relevante de desenvolvimento humano⁹².

A esfera dos indicadores econômicos são aspectos apenas formais que, segundo Vieira Pinto, não atingem a totalidade da população; são apenas índices matemáticos acumulativos. Está imbricada aí uma percepção da necessidade de “ouvir” a totalidade da nação: um conceito político, o de nação, e também um aspecto sociológico, o de cômputo dos dados de toda a população. O que Vieira Pinto revela é que o desenvolvimento nacional requer um método de planejamento e a apuração de dados que atinjam a totalidade da nação, medindo-se a realidade de bem estar que parte da realidade individual até atingirem-se todos os indivíduos.

Essa discussão aparece em toda obra “A sociologia dos países subdesenvolvidos”. O excesso de uso de indicadores matemáticos leva Vieira Pinto a afirmar: “A realidade nunca é a que se vê” (VIEIRA PINTO, 2008: 331). O autor nos revela que os indicadores apresentam uma realidade extremamente limitada (VIEIRA PINTO, 2008: 334).

O mais grave risco desses indicadores é que eles são utilizados para ostentar um desenvolvimento que não se concretizou. O desenvolvimento só poderá ser reconhecido na perspectiva de Vieira à medida que os dados estatísticos obtenham uma expansão de sua abrangência em relação ao todo da nação.

⁹² Referimo-nos ao proposto na obra “O desenvolvimento como liberdade” (SEN, Amartya. São Paulo: Cia. das Letras, 2000).

A reafirmação de políticas socioeconômicas a partir de indicadores não confiáveis transmitidos à população, “deformam a consciência geral da maioria do povo (VIEIRA PINTO, 2008: 336). Essa deformação provoca na população um grande equívoco na avaliação do bom ou mau sucedimento das políticas públicas. Para desenvolver-se a sociedade deveria priorizar o recurso à esfera política em detrimento das análises puramente economicistas. Nesse sentido, entre todas as contribuições teóricas de Vieira Pinto ao desenvolvimento consideraremos como reflexão plena aquela que explicita:

O desenvolvimento, significa, sempre, uma característica histórica de um povo em determinado momento de sua história, e não pode deixar de lado inúmeras realizações que, por não serem quantificáveis, não figuram nas estatísticas, mas nem por isso representam menos o crescimento real de uma nação (VIEIRA PINTO, 2008: 292).

A utilização desses indicadores estatísticos atinge atualmente amplos setores das políticas públicas (segurança, saúde, emprego e educação) e tem se intensificado como medida de desempenho socioeconômico vinculadas à assinatura de convênios de cooperação internacional que estão atrelados ao progresso de países, estados e municípios ao IDH –Índice de Desenvolvimento Humano.

A face mais distorcida dessas avaliações, em nossa opinião, tem ocorrido na Educação. O sistema educacional público brasileiro tem sido submetido a uma enxurrada de avaliações externas, e, pergunta-se:

1 – É possível avaliar numa dimensão nacional o sistema educacional de um país marcado pela diversidade histórica regional?

2 – O fraco desempenho nos últimos anos, da avaliação da educação brasileira, possui correlação com a definição retrocitada de Vieira Pinto sobre a significação histórica do desenvolvimento?

A última entrevista que Vieira Pinto concedeu, em 1982, à Betty Antunes de Oliveira, permite-nos opinar que as políticas educacionais tem sido vítimas de avaliações que não condizem com os critérios de desenvolvimento defendidos pelo autor. A questão dos indicadores estatísticos aplicados à educação tem sido motivo de

desqualificação da educação brasileira. Quantificar o rendimento dos estudantes e intensificar a análise do rendimento escolar como “fatura” político-partidária tornou-se uma prática política comum, e o insucesso das avaliações motiva a descontinuidade de muitas políticas educacionais renovadoras que tornam-se apenas políticas de Governo e não de Estado, como deveriam.

A principal consequência da excessiva utilização de indicadores estatísticos observada no cotidiano educacional é a desumanização das relações no âmbito do ambiente escolar. Para Vieira, isto não poderia ocorrer com a educação porque,

Na pedagogia, o princípio é a teoria da recepção do sabido, porque é preciso que se modifique a outra consciência. Isso tem muita importância porque permite estudar a educação do ponto de vista cibernético, não material, como se costuma fazer (quer dizer, só com dados estatísticos, com método e técnicas, etc.), mas avaliando o resultado pela transformação que a educação imprime à consciência do aluno. Se ela não fizer isso, de nada adianta seu esforço (VIEIRA PINTO, 2001:22).

Com o intuito de discernir crescimento e desenvolvimento e, para que minimamente fossem contempladas as realizações culturais de um povo e não somente aquelas de natureza econômica, Vieira dividiu o cômputo dos dados socioeconômicos em dois grandes significados:

- A derivada primeira: atributo da velocidade das transformações socioeconômicas e,
- A derivada segunda: atributo da aceleração da velocidade das transformações socioeconômicas ou o desenvolvimento do desenvolvimento do processo nacional.

Tal divisão decorre do que considerou como “busca do “verdadeiro critério do dimensionamento do desenvolvimento” (VIEIRA PINTO, 2008: 335).

O crescimento econômico é natural, medido sempre através da relação entre a produção da sociedade presente, seu crescimento demográfico e a passagem do tempo. Esta comparação que se dá entre o que é produzido no presente e no passado imediatamente anterior é a velocidade percebida das transformações que podem

redundar em um gráfico e representa o comportamento da produção social. Esta evolução Vieira Pinto considera como a derivada primeira do processo nacional: a velocidade do crescimento.

O autor adverte-nos que a primeira derivada jamais poderia avaliar “a taxa, a proporção, a razão” do desenvolvimento de um povo, pois trata-se apenas da velocidade das mudanças.

Para corrigir a deficiência da derivada primeira existe uma possibilidade: a derivada segunda. Ela expressa o aumento da velocidade das transformações sociais expressas em indicadores ou seja, a aceleração das mudanças que foram planejadas. Também pode funcionar como instrumento de análise para uma aproximação entre os dados coletados em dimensão nacional com os comparados à realidade local. Essa comparação precisa incorporar não a velocidade das transformações correspondentes aos índices, mas o que propugna Vieira é que os indicadores contemham a percepção da aceleração do crescimento.

Há uma implicação clara na diferenciação entre crescimento e desenvolvimento: os dados em comparação estarão tangenciados em face do planejamento realizado quanto à expectativa de desenvolvimento acordado socialmente. A adoção da derivada segunda garante que a totalidade dos indicadores que expressam a realidade social sejam expressos para fins de planejamento. A confirmação da aceleração planejada redundará no desenvolvimento do desenvolvimento, na expressão de Vieira Pinto.

A seguir, apresentaremos nossa avaliação das sugestões de Álvaro Vieira Pinto à sociologia contidas na obra “A sociologia dos países subdesenvolvidos: introdução metodológica ou prática metodicamente desenvolvida da ocultação dos fundamentos sociais do ‘vale de lágrimas’ ”.

Sociologia autônoma orientada ao desenvolvimento

O detalhado estudo que Vieira Pinto faz sobre a sociologia do povo subdesenvolvido enumera mais de 80 razões para criticar-se a sociologia produzida no país. Como ele afirma, a sociologia configura-se apenas como pseudociência em

face da fragilidade de suas proposições analíticas, todas elas marcadas pela tentativa metodológica de ocultação do subdesenvolvimento a partir da adesão à influências estrangeiras multifacetadas.

O recurso às teorias importadas fere o principal atributo moral que Vieira Pinto impõe à sua teoria de desenvolvimento: o desenvolvimento não pode ocorrer a qualquer custo, não pode desrespeitar os valores democráticos que ele cultiva. O interesse nacional deve prevalecer no sentido do respeito à vontade da maioria da nação. O desenvolvimento não pode limitar-se à esfera econômica, que é fundamental. No entanto, precisa espriar-se para a vida política e cultural da sociedade.

Durante sua passagem pela direção executiva do ISEB Vieira Pinto não contradisse sua fidelidade a esses parâmetros da teoria do desenvolvimento (político e cultural), e direcionou seus esforços para eles: os resultados surgiram imediatamente. Não encontramos em suas obras qualquer renegação ou solicitação de apagamento de sua orientação ideológica. Vieira Pinto, em tese, foi sempre coerente. Em suas últimas linhas pediu que os professores no futuro procurassem lembrar de analisar sua obra.

Vieira Pinto deixa evidente em “A sociologia dos países subdesenvolvidos” a crença de que os motivos que levam a uma distorção significativa das análises sociológicas são provocadas pelo mimetismo sociológico do estrangeiro. Suas raízes podem ser identificadas nas diferenças percebidas entre as formações históricas das nações envolvidas.

A sociologia de matriz “eurocêntrica” nascera sob a influência de grandes eventos. Estes não se reproduziram coetaneamente no Brasil, associados que estiveram ao advento da Modernidade: a Revolução Industrial, as revoluções burguesas e a secularização. Esses grandes “monumentos” históricos, marcados por enfoques assumidamente economicistas, podem ser considerados os geradores das categorias de análise da sociologia enlatada. Portanto, não seria possível adequar a sociologia “parisiense”, suas categorias particulares de análise à realidade nacional por não compartilharem os mesmos eventos que inspiraram a criação de categorias sociológicas.

A história brasileira, segundo alguns autores do pensamento social (como Ortiz, 2009), revela-se por episódios relacionados à condição colonial e semi-colonial, como a escravidão, a formação do Estado e a industrialização tardia. Diante desta perspectiva de modernização inacabada, o que deveria inspirar a sociologia brasileira “crítica”?

Seria, na acepção de Vieira Pinto, uma proposta autêntica de desenvolvimento com a redução das desigualdades entre as classes que compõe a sociedade brasileira. Uma sociologia crítica, segundo Vieira, poderia criar as pré-condições de desenvolvimento da sociedade e não a sua divisão antagônica.

A adoção das categorias importadas de análise pela sociologia brasileira revelou-se no entanto uma estratégia muito promissora no sentido de tanto confundir a consciência popular como discriminar a sociedade nacional. Para Vieira, a sociedade brasileira não despertou nos “sociologetas” o interesse por pesquisá-la. Há uma recusa da sociologia nativa por não conseguir enquadrar nossos dilemas cotidianos nas categorias de análise enlatadas. Reconhecida por Vieira Pinto, a “criatividade” dos sociólogos cumpriu sua missão irradiadora de “confusionistas natos” na utilização de novos termos, “os deslavados sofismas”, uma fraseologia própria de estratégias de ocultação.

Não bastasse, a sociologia recorre, segundo Vieira, a estratégias de maior perversidade e, para encobrir sua debilidade epistemológica, recorre a outros segmentos científicos como a ecologia, a psicologia, a psiquiatria, o direito, a estatística e a matemática. A sociologia foge assim do principal instrumento de motivação das ciências organizadas: a busca pela verdade nas análises dos instrumentos concretos das realizações sociais.

O fato de a sociologia expressar por instrumentos “científicos” como livros, artigos, palestras e revistas os interesses de uma classe minoritária de um país e, por reflexo, o das nações imperialistas, constitui a principal contradição com a verdade. A falsa sociologia ignora a existência daqueles indivíduos que ficaram de fora da esfera de suas representações. Para Vieira Pinto, o produto do trabalho dos “sociologetas” é cientificamente falseado porque é limitado o conteúdo social de suas análises. Esta

sociologia cumpriu apenas uma função ideológica, representando a defesa de uma classe e “de seus interesses econômicos e políticos” (VIEIRA PINTO, 2008: 61).

Nas obras “Ideologia e desenvolvimento nacional” e “Consciência e realidade nacional”, editadas pelo ISEB em 1956 e 1960 respectivamente, Vieira propôs uma ideologia do desenvolvimento nacional que se sobrepusesse a uma ideologia representativa de uma classe. Esta ideologia conhecida como nacional desenvolvimentista deparou-se com instrumentos e manipulações utilizadas pela ideologia da classe dominante, como a sociologia. Nos anos 70 o autor denuncia através de sua obra derradeira que a “inoculação” do ideário da segurança nacional fora o conceito de maior preponderância utilizado pelo governo para submeter a nação ao convencimento dos “dominadores de sua força e os dominados de sua fraqueza”. Ao enfatizar este conceito, Vieira reconhecia que “a luta social tem de ser travada originalmente no terreno mais árduo, aparentemente pouco importante, mas na verdade aquele onde se joga o destino do processo social: o da contenda ideológica” (Vieira Pinto, 2008: 34-35).

O apelo à ideologia da segurança nacional levou à derrubada de um presidente civil, João Goulart, por um golpe civil-militar. Este caso representa a constatação concreta da força da “contenda” ideológica a que esteve submetido o país e a razão de tornar-se um ponto de reflexão para Vieira sobre as possibilidades restritas de implementação no país subdesenvolvido da sociologia importada.

Este episódio histórico ilustra, em nossa opinião, a exclusividade das etapas históricas recentes a que se submeteu a sociedade brasileira e as sanções impostas ao espaço público onde ocorre a vida democrática. Hipoteticamente, este fato explica a impossibilidade naquele momento da utilização de uma sociologia de caráter universal por conta das desigualdades políticas observadas entre as nações que produziam conhecimento e aquelas receptoras.

Entretanto, o autor confessa ao final de sua obra que acredita que um regime econômico-político mais harmônico poderá possibilitar a existência da sociologia da humanidade e assim estabelecer o encontro definitivo da busca da sociologia pela verdade científica. Os escritos de Vieira Pinto defendem que as ciências sociais

precisam se mover de acordo com as circunstâncias históricas e evitar a grave fatalidade de “contribuir para edificar a ideologia da dominação dos magnatas sobre os trabalhadores” (VIEIRA PINTO, 2008: 35).

Para o pensador, é necessária a formação de uma outra sociologia, a crítica. Esta deverá conquistar autonomia intelectual, ser insubordinada aos interesses da elite econômica e destacar-se pela denúncia das atividades de natureza espoliativa relativas ao trabalho.

A propósito, o autor campista reconhece a todo instante que a sociologia, se busca o caminho da ciência e o do conhecimento científico deveria acolher como objeto de estudo a questão das desigualdades sociais: sua natureza e perspectivas de harmonização.

O desprezo pela realidade do povo subdesenvolvido que marca a sociologia brasileira não é explicável apenas pelo seu caráter cosmopolita. A sociologia padece de um esforço teórico que permita-lhe a compreensão da realidade nacional. Sendo pseudociência muito ligada à atualidade e ao senso comum, torna-se inerte se continua apenas a analisar superficialmente as terríveis condições pelas quais passavam a maioria dos indivíduos da sociedade brasileira. Nesse caso, contribuiu para que uma minoria atingisse seu objetivo de perpetuação das desigualdades sociais, ampliando a geografia do vale de lágrimas.

Vieira critica também os cursos, teses e encontros de especialistas. Por extensão questiona as linhas de pesquisa, as disciplinas e seus respectivos objetos de estudo e os gastos correspondentes, vislumbrando outro *locus* de ação da sociologia além das práticas combatidas por ele quanto ao cotidiano de uma universidade. Corrompida moralmente, a sociologia deveria destinar-se ao trabalho em auxílio da comunidade: o objeto preferencial dos trabalhos do sociólogo do povo subdesenvolvido.

A primeira medida, portanto, sugerida por Vieira seria vincular o trabalho dos profissionais de ciências sociais para além da cultura acadêmica, com o intuito de

propugnarem uma nova sociologia baseada na experiência e na convivência comunitária.

Consideramos como resultado de nossa apreensão da obra “A sociologia dos países subdesenvolvidos” as seguintes sugestões para a adoção de uma sociologia orientada ao desenvolvimento, sonho acalentado por Vieira Pinto:

Revisão do currículo das ciências sociais, no sentido de contemplar a contribuição do pensamento brasileiro. Apesar de sua vasta fortuna crítica, os autores que dedicaram-se ao pensamento brasileiro tem sido desprezados na formação teórica do cientista social. A revisão crítica da sociologia que Vieira Pinto faz, sob o ponto de vista filosófico, deve ser considerada como estruturadora da formação dos novos cientistas sociais. A reflexão sobre a adoção de uma metodologia capaz de alargar os esforços de pesquisa com o objetivo de conhecer a realidade nacional e suas implicações nas relações internacionais. A partir da proposta metodológica de Vieira Pinto, o método dialético, é possível identificar uma retomada possível deste método pelo mundo acadêmico. A formação histórica do cientista social é outra deficiência preocupante observada na obra “A sociologia dos países subdesenvolvidos”. O recurso aos autores que dedicaram-se à história brasileira ensejam novas linhas de pesquisa e análises inéditas sobre as transformações pelas quais passaram, recentemente, a sociedade brasileira.

Contribuição ao ensino público. A Sociologia retornou ao currículo da escola pública a partir de 2008. No entanto, ela não é, na maioria das escolas destinadas à educação básica exercida por docentes com formação em ciências sociais. A extinção do “vale de lágrimas” poderia ser tomado como objeto de pesquisa e trabalho de extensão através da incumbência assumida pelos egressos do curso de ciências sociais em organizar a gestão pública democrática das escolas. Vislumbramos este instrumento como fundamental para rearticular a participação das comunidades, gestores públicos, corpo docente e discente das escolas como um dos poucos gestos capazes a atender à demanda por melhores condições estruturais da escola pública.

Uma sociologia orientada para o desenvolvimento. O período em que Vieira Pinto esteve no ISEB notabilizou-se por reunir uma gama de intelectuais voltados

para pensar o desenvolvimento brasileiro. O Instituto também foi pioneiro em organizar a sociedade civil em torno de um debate estratégico para o desenvolvimento social congregando sindicatos, estudantes e o Estado. Sugerimos o direcionamento de novos núcleos de estudo em ciências sociais que restaurem a importância obtida por esta temática. A atual gramática do desenvolvimento é de corte sustentável. Entre os fundamentos deste modelo está a justiça social que se promove, acreditam seus teóricos, a partir do alargamento da participação política popular que se dá com audiências públicas e conselhos comunitários. Atualmente este processo encontra-se banalizado. Vislumbramos o trabalho do cientista social como agente de desenvolvimento nas novas arenas públicas de discussão das propostas de desenvolvimento. A sociologia brasileira não pode continuar ausente da reflexão sobre o desenvolvimento do país.

Considerações finais

Descrer do Brasil é impossível.

Álvaro Vieira Pinto, 2008: 341

O Brasil é um país subdesenvolvido.

A busca pelas razões políticas desta afirmação foi a proposta de tese de nosso trabalho de pesquisa. O entendimento do conceito de subdesenvolvimento em Álvaro Vieira Pinto revelou-nos uma definição precisa deste objeto de estudo: o subdesenvolvimento é uma condição de caráter político. Isto ocorre porque na origem do relacionamento entre nações de maior e menor progresso econômico (e bélico) estabeleceram-se as condições desenvolvida e subdesenvolvida.

Para Vieira Pinto, a ascensão do país subdesenvolvido ocorre apenas com o seu ingresso numa formação histórica libertadora. Portanto, depende de uma luta na esfera das relações internacionais. O autor sugere uma organização política doméstica minimamente consensual que preceda os embates entre os países no âmbito internacional.

O Brasil será reconhecido como nação desenvolvida quando a sociedade nacional remover as severas condições de desigualdade em que se estruturam as suas classes sociais. Enquanto observarem-se no Brasil a coexistência de grupos segregados socioespacialmente em que as características de desenvolvimento humano variam em uma amplitude significativa estaremos distantes deste objetivo.

Há pelo menos uma década fontes oficiais vem anunciando o nosso afastamento da “pecha” do subdesenvolvimento ao ingressarmos no grupo de países emergentes. Um dos motivos apresentados pelo Estado foi a inegável melhoria das condições de bem estar no Brasil pela ascensão – percebida através de estatísticas – de dezenas de milhões de pessoas às classes médias. No entanto, tanto o uso do termo “emergente” quanto a utilização de estatísticas relativas à estrutura de classes sociais no Brasil são indícios da permanência do país no estágio subdesenvolvido, pois é uma pretensão de tratamento técnico a um assunto de natureza política.

Não são os fundamentos socioeconômicos que confirmam ou refutam a afirmação de que o país é subdesenvolvido. Devido aos estudos que realizamos e que remeteram-nos ao legado teórico de Álvaro Vieira Pinto, acreditamos em sua revelação de que a permanência ou a superação da condição de país subdesenvolvido não está associada a um fato social nem econômico, mas eminentemente político: a organização do povo como uma comunidade nacional. Relativamente a este princípio, há algumas questões a serem equacionadas:

- Para atingir uma organização política nacional consensual a sociedade necessita de harmonizar as desigualdades em termos de estrutura de classes;
- Reconhecido este desafio, como estabelecer um debate público com a intenção de encontrar pontos consensuais comuns para o planejamento de uma política cuja implementação seja sustentada pela vontade popular?
- Uma nova ideologia desenvolvimentista neste momento seria capaz de mobilizar a sociedade quanto a um objetivo comum?

O povo organizado em bases nacionais é uma das maiores ameaças à continuidade da realização dos objetivos econômicos do sistema de acumulação de capital. O desejo maior do mercado e dos que manipulam os ganhos com o capital em escala mundial é manter-se indiferente aos interesses nacionais. Aplicam-se portanto, na política entre as nações, práticas econômicas que mantêm nos países subdesenvolvidos o negligenciamento das políticas públicas estratégicas (na educação básica, na pesquisa tecnológica, no desenvolvimento) com o objetivo de inviabilizar que a sociedade civil se insurja contra o imperialismo e suas novas cores (financeira, cultural, energética e outras), mantendo o povo “anestesiado”.

A questão de como despertar no povo brasileiro a organização de uma comunidade nacional levou-nos ao lugar ocupado por Vieira Pinto na história das ideias no Brasil. O pensador foi um dos raros intelectuais a vislumbrar uma comunidade brasileira a partir da constatação de sua consciência de ser nacional. Foi muito criticado por essa iniciativa. Entretanto, foi um ícone da formação de uma cultura partidária esquerdista no Brasil (aguerrida, crítica e sonhadora). Sua contribuição teórica na política pode ser notada quando os partidos de esquerda reiniciaram a luta que gradativamente reconquistou os direitos democráticos há 25

anos atrás. O nacionalismo foi um dos principais elementos catalisadores dessa luta. A reafirmação de um ideário nacionalista popular contribuiu para banir o falso nacionalismo de uma elite civil-militar.

Vieira Pinto era considerado um romântico devido às influências teóricas de sua formação intelectual. Planejou para o Brasil, fundamentado no imenso potencial humano que identificou neste país, uma nação ideal. Esta utopia, segundo suas pretensões, não deixaria o país se furtar a uma experiência socialista democrática. Alguns de seus críticos não identificaram apropriadamente as diferenças institucionais entre sua perspectiva de revolução democrática daquelas de corte totalitário.

Vieira não deixou dúvidas em seus escritos de que a construção de espaços públicos atraentes seria uma resposta à natureza existencial política do ser humano. Foi perseguido injustamente pela suposição dos riscos institucionais decorrentes das conquistas sociais advindas da mudança de mentalidade das massas. Mas, como bem advertiu um de seus críticos, “Quanto àqueles que insultam o Prof. Vieira Pinto, são os fascistas (Lebrun, 2005: 199).

No entanto, Vieira Pinto não se abalou completamente. Retornou corajosamente do Chile em dezembro de 1968, vindo do exílio, próximo a decretação do AI-5 e nunca mais foi visto publicamente na cidade do Rio de Janeiro. Dispôs como instrumentos de luta aqueles próprios aos intelectuais radicais: os livros que recebia para traduzir, os jornais da manhã, lápis e cadernos com os quais concluiu seus escritos sobre educação, filosofia e sociologia.

Vieira Pinto pode concluir seus estudos sobre a condição subdesenvolvida. Este é o fato que acreditamos ter possibilitado a continuidade de sua luta: o encerramento de sua obra. Uma das maiores conquistas teóricas de uma geração de intelectuais foi deslocar o termo “subdesenvolvimento” para uma área de estudo particular. O subdesenvolvimento então passou a ser interpretado não como uma dedução direta do termo desenvolvimento ou entendido como sua etapa anterior. Para defender os países em condição atrasada economicamente foi criado o termo

“subdesenvolvimento”, estruturado teoricamente pelos intelectuais da geração isebiana e cepalina enquanto instrumento de luta.

Vieira Pinto lutou contra as tentativas políticas de esquecimento ou falsa superação do termo. Por isso denuncia as tentativas de “enterrar” esta noção de subdesenvolvimento, porque a utilização deste recurso de linguagem é um instrumento precioso para superar a condição subdesenvolvida. Para neutralizar a ação comunicativa como arregimentadora de luta política tenta-se fugir “das representações emocionais e das vinculações éticas” (Vieira Pinto, 2008: 233) suscitadas pelo termo subdesenvolvimento.

A tentativa de estruturação de uma unidade nacional a partir desse “inimigo” comum foi o objetivo de Álvaro Vieira Pinto até os seus escritos derradeiros. A luta contra o imperialismo assume relação direta com o desenvolvimento de uma nação. Assim, o estágio de subdesenvolvimento não pode ser descolado de uma conotação política. Na arena política é que se deve atuar para a superação do estágio subdesenvolvido. No entanto, o país ainda prescinde de uma instituição política organizada que tenha uma proposta elaborada de desenvolvimento.

O ato heroico é uma estratégia de luta anti-imperialista. A luta anti-imperialista é um elemento de arregimentação das populações subdesenvolvidas. Mediante nosso trabalho de pesquisa assumimos a tarefa de indicar quais as instituições, a partir de nossa experiência com Vieira Pinto, poderiam orientar sua perspectiva nacionalista de desenvolvimento social. Encontramos na obra “A sociologia dos países subdesenvolvidos” uma impressão fundamental:

– Quanto à implicação política da superação do subdesenvolvimento, há necessidade de reorientação da cultura política brasileira. Não observamos em nenhum momento recente da história do Brasil o deslocamento da proposta estratégica de desenvolvimento dos partidos políticos: pleiteamos um lugar privilegiado nas disputas político-partidárias para as demandas fundamentais de nosso tempo como a educação e o trabalho. Os avanços que observamos nos últimos anos nesses setores surgiram da mobilização da sociedade civil em face da negligência da política partidária com os interesses estratégicos. O acompanhamento da vida

partidária brasileira confirma a orientação dos partidos para um fim em si mesmo: a disputa de eleições, o financiamento das carreiras políticas através do superfaturamento das obras e serviços públicos. Portanto, há um dilema quanto a perspectiva da democracia por representação atender somente a interesses setoriais (religiosos, fundiários, esportivos e corporativos).

Vieira Pinto encerra a obra “Consciência e realidade nacional” com um apelo em relação ao deslocamento do centro das decisões sociais para o “âmbito da massa” pois “o trabalho efetuado pela massa e a capacidade de deliberação que é obrigada a possuir para defender seus interesses são fatores de autoconsciência” (Vieira Pinto, 1960: 626).

O estado de perplexidade em que a sociedade civil se encontra em face dos eventos reprováveis que a política partidária se envolve cotidianamente apresenta-se como um problema para a proposta de Vieira Pinto. A transformação deste sentimento de perplexidade em reações repulsivas e paralisadoras à participação popular no espaço político cotidiano não contribuem para o amadurecimento do regime democrático no país. As ações radicais que adquirem notoriedade midiática através de práticas políticas explosivas (incendiárias, depredadoras do patrimônio coletivo e conflitos ante a força esmagadora dos policiais) também fogem à proposta democrática de Vieira Pinto. Não são fatores de autoconsciência.

Pretendi, obedecendo a uma *práxis* acadêmica tradicional, conhecer a obra de Vieira Pinto com o objetivo de escolher uma contribuição (um recorte) em relação aos dilemas que afligem a sociedade brasileira da atualidade. Estivemos inclinados a estudar o seu “Conceito de Tecnologia” ou rever a obra “Consciência e realidade nacional”. No entanto, o livro que mais nos provocou, seja pela fraseologia contundente utilizada pelo autor, seja pelo radicalismo político das posições nacionalistas defendidas por ele, estava situado entre seus escritos derradeiros recém editados. Esses aspectos nos levaram a analisar a obra “A sociologia dos países subdesenvolvidos”. Desavisados, não esperávamos encontrar um intelectual que revelou, como poucos, possuir uma alma verdadeiramente brasileira. À medida que evoluíamos na compreensão de suas ideias percebemos que nossa prática em pesquisa

e docência não nos deixariam indiferentes às suas concepções de educação ingênua e educação crítica.

O aprofundamento de nossa visão sobre a temática desenvolvimentista amadureceu uma perspectiva conceitual renovadora. O uso que Vieira Pinto faz de categorias conceituais filosóficas para examinar a realidade nacional ofereceu uma desconformidade analítica quanto à cultura acadêmica que vivenciávamos, marcada sobretudo pelo desprezo ao conhecimento histórico-filosófico e pelo pedantismo – ambas categorias entendidas por Vieira Pinto como resultado de uma consciência ingênua.

Com os novos significados identificados em sua obra a respeito do que é subdesenvolvimento, passamos a acreditar em possibilidades concretas de estabelecermos um elo entre o subdesenvolvimento e a perspectiva de “fazer a História”. Por que? Porque para entendermos Vieira Pinto foi preciso sobretudo acreditar nele. E como lembramos nesta epígrafe, acreditar em Vieira Pinto é acreditar no Brasil.

Uma ressalva aos nossos trabalhos

Reconhecemos que não foi possível neste período de 48 meses investigar todos os aspectos da obra que determinamos em nosso projeto de pesquisa. Os rumos que foram tomando as leituras e interpretações da obra fizeram-nos concentrarmos em alguns objetivos, devido à necessidade de seu aprofundamento. No entanto, indicamos a possibilidade de continuidade dos estudos para analisar as seguintes questões:

1 – Estudos das noções de consciência e de ideologia em Álvaro Vieira Pinto;

2 – Estudar a relação entre o conceito de tecnologia em Álvaro Vieira Pinto e a proposta de Darcy Ribeiro para a UENF. Pretendemos com esta possibilidade de pesquisa ampliar nosso conhecimento sobre a obra de Álvaro Vieira Pinto ao realizarmos uma revisão histórica comparada. Analisaremos a perspectiva teórica desenvolvimentista de Vieira Pinto paralelamente a de Darcy Ribeiro. Para isto,

identificaremos na obra de Darcy Ribeiro as influências teóricas perceptíveis que recebeu de Vieira Pinto quanto ao significado da tecnologia para o desenvolvimento socioeconômico regional. Vislumbramos com este trabalho inédito reconhecer a contribuição educacional de Vieira Pinto através de pessoa interposta – Darcy Ribeiro – à comunidade local, onde nasceu.

Há também uma possibilidade de projeto extensionista em sua obra com a reedição de obras que estão esgotadas: como “Consciência e realidade nacional” e “Ideologia e desenvolvimento nacional”.

Da mesma forma, é preciso que alguma instituição pública organize um projeto que resgate o acervo particular de Vieira Pinto, levado do ISEB para a Escola Superior de Guerra em abril de 1964 e que lá repousa. Sugerimos que o mesmo seja trazido para a UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

Referências

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. A economia política dos descobrimentos. *In: Brasil 500 anos: experiência e destino. A descoberta do homem e do mundo* (org.): Adauto Novais. São Paulo: Editora Shwarcz, 1998.
- ALMEIDA, Paulo Roberto. *Formação da diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império*. São Paulo: Senac, 2001.
- ANDERSON, Perry. Força e consenso. *In: Contragolpes: seleção de artigos da New Left Review*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ARENDT, Hannah. *A dignidade da política: ensaios e conferências*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- _____. *A condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- _____. *As origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Cia. das letras, 1989.
- ARRAES, Miguel. *O Brasil, o povo e o poder*. Rio de Janeiro: Língua geral, 2008.
- AUGUSTO, Sérgio. O luxo ou o lixo? *In: Revista de cultura Vozes*, nº 5 ano 64. Petrópolis-RJ: Vozes, 1970.
- AVELLAR, José Carlos. A guerra não acabou. *In: Revista de cultura Vozes*, nº 5 ano 64. Petrópolis-RJ: Vozes, 1970.
- BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- BASTIDE, Roger. *Brasil: terra de contrastes*. São Paulo: Difel, 1975.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. A institucionalização das ciências biomédicas no Brasil: esboço de um estudo comparativo. *In: História da ciência: o mapa do conhecimento*. São Paulo: Edusp, 1995.
- BEZERRA JÚNIOR, Benilton. Cultura psicológica e produção do indivíduo. *In: Saúde e loucura* nº 4. São Paulo: Hucitec, 1993.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- _____. *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- BIGUELMAN, Paula. *O pingo de azeite: a instauração da ditadura*. São Paulo: Perspectiva, 1994.
- BOFF, LEONARDO. *Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela Terra*. Petrópolis: Vozes, 1999.

BORNHEIM, Gerd. *Filosofar: o pensamento filosófico em bases existenciais*. São Paulo: Globo, 2001.

_____. *Dialética: teoria, práxis; ensaio para uma crítica da fundamentação ontológica da dialética*. Porto Alegre – RS: Globo, São Paulo: USP, 1977.

_____. O sujeito e a norma. In: *Ética: vários autores*. Org. Adauto Novaes. São Paulo: Cia. das letras, 2007.

_____. A descoberta do homem e do mundo. In: *Brasil 500 anos: experiência e destino. A descoberta do homem e do mundo (org.)*: Adauto Novais. São Paulo: Editora Shwarcz, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. O conceito de desenvolvimento do ISEB revisitado. Disponível em >> www.bresserpereira.org.br

BURKE, Peter. *A escola dos Annales: 1929-1989 a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP, 1997.

BURSZTYN, Marcel; FONSECA, Igor Ferraz. *A banalização da sustentabilidade: reflexões sobre governança em escala local*. In: *Sociedade e Estado*, vol. 24; nº 1. Brasília – DF: UNB, 2009.

CALDEIRA, Jorge. *A Nação mercantilista: ensaio sobre o Brasil*. São Paulo: 34, 1999.

CALMON, Pedro. *História social do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente*. São Paulo: Cultrix, 2006.

CARDOSO, Adalberto. *Escravidão e sociabilidade capitalista: um ensaio sobre inércia social*. Cadernos da América Latina: Clacso, 2009

CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento - Brasil: JK- JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. *A soma e o resto: um olhar sobre a vida aos 80 anos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CARVALHO, José Murilo. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte-MG: UFMG, 1998.

CASTAGNA, Paulo. A música como instrumento de catequese no Brasil dos séculos XVI e XVII. In: *Confronto de culturas: conquista, resistência, transformação*. São Paulo: Edusp, 1997.

- CASTELLS, Manuel. O poder da Identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTRO, Josué. Homens e caranguejos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- CERQUEIRA, Luiz Alberto. *Filosofia brasileira: ontogênese da consciência de si*. Petrópolis – RJ, 2002.
- CORBISIER, Roland. Consciência e nação. São Paulo: Colégio, 1950.
- _____Filosofia política e liberdade. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1975.
- _____Raízes da violência. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.
- CÔRTEZ, Norma. *Esperança e democracia: as idéias de Álvaro Vieira Pinto*. Rio de Janeiro: IUPERJ; Belo Horizonte – MG: Editora UFMG, 2003.
- COSTA E SILVA, Arthur. *Programa estratégico de desenvolvimento: 1968-1970. Área estratégica IX – Infraestrutura social*. Brasília – DF: Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, 1969.
- CRUZ COSTA, João. Prefácio: O Integralismo de Héglio Trindade. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1979.
- CULLER, Jonathan. *Sobre a desconstrução: teoria e crítica do pós-estruturalismo*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1997.
- DEBRUN, Michel. Ideologia e realidade. Rio de Janeiro: Iseb, 1959.
- DE SOUZA, Marco Antonio. *A Igreja, os cristãos revolucionários e as lutas sociais: o processo de formação da Ação Popular (AP)*. In: Memória e movimento, vol. 3, 2011.
- DIAS, Everardo. História das lutas sociais no Brasil. São Paulo: Alfa-ômega, 1977.
- DOS SANTOS, Theotônio. *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- DOS SANTOS, Joel Rufino. *História Nova: Conteúdo histórico do último ISEB*. In: Intelectuais e políticas municipais: a experiência do ISEB. Revan: Rio de Janeiro, 2005.
- DOS SANTOS, Wanderley Guilherme. Entrevista concedida ao CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/cientistas_sociais/wanderley_guilherme/TranscricaoWanderleyGuilherme.pdf
- ECHAVARRÍA, José Medina. Considerações sociológicas sobre o desenvolvimento econômico da América Latina. In: Cinquenta anos de pensamento da Cepal. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- ECO, Humberto. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva, 2004.

- FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 1991.
- FÁVERI, José Ernesto. *O legado de Álvaro Vieira Pinto na voz de seus contemporâneos*. Blumenau – SC: Nova letra, 2012.
- FAUST, J.J. *A revolução devora seus presidentes*. Rio de Janeiro: Saga, 1965.
- FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América: a imigração em massa para a América latina*. São Paulo: Edusp, 2000.
- FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- FERRARO, Alceu; KREIDLOW Daniel. *Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais*. Revista Educação e Realidade, nº 29 – jul/dez de 2004.
- FISHLOW, Albert. *Desenvolvimento no Brasil e na América latina: uma perspectiva histórica*. São Paulo: Paz e terra, 2004.
- FLUSSER, Vilém. *Pós-história: vinte instantâneos e um modo de usar*. São Paulo: Duas cidades, 1983.
- FORACCHI, Marialice Mencarini. *Sociologia do conhecimento e planejamento*. São Paulo: Edusp, 1981.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2006.
- FREITAS, Marcos Cezar. *Álvaro Vieira Pinto: a personagem histórica e sua trama*. São Paulo: Cortez, 1998.
- FUGANTI, Luiz A. *Saúde, desejo e pensamento*. In: *Saúde loucura*, nº 2. São Paulo: Hucitec, 1993.
- FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro, São Paulo: Paz e Terra, 1981.
- _____ *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1973.
- _____ *Um projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1968
- _____ *Criatividade e dependência na civilização industrial*. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.
- _____ *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, São Paulo, Lisboa: Fundo de Cultura, 1965.
- _____ (org.). *Brasil: Tempos Modernos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

GADAMER, Hans Georg. *Hermenêutica em retrospectiva*: vol 1 – Heidegger em retrospectiva. Petrópolis- RJ: Vozes, 2007.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

GEISEL, Ernesto. II PND – II Plano nacional de desenvolvimento (1975 – 1979). Brasília – DF: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1975.

GORDON, Lincoln. *O progresso pela aliança*. Rio de Janeiro: Record, 1962.

_____*A segunda chance do Brasil*: a caminho do primeiro mundo. São Paulo: Senac, 2002.

_____*Castello perdeu a batalha*. Páginas amarelas, Revista Veja nº 444, de 09 de março de 1977, pág. 6. São Paulo: Abril, 1977.

GORENDER, Jacob. *A ditadura sem disfarces*. In: *Olhares sobre 1964: o golpe que calou o Brasil*. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 2004.

GUATTARI, Félix. *Linguagem, consciência e sociedade*. In: *Revista Saúde loucura nº2*. São Paulo: Hucitec, 1990.

GORZ, André. *O Imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005.

HIRSCHMAN, Albert. *Auto-subversão: teorias consagradas em xeque*. São Paulo: Cia. das letras, 1996.

HOBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

HUNTINGTON, Samuel. *A ordem política nas sociedades em mudança*. São Paulo: Edusp, 1975.

IANNI, Octavio. *Origens agrárias do estado brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____*Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

_____*A formação do estado populista na América latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

JAGUARIBE, Helio. *O ISEB e o desenvolvimento nacional*. In: *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

JASPERS, Karl. *Introdução ao pensamento filosófico*. São Paulo: Cultrix, 2011.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LAFETÁ, João Luiz. *1930: a crítica ao modernismo*. São Paulo: Duas cidades, 34, 2000.

LAFER, Celso. *Paradoxos e possibilidades*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1982.

LEFF, Enrique. *Epistemologia Ambiental*. São Paulo: Cortez, 2002.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. *Trinta anos da Fundação Ford no Brasil: um testemunho com alguma análise*. In: *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo: Sumaré/FAPESP, 1993.

_____. *Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula*. Prefácio. Campinas – SP: Editora Autores Associados, 2003.

MACHADO, Maria Helena. *Um país em busca de moldura: o pensamento de Couto de Magalhães, O Selvagem e os Sertões*. In: *Confronto de culturas: conquista, resistência, transformação*. São Paulo: Edusp, 1997.

MARINHO, Luiz Carlos de O. *O ISEB em seu momento histórico*. Rio de Janeiro: UFRJ, tese de mestrado, 1986.

MARINI, Ruy Mauro. *Contradições e conflitos no Brasil contemporâneo*. In: *Teoria e prática*, nº3. São Paulo: Teoria e Prática Editora, 1968.

MARRAMAIO, Giacomo. *Poder e secularização: as categorias do tempo*. São Paulo: Unesp, 1995.

MARTINS, Carlos Estevam (org.). *Estado e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1977.

MEADOWS, Dennis; MEADOWS, Donella. *Os limites do crescimento*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

MEIRA PENNA, J.O. *Psicologia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: APEC, 1972.

MENDES, Candido. Tema. *Revista Dados* nº1. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1966.

_____. *ISEB: fundação e ruptura*. In: *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

MICELI, Sérgio. *A desilusão americana*. São Paulo: Sumaré, 1990.

- _____ A Fundação Ford no Brasil. São Paulo: Sumaré/FAPESP, 1993.
- MIROW, Kurt Rudolf. *A ditadura dos cartéis: anatomia de um subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- MOOG, Vianna. *Bandeirantes e pioneiros*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1983.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica*. São Paulo: 34, 2008.
- MYRDAL, Gunnar. *O estado do futuro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.
- NOVAES, Adauto (org.). *Ética*. São Paulo: Cia. das letras, 2008.
- NUNES, Edson. *A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- _____ *Globalização: notas sobre um debate*. In: *Sociedade e Estado*, vol. 24; nº 1. Brasília – DF: UNB, 2009.
- PAIVA, Vanilda. *O legado de Álvaro Vieira Pinto na voz de seus contemporâneos*. (org.): José Ernesto De Fáveri. Blumenau – SC: Nova letra, 2012.
- PALÁCIOS, Manuel. *Os comunistas e a modernização: a crise do jacobinismo*. In: *Revista Presença* nº 13, maio de 1989. Rio de Janeiro: editorial Presença, 1989.
- PASSARINHO, Jarbas. *O Ministério da Educação e sua participação no processo do desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro: Clube de Engenharia, 1973.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo: Atica, 1990.
- PEREIRA, Luiz (org.). *Subdesenvolvimento e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- PEREIRA PINTO, Jorge Renato. *O ciclo do açúcar em Campos*. Campos dos Goytacazes – RJ: Edição do autor, 1995.
- PESSANHA, José Américo Motta. *Santo Agostinho: vida e obra*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- _____ *As delícias do jardim*. In: *Ética* (org.) Adauto Novaes. São Paulo: Cia. das letras, 2007.
- PRADO JR., Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- _____ *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PREBISCH, Raul. *O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais*. In: *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____ Por uma dinâmica do desenvolvimento latinoamericano. *In: Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000

RAMOS, Guerreiro. *A redução sociológica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

_____ Introdução crítica à Sociologia brasileira. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 1995.

RANCIÈRE, Jacques. *Viagem ao país dos últimos sociólogos*. Caderno Mais!: O Brasil dos viajantes. Folha de São Paulo. Edição de 28/12/1997.

REIS, Elisa. *A construção intelectual e a política das ciências sociais brasileiras: a experiência do IUPERJ*. *In: A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo: Sumaré/FAPESP, 1993.

REVISTA DE CULTURA VOZES. *Civilização e cultura*, Ano 64, vol.LXIV, nº6. Petrópolis – RJ, 1970.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas – SP: Unicamp, 2007.

RIBEIRO, Darcy. *Educação, Brasil 77*. *Jornal do Brasil*, caderno B, página 7, 1977.

_____ *Os brasileiros*. Petrópolis – RJ: Vozes, 1988.

ROUANET, Sérgio Paulo. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Cia. das letras, 1997.

_____ *Dilemas da moral iluminista*. *In: Ética*. São Paulo: Cia. das letras, 2008.

ROBERT, Fernand. *A literatura grega*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

RODRIGO, Lídia Maria. *O nacionalismo no pensamento filosófico: aventuras e desventuras da filosofia no Brasil*. Petrópolis – RJ: Vozes, 1988.

ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

ROEGEN, Nicolas Georgescu. *Teoria econômica e economia agrária*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Café, 1973.

SANGLARD, Gisele. *Hospitais: espaços de cura e lugares de memória da saúde*. *Anais do museu paulista*: vol.15 no.2. São Paulo: Jul/Dez., 2007.

SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Cia. Das letras, 2011.

- SANTOS, Joel Rufino. *A banheira de Janet Leigh*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Edusp, 2005.
- SHOHAT, Ella; STAM, Robert. *Crítica da imagem eurocêntrica: multiculturalismo e representação*. São Paulo: Cosac & Naify, 2006.
- SKAFF, Elisângela Alves da Silva. *Cooperação internacional para o planejamento da educação brasileira: aspectos teóricos e históricos*. In: Revista brasileira de estudos pedagógicos: volume 88 nº 219 maio/ago 2007. Brasília-DF: INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.
- _____. *O governo militar secreto*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1987.
- _____. *A ofensiva reacionária*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.
- _____. *A verdade sobre o ISEB*. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.
- SOUZA, Jessé. *A modernização seletiva*. Brasília-DF: Editora UnB, 2000.
- SPENGLER, Oswald. *O homem e a técnica: uma contribuição à filosofia da vida*. Porto Alegre: Meridiano, 1941.
- STEINER, George. *No castelo do Barba Azul: algumas notas para a redefinição de cultura*. São Paulo: Cia. das letras, 1991.
- TCU – Tribunal de Contas da União. *Referencial básico de Governança: aplicável a órgãos e entidades da administração pública*. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2663788.PDF>.
- TOTA, Antônio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da segunda guerra*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- TRINDADE, Héliogio. *O Integralismo: O fascismo brasileiro dos anos 30*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1979.
- VAZ, Henrique de Lima. *Escritos de filosofia IV: introdução à ética filosófica 1*. São Paulo: Loyola, 1999.
- _____. *Cultura e Filosofia*. Belo Horizonte-MG: Síntese, 1993.

VEIGA, José Eli da Veiga. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas – SP: Autores Associados, 2003.

VIANNA, Luiz Werneck. *Vantagens do moderno, vantagens do atraso*. Rio de Janeiro: Presença, 1988.

VIEIRA PINTO, Álvaro. *Ideologia e desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro: ISEB, 1956.

_____ *Consciência e realidade nacional*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

_____ *A questão da Universidade*. Rio de Janeiro: UNE, 1962.

_____ *Por que os ricos não fazem greve?* Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1962.

_____ *El pensamiento critico en demografía*. Santiago – CL: Celade, 1968.

_____ *Debate Vozes Civilização e cultura: cinco enfoques e um comentário*. REVISTA DE CULTURA VOZES. Civilização e cultura, Ano 64, vol. LXIV, nº6. Petrópolis – RJ, 1970

_____ *Ciência e Existência*. São Paulo: Paz e terra, 1977.

_____ *Sete lições sobre educação de adultos*. São Paulo: Cortez, 1988.

_____ *O Conceito de tecnologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

_____ *A sociologia dos países subdesenvolvidos: introdução metodológica ou prática metodicamente desenvolvida da ocultação dos fundamentos sociais do “vale de lágrimas”*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

WERNECK VIANNA, Luiz. *Uma sociologia indignada: diálogos com Luiz Werneck Vianna*. Juiz de Fora – MG: UFJF, 2012.

XAVIER, Ismail. *Alegorias do subdesenvolvimento: cinema novo, tropicalismo, cinema marginal*. São Paulo: Cosac & Naify, 2012.

ZWEIG, Stefan. *Brasil, um país do futuro*. Porto Alegre-RS: L&PM, 2006.

Anexo I – Transcrição dos originais

Revista de cultura Vozes nº 6, ano 64 – agosto de 1970: volume LXIV

Entrevista com Álvaro Borges Vieira Pinto

1. A partir de seu ponto de vista, há uma diferença entre civilização e cultura? Em que consiste?

Álvaro Vieira Pinto

A pergunta parece-me o eco, já mortiço, de uma concepção destes dois conceitos que teve sua melhor sonoridade no pensamento ingênuo e literário de certos filósofos das décadas de 20 e 30. À luz de uma percepção rigorosa do processo do desenvolvimento biológico da espécie humana, particularmente na fase em que ingressa nas condições sociais de produção da existência, o termo que realmente importa é o denominado “cultura”. Nele se reflete o processo graças ao qual a espécie, em vias de hominização e, mais tarde, plenamente integrada em comunidade social de trabalho, vem resolvendo as contradições que lhe são impostas pelas suas relações com o ambiente natural de onde deve retirar os bens de que necessita para subsistir, e com o grupamento dos semelhantes, com os quais estabelece necessariamente relações sociais. No curso desse processo desenvolve-se sua percepção dos objetos e fenômenos do mundo e das relações que ligam cada indivíduo aos demais, e esta percepção alcança a forma de ideias abstratas, gerais, que, num grau avançando do conhecimento, sendo transmitidas de geração para geração, como herança de uma práxis comum, de transformação técnica do mundo, vem a constituir o que se denomina cultura. O termo civilização é impreciso e de menor valor científico. Não encontrou unanimidade de conotação. Mas, a julgar pela observação do emprego que dele fazem os diversos autores, pode afirmar-se que é a palavra com a qual as comunidades humanas de fases históricas, muito recentes, no mundo ocidental, se denominavam a si mesmas, para se distinguirem dos povos coloniais ou possuidores de culturas estranhas, que com essa designação, ficavam relegados ao nível de atrasados, incultos, bárbaros, etc. É um termo que exprime a visão metropolitana do mundo e por isso é sempre relativo. Nenhum povo bárbaro chamou a si mesmo como bárbaro. Quem lhe dá esse nome são os outros, os que se

julgam em situação histórica eminente. Ao contrário, o que as informações sobre os povos em fases culturais atrasadas nos ensinam é que um grande número deles chamam-se a si mesmos por nomes que querem dizer apenas “homens”, ou seja, o que para nós corresponde a civilizados.

2. Qual a influência do humanismo clássico de nossa tradição ocidental e cristã sobre a sociedade de hoje?

Álvaro Vieira Pinto

No sentido filosófico e literário com que apareceu nos albores da época moderna, o humanismo, com razão chamado clássico, não tem mais qualquer razão de ser. Sua influência perdura a totalidade das realizações e ideias do passado da espécie, em suas várias manifestações culturais. Mas não pertence mais à consciência do presente. O que hoje se verifica, nos representantes de todas as correntes de pensamento, é a procura do conteúdo de um novo conceito de humanismo, que certamente quase não terá de comum com o antigo. Esta procura efetua-se por não se acreditar mais que a iluminação do pensamento, a aquisição da cultura erudita ou mesmo das novas expressões do saber moderno bastem por si mesmas para produzir um tipo superior de ser humano. O que se deseja é encontrar o conjunto de ideias que, como finalidade, sirvam para dirigir as transformações que estão ocorrendo no mundo, e devem levar praticamente a melhores condições de existência para toda a humanidade. Não vale a pena perder tempo discutindo o duvidoso, contraditório e livresco humanismo do passado. O que se tem a fazer é empenhar-se em construir no presente os fundamentos do humanismo do futuro que, provavelmente, se representar a verdadeira realização da existência humana em todos os homens, nem sequer se chamará humanismo, porque tal palavra terá perdido a razão de ser. De fato, no dia em que desaparecerem as condições inumanas de vida de qualquer parte da humanidade, quem se lembrará de chamar o homem de humano?

3. Como veria a chance de um humanismo sob qualquer denominação dentro de uma concepção tecnocrática da sociedade?

Álvaro Vieira Pinto

A parte da pergunta referente ao humanismo parece-me subalterna, em vista da que se refere à chamada concepção tecnocrática da sociedade. Se esta segunda for demonstrada destituída de fundamento, a primeira está automaticamente prejudicada. Ora, tal me parece ser o caso. Não existe concepção tecnocrática da sociedade como conceito respeitável mas apenas como expressão literária, usada por articulistas ou sociológicos impressionistas. A questão desloca-se para a compressão da técnica, a respeito da qual vêm-se generalizando os mais confusos e simplórios equívocos. A técnica é coetânea da existência humana, inerente a ela, nada tem de substantivo, não é uma hipótese, mas um modo de ser do homem, e por isso não há razão em designar, como parece ser o intuito da pergunta, a sociedade atual tecnocrática. Todas as sociedades que até agora existiram foram tecnocráticas, no sentido de serem dependentes das técnicas produtivas, materiais e ideais, de que dispunham, inclusive as de administração e governo. O que seria de espantar é que assim não fosse. Quanto a considerar a nossa sociedade particularmente notável devido à influencia que nela assumem os chamados técnicos, é um aspecto político, que não cabe elucidar no momento. A ideia de estarmos vivendo uma época de esplendor tecnológico é inteiramente ingênua, pois o mesmo pensaram os homens de todas as fases históricas precedentes em relação ao seu tempo. Apenas ocorre que estamos atualmente chegando a profundidades maiores do conhecimento da natureza e da existência do homem do que as possíveis do passado. Mas isto que hoje desperta visões apocalípticas nos autores de ficção científica será considerado segundo seu justo valor no quadro da realidade atual, quando esta puder ser apreciada de uma distância no tempo suficiente para aprendê-la em conjunto. Toda época histórica dá origem sempre às utopias que nela podem florescer. O humanismo é apenas uma palavra cujo significado está inteiramente por discutir. Admite-se haver um consenso implícito em torno dele, mas esta suposição é ilusória, pois na verdade qualquer autor de um questionário acredita que todos naturalmente pensam a mesma coisa a respeito dos termos que emprega. Ora, a auspiciosa situação do nosso tempo consiste precisamente em que estas palavras veneráveis já não despertam a menor veneração, e por isso tudo está de novo por definir, em função das novas condições históricas. Entre os conceitos deste tipo encontra-se exatamente o de humanismo. Para mim significa alguma coisa, mas como suspeito que não coincide com o que pensam outras

peessoas dignas de acatamento, só depois de devidamente esclarecido me atreveria a responder, entrando no mérito do problema.

4. Num mundo que se planetiza e unifica cada vez mais há ainda possibilidades para uma cultura nacional?

Álvaro Vieira Pinto

As premissas da pergunta são extremamente discutíveis. É de todo duvidosa a “planetização” e a unificação do mundo, como fato objetivo. Se a pergunta refere-se à divulgação das informações e à difusão das técnicas, revela um engano de perspectiva histórica, além de dar valor indevido, supondo-o original, a um traço que pertence à natureza do processo de desenvolvimento humano, apenas agora sensivelmente acentuado, sem contudo arrastar nenhuma transformação inédita. Parece manifestar uma impressão subjetiva, ou então de um ideal social ou político. Historicamente, em um curso de acontecimentos onde não funcionam as leis da lógica formal para a apreensão da essência do processo em marcha, cabe dizer que em todos os tempos, tal como agora, o mundo por um lado pode ser julgado unificado, e por outro lado não admite esta qualificação. Ambas as expressões são corretas e correspondem não a modos subjetivos de apreciar o desenrolar da história, mas à essência dos acontecimentos. Está unificado, pois é sempre o mundo de todos os homens, onde qualquer fato repercute de algum modo sobre todos, nas formas permitidas pelo sistema de relações existentes em cada época; e não está unificado, pois persistem desigualdades de nível de crescimento e nas possibilidades da realização do ser humano em cada povo. Os que acreditam que assim sempre foi e assim sempre será a meu ver não tem razão. Mas não é oportuno discutir aqui este particular. Se portanto a moldura em que está posta a pergunta é insubsistente, não me é possível responder à parte referente à cultura nacional. Estou seguro de que este último conceito tem valor indiscutível e corresponde a uma realidade permanente, mas o verdadeiro sentimento que possui só pode ser alcançado partindo de outros fundamentos, totalmente estranhos às expressões que figuram nos pressupostos da pergunta. Não podendo sequer resumir aqui a sequência de ideias que esclarecem, segundo meu modo de ver, o conteúdo da noção “cultura nacional”, limito-me a assinalar a impossibilidade de

dar resposta ao quesito proposto, reconhecendo no entanto, a conveniência do debate a este respeito. Nessa tentativa muito mais importância do que a discussão de conceitos acabados desta espécie deveria ter a compreensão dos fundamentos metódicos, lógicos e históricos, que dão origem a esses conceitos.

Anexo II

Oração Salve Rainha

Salve Rainha, Mãe de Misericórdia, vida, doçura, esperança nossa, salve!

A vós bradamos degredados filhos de Eva.

A vós suspiramos, gemendo e chorando neste vale de lágrimas.

Eia, pois, advogada nossa, esses vossos olhos misericordiosos a nós volvei.

E depois deste desterro, mostrai-nos Jesus, bendito fruto do vosso ventre.

Ó clemente, ó piedosa, ó doce Virgem Maria!

Rogai por nós Santa mãe de Deus.

Para que sejamos dignos da promessa de Cristo.

Anexo III – Transcrição dos originais

Por que votar contra o parlamentarismo no plebiscito?

A Congregação do ISEB, em reunião realizada em 24 de outubro de 1962, aprovou, por unanimidade, o presente trabalho e decidiu publicá-lo.

INTRODUÇÃO

O Povo Brasileiro está convocado, em virtude da Lei Complementar n° 2, de 16 de setembro de 1962, que fixou a data de 6 de janeiro de 1963, a pronunciar-se sobre a Emenda Parlamentarista. Pela primeira vez em nossa História, os eleitores são chamados a opinar sobre sistema de governo. Pelas condições especialíssimas em que os legisladores brasileiros chegaram a esta resolução, o voto sobre a matéria passou a ser uma deliberação difícil para a quase totalidade do colégio eleitoral. Mesmo os intelectuais especializados em ciência política deparam com um assunto extremamente complexo e complicado se quiserem chegar a uma conclusão correta, baseada, não em argumentos de oportunismo político ou de emotividade partidária, mas de ordem jurídica, social e econômica e que melhor atendam ao desenvolvimento nacional e aos superiores interesses da emancipação do Brasil.

Por isto mesmo, torna-se dever de cada cidadão estudioso dos problemas nacionais, colocar sua inteligência e sua cultura, neste importante episódio da vida do Povo Brasileiro, a serviço da causa pública. Devem os especialistas indicar o raciocínio que fizeram para chegar a uma conclusão favorável ou desfavorável à permanência da Emenda Constitucional n° 4 que, por um chamado ATO ADICIONAL, instituiu em 2 de setembro de 1961, o SISTEMA PARLAMENTAR DO GOVÊRNO. A contribuição dos intelectuais é que permitirá ao eleitor votar conscientemente, proporcionando-lhe condições para saber qual alcance e o significado de seu pronunciamento.

Reconhecendo a importância de informar o eleitorado brasileiro, por cima de meros interesses de eventuais paixões político-partidárias, o Exmo. Sr. Ministro Darcy Ribeiro houve por bem chamar o INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS, única entidade escolar especializada no Governo Federal exatamente

no ramo de conhecimentos exigidos para esse mister, a prestar uma contribuição que não se limitasse a seus alunos, mas que pudesse ser utilizada por todo povo brasileiro.

Ciente da gravidade da incumbência que lhe era cometida, a CONGREGAÇÃO DE PROFESSORES E ALUNOS DO INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS (ISEB) elaborou o seu parecer pela forma que em seguida se expõe.

ARISTOTELES E A DIVISÃO DE PODERES

1. Os poderes de governar foram objeto de estudo desde que a humanidade principiou a agrupar-se em comunidades regidas por normas ditadas pelos dirigentes. Os que detêm o poder nem sempre podem conservá-los com exclusividade. Muitas vezes são obrigados a partilhar com outros que disputam a primazia. Neste caso, ou devem eliminar o competidor pela força, ou estabelecer um estatuto de convivência que lhes permitia substituir um ao lado do outro. Esses estatutos ou constituições políticas ocuparam o pensamentos de filósofos, dentre os quais, na Antiguidade, cumpre mencionar Aristóteles (384-322 antes de C.), o mais minucioso no exame das características e na classificação dos Estados, lançando os germes da ideia de divisão do exercício de poderes, como fonte de estabilidade, da harmonia e da paz social, o que se pode ver na coleção de seus estudos “Política”.

A CHINA E A DIVISÃO DE PODERES NO ESTADO

2. A prática da divisão de poderes encontrou-se, em primeiro lugar, na velha China. As dinastias imperiais nem sempre se originaram na população local. Além disto, o tamanho do país e a alta densidade demográfica ensejavam o aparecimento de senhores feudais dotados de grande poder sobre importantes núcleos de população. Impunha-se dividir com eles uma parte das prerrogativas imperiais, para assegurar obediência. Assim desde a dinastia Tang que dominou a China a partir do ano 608, introduziu-se o sistema de divisão de poderes. Os poderes legislativo, executivo e judiciário enfeixavam-se nas mãos do Imperador, mas, paralelamente, admitiam, separados do trono, os poderes de exame para ingresso no serviço público e o de

censura, destinados a fiscalizar a moralidade na administração (Ver Sun Yat-Sem, “Os Três Princípios do Povo”, Rio, 1944, pág. 265). Graças a essa engenhosa máquina administrativa, as dinastias Tang, Sung, Ming e Manchu mantiveram-se no poder, cada uma, por três séculos e a monarquia do Império do Sol Nascente pode ser considerada uma das mais sólidas que existem em toda humanidade.

Deve-se, pois, considerar a divisão dos poderes, principalmente como uma forma tática de consolidação do comando sobre os governados.

A INGLATERRA INAUGURA O PARLAMENTARISMO

3. Na Europa, principiou a ser utilizada na Inglaterra, no século XVIII. Por esse tempo, como se sabe, a burguesia prosperava como nunca anteriormente. Os grandes descobrimentos, o comércio marítimo, a pirataria acumulavam fortunas fabulosas em mãos de quem não tinha títulos de nobreza. Esse imenso poder econômico ameaçava os nobres cuja economia se baseava na exploração latifundiária da terra, nas expedições de conquista de reinos, nas pilhagens proporcionadas pelo excelente negócio das Cruzadas, servindo-se dos sentimentos religiosos dos povos e da ingenuidade ou malícia do alto clero, que as promovia. Era, pois, uma época de transição entre o feudalismo e o capitalismo, onde forças de poder entravam em declínio, enquanto que outras ascendiam ao comando.

Nessa época na Inglaterra, a nobreza não tinha mais condições de conservar sozinha, o poder de governar. Devia entrar em acordo com a burguesia triunfante, ou soçobrar. Essa fraqueza estimulava as múltiplas guerras que serviram de moldura para as belas obras de Shakespeare, guerras em que reis, imperadores, duques, condes e barões procuravam desesperadamente ampliar o poder que era esvaziado pela crescente importância da burguesia, a qual amealhava silenciosamente fortunas, no comércio, no empréstimo de dinheiro e no milagre das máquinas que principiavam a aparecer.

Numa dessas guerras, o trono da Inglaterra foi parar nas mãos de Guilherme de Orange, rei da Holanda, o qual, para consolidar o poder, tratou de estabelecer normas de convivência com a burguesia britânica, promulgando o famoso “Bill of Rights” (“Carta de Direitos”). Esse documento formalizou a monarquia constitucional

inglesa. Representava o entendimento com as classes ricas que surgiram defendendo-se do despotismo, da crueldade e da insegurança causados pela turbulência dos nobres, tão bem reproduzidos em obras imortais, como “Hamlet”, “Ricardo III”, “Macbeth”, “O Rei Lear”, “Henrique VIII” e tantas outras que cada brasileiro devia conhecer, como base primordial de cultura. Para garantir que o “Bill of Rights” não seria uma simples promessa de proteção, impunha-se dar à burguesia um poder tão forte quanto o que era desfrutado pelo novo rei estrangeiro. Propondo a solução desse problema político, um filósofo inglês, John Locke (1632- 1704) escreveu a obra “Dois Tratados sobre o Governo”, em que reconhece ao rei, por força do direito natural, a prerrogativa de governar como poder executivo. Entretanto, como não deve ser absoluto esse direito, o que significaria despotismo, as tarefas de fazer as leis e julgar os cidadãos não podem ser enfeixadas nas mesmas mãos. Essa separação não exclui sua unidade que se consegue de fato de que todos os poderes partem do legislativo e a ele se subordinam por esse modo imaginoso, esvaziava-se o rei estrangeiro de seus atributos de conquistador, assemelhado aos déspotas da nobreza local que tinham sido destruídos; esta é a teoria do parlamentarismo britânico que subsiste até nossos dias; obriga o rei a submeter-se ao parlamento quando esse parlamento tiver mais força que o rei. Não exclui porém a hipótese de o rei impor-se ao parlamento, quando o mesmo rei tiver mais forças política e não exclui também a hipótese do rei fraco, aliciado à maioria através de troca de favores ou de simples suborno, aliar-se a uma parte do parlamento e dominar a outra que deseje insubordinar-se. A história ulterior da Inglaterra apresenta fatos comprobatórios da existência de cada uma dessas situações descritas.

PARLAMENTARISMO – INSTRUMENTO TÁTICO CONTRA O REI GUILHERME

4. Em todo o caso, a obra de Locke serviu, num instante crítico, para a liberdade da burguesia inglesa, ameaçada por um príncipe estrangeiro que não dispunha de forças pessoais suficientes para dominar sozinho a Inglaterra e submetê-la à Coroa da Holanda. O parlamentarismo firmou-se, nesse episódio, como um **instrumento tático** da gente rica da Inglaterra para livrar-se dos irresponsáveis e

ambiciosos príncipes ingleses, sem contudo substituí-los, pura e simplesmente, por irresponsáveis e ambiciosos príncipes da casa holandesa de Orange. **Instrumento Tático** nada mais, pois, o povo inglês assalariado sem terra para lavrar, sem teto para abrigar-se, sem recursos para comprar, continuou sem terras, sem teto e sem recursos, como antes, uma vez que o parlamentarismo não significava nenhuma restrição, nem nos direitos dos nobres, nem dos burgueses, senhores absolutos dos meios de produção. Locke tratou de deixar explícito em sua obra que a propriedade era um direito natural dos cidadãos e que nem mesmo o parlamento disporia de poderes para aboli-la. Para assegurar ainda melhor a intangibilidade desse direito, preconizou o direito de resistência às autoridades, especialmente ao monarca, quando abusassem de suas prerrogativas. Reconhece em alguns casos, a legalidade da própria insurreição, preparando assim o terreno ideológico para a ulterior destituição de Guilherme de Orange que era como se viu, um príncipe holandês.

A ASCENSÃO DA BURQUESIA PELA ESCADA DO PARLAMENTARISMO

5. O êxito da manobra política da burguesia britânica estimulou a adoção da mesma tática, em outras nações, do fenômeno histórico do declínio do feudalismo diante do advento da era capitalista, notadamente na França, ao correr do século XVIII. Nesse período, a nobreza e o clero detinham dois terços da área agricultável do país. Para manter os gastos das cortes e das guerras, decretavam-se impostos e mais impostos, de que, entretanto, estavam imunes a mesma nobreza e o mesmo clero, aos quais de resto assegurava, de forma quase privativa, o acesso aos cargos públicos. O desenvolvimento industrial arruinava os artesãos e o comércio marítimo, trazendo gêneros alimentícios e matérias-primas dos novos continentes onde se explorava a mão-de-obra escrava. Empobrecia também o agricultor europeu, disseminando a miséria e o desespero. A máquina e o comércio marítimo, por sua vez, iam acumulando imensas fortunas em mãos de quem não era nobre, nem pertencia ao clero. O poder econômico que assim se formava em mãos da burguesia, estimulava-a a procurar tomar o poder, até aí em mãos da nobreza e do clero. O quadro da França era, pois, este: a nobreza e o clero no poder, nadando em privilégios

de toda a espécie. Uma burguesia poderosa proprietária de bancos, de frotas mercantis e de uma rede de distribuição dos produtos trazidos da África, da Ásia e da América Latina e um proletariado e um campesinato, famintos, sem terras e sem teto, em clima, de desespero, fora do poder.

A burguesia nada tinha a fazer senão proporcionar algum recurso a intelectuais que jogassem a centelha de algumas ideias revolucionárias naquele material humano explosivo, mas, inculto e desordenado, que aguardava, com resignação, a vida celestial em que iriam ser recompensados de todas as desgraças que lhes eram impostas. Esses intelectuais foram Voltaire, Montesquieu, Rousseau, Jaucourt, etc. e a pólvora, a “Enciclopédia”, também chamada de “Dicionário Racional das Ciências, das Artes e das Profissões”. Abandonando a resignação mística, as multidões oprimidas deliberaram não mais esperar pelo Paraíso e procurar aqui mesmo a satisfação de suas necessidades, como lhes era ensinado pelos enciclopedistas. Ao mesmo tempo em que se insuflavam a revolução, os donos do dinheiro preparavam o arcabouço do Estado burguês que iria substituir a monarquia despótica. A estrutura do novo Estado, em que a nobreza deveria dividir o poder com a burguesia, consta no livro “Do espírito das leis”, escrito pelo enciclopedista Carlos Luís Montesquieu (1689-1751). Montesquieu desenvolve as ideias de Locke sobre separação de poderes, adaptando-as ao panorama francês, no qual se procurava extinguir o absolutismo real. Não tratava porém, de eliminar o poder do monarca, mas tão somente permitir que a burguesia se representasse, formando, com o rei, um todo harmônico. Diferia da Inglaterra, no fato de que Locke pretendia esvaziar o poder real nas mãos de um príncipe estrangeiro, introduzindo o sistema parlamentarista. Montesquieu não se propunha a extinguir o governo real, pois, se assim procurasse, para substituí-lo por um governo de burgueses, arriscaria a que os nobres, destituídos do poder, viessem a unir-se à plebe trabalhadora, para utilizando-se dessa massa insatisfeita, à qual nada se pretendia dar, vir a retomar o poder e expulsar a burguesia.

O caminho não era, pois, destruir a nobreza e o clero, mas, apenas obrigá-los a dividir os privilégios sobre a massa. A teoria da divisão de poderes em legislativo, executivo e judiciário, apresentava-se, mais uma vez, como *instrumento tático* da luta de uma classe – a burguesia – para introduzir-se no governo. Não significava isto nenhuma transformação para o povo propriamente dito, pois este permaneceu

miserável desprotegido e submisso aos governantes que continuavam a explorá-lo com a mesma impiedade de antes. Os dados estatísticos levantados mostraram que a pauperização prosseguiu na mesma escala. Em França, como na Inglaterra, a “Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão” asseguraram a intocabilidade do direito de propriedade, como um dos postulados da Revolução Francesa, passado o período da derrubada das instituições feudais em 1789.

A DOCTRINA DE LOCKE NA CONFEDERAÇÃO NORTE-AMERICANA

6. O sistema parlamentar britânico com divisão de poderes não somente se derramou como tática de governo sobre a França e outros países da Europa. A Inglaterra, ocupando a América do Norte, constituiu poderosas comunidades empenhadas em participar com o governador nomeado pela Coroa Real da administração das respectivas colônias. Em cada uma delas, o poder econômico das fortunas que se iam formando no seio das famílias pioneiras da colonização, seja subjugando os índios, seja importando escravos da África, seja desenvolvendo o comércio marítimo, seja apoderando-se de terras para revendê-las a novos colonos, o poder econômico dessas fortunas, repita-se, exigia a formação de assembleias à semelhança do Parlamento existente na Metrópole. A mesma tática empregada no tempo de Locke, contra o rei Guilherme de Orange, era agora posta em prática nas colônias do Massachusetts, de Nova York, Pensilvânia, Virgínia, Carolina do Norte e do Sul, Geórgia etc. para despojar o governador inglês da colônia de toda autoridade e transferi-lo às assembleias.

Quando as colônias inglesas da América do Norte proclamaram sua independência, tão fraco já era o poder da metrópole, que não se cogitou de modificar nada das administrações locais, mas, tão somente de substituir o governador eleito pelos que, na forma das leis locais, tinham o direito de indicar representantes para as assembleias legislativas. Era, pois, nada mais nada menos do que o regime parlamentarista inglês que se reproduzia na América.

Reunidos os novos Estados na convenção de Filadélfia, em maio de 1787, para instituir a confederação norte-americana, tratou-se de evitar a introdução de um

governo forte e centralizado, suscetível de subjugar o poder econômico local que acabava de libertar-se da metrópole. A divisão de poderes sugerida por Locke e aperfeiçoada por Montesquieu serviu de base a elaboração da Constituição promulgada em 4 de maio de 1789, com o mesmo espírito de reserva de desconfiança e de propósito de alijar o poder executivo ao menor sintoma de inconveniência de sua manutenção com que os congressistas da Câmara dos Comuns instituíram a Monarquia Constitucional sob Guilherme de Orange, os deputados representantes dos diferentes Estados, oriundos das antigas colônias, compareceram à Filadélfia

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA NOS ESTADOS UNIDOS

7. O sistema presidencialista norte-americano é, pois, inspirado no genuíno sistema parlamentarista britânico. O presidente dos Estados Unidos era nada mais, nada menos, do que o rei da Inglaterra no Parlamento Britânico. Entretanto, enquanto na Inglaterra o poder do rei sofreu altos e baixos, fruto das contradições de interesses dos grupos econômicos representados no Parlamento ou na Coroa Britânica, no governo dos Estados Unidos operou-se um crescente poder do presidente da República. Não quer isto dizer que se revogaram disposições destinadas a permitir a destituição do presidente da República. Não só o presidente da República, como qualquer ministro da Corte Suprema, está sujeito ao impeachment por traição, suborno ou outros crimes e delitos graves (Artigo I, Seção III. § 6 e 7), decretado pelo congresso Nacional (Ver Edward S. Corwin – “A Constituição Norte-Americana e seu significado atual”, trad. De Leda B. Rodrigues. Rio, pág. 159).

PORQUE O PRESIDENCIALISMO PREVALECEU NOS E.U.A.

8. O incremento da autoridade do presidente da República nos E.U.A. coincide com um fato notório: a eliminação gradativa e contínua de contradições de profundidade da burguesia norte-americana que entrou na fase do imperialismo. Informa Adolfo Berle (A Revolução Capitalista do século XX, pág. 25), que 135 corporação controlam 45% dos valores industriais dos E.U.A, ou seja, quase a quarta parte da capacidade industrial do mundo. Dispondo do mecanismo de cinco milhões de desempregados, essas corporações podem conservar os que têm emprego, num

permanente clima de angústia, que favorece o conformismo. Além disto, um rendoso comércio internacional através de controle monopolístico das mais importantes riquezas da humanidade, tais como petróleo, estanho, cobre, café, trigo, carnes, couros, máquinas, equipamentos, automóveis, carrega do exterior, para o interior, meios de pagamento que podem assegurar aos que trabalham o mais alto padrão de vida no mundo inteiro. Em tais circunstâncias, as direções dos sindicatos operários que, em regra, nos demais países, insurgiram-se contra os governantes, dos E.U.A, são aliados dos que estão no poder. Tal imobilidade das classes reduz os conflitos entre os diferentes poderes, seja executivo, legislativo ou judiciário. Não tendo os trabalhadores um partido político próprio, atuante na vida nacional, os partidos de que participam governantes e governados (Democrata e Republicano), são antes sociedades cívicas do que órgãos de luta pelo aperfeiçoamento das instituições. Este equilíbrio embora instável é o que dá ênfase ao presidencialismo, mas já apresenta sinais de ruptura, face ao desaparecimento gradativo da exploração colonial, nos países que se libertam.

O ABSOLUTISMO DO IMPERADOR NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1824

9. No Brasil, ao declarar-se a independência em 1822, convocou-se um colégio eleitoral restrito, para indicar deputados que elaborassem a Constituição. Antes que os constituintes chegassem a um acordo, o Imperador dissolveu a Assembleia, redigiu uma constituição afeiçoada aos interesses da Coroa e convocou o parlamento, com novos deputados, para exercício do mandato na forma que a dita constituição prescrevia. Para assegurar o predomínio da vontade imperial, dividiu os poderes em quatro: Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador. Organizava os Ministérios, não estando obrigado a submetê-lo à aprovação do Legislativo. Quando o Parlamento não se agradasse dos nomes, dissolvia-o, mantinha o Ministério e convocava eleições para novos deputados e senadores, por um colégio eleitoral muitas vezes apenas simbólico, pois havia senadores eleitos com até dez votos e grande parte com menos de cem votos.

O governo praticamente despótico do primeiro Imperador e também o do segundo imperador, pelo menos até 1843, não permitem considerar a existência de qualquer divisão de poderes. O imperador mandava prender, espancar e desterrar adversários políticos, fechar jornais, confiscar livros, panfletos e quaisquer publicações que entendesse indignos de circulação. Isto podia acontecer porque não havia contradições fundamentais entre as classes governamentais e o povo não estava politicamente organizado. A economia nacional repousava sobre a agricultura, em mãos de senhores de engenho e latifundiários, explorando mão-de-obra escrava. Os produtos da agricultura eram vendidos à Inglaterra que em troca, abastecia a esses senhores feudais com os produtos manufaturados de que necessitavam para uma vida farta e folgazã. Os senhores feudais, se não eram nobres participantes da ociosidade da corte imperial, eram intelectuais que viviam em volta dos donos da terra e que se elegiam com até dez votos. Os escravos e as camadas pobres mergulhadas na escuridão do analfabetismo e na resignação consoladora das religiões, esperando no céu o pagamento das agruras sofridas na terra, submetiam-se a toda a sorte de sacrifícios. A burguesia compradora que enriquecia realizando o comércio interior e exterior, não tinha problemas com o regime. Se é certo que o açúcar e todos os produtos de exportação iam progressivamente caindo de preço, ante a voracidade inglesa, isto não causava preocupações a esses intermediários. Dava-lhes pretexto para pagar ainda menos aos nacionais e cobrar muito mais pelas manufaturas estrangeiras, do mesmo modo como ocorre ainda hoje. Tal harmonia de interesses entre as classes abastadas e a inexistência de qualquer organização entre os escravos que viviam de salários e a própria ausência de uma oficialidade genuinamente brasileira no seio das Forças Armadas, facilitavam extremamente o exercício de uma ditadura imperial, a despeito da vigência de uma Constituição.

COMO SE INTRODUZIU O PARLAMENTARISMO NO IMPÉRIO

10. Acontecia, porém, que a agricultura e o comércio iam acumulando capitais, efeito de lucros compensadores nessas atividades. O alto preço exigido pelas mercadorias estrangeiras seduzia a realizar inversões na indústria e na navegação. Na década de 1840 já se registra o aperfeiçoamento de várias fábricas, bancos, empresas

de seguro, colonização e mineração de capital nacional ou de estrangeiros para aqui transferidos. Com esses investimentos principiavam a surgir os conflitos de interesses no seio das classes abastadas. No período de 1850-1860 já se contavam 62 empresas industriais, 14 bancos, 3 caixas econômicas, 20 companhias de navegação a vapor, 23 de seguros, 8 de mineração, 4 de colonização, 3 de transporte urbanos, 8 de estradas de ferro etc. O declínio da exportação do algodão e do açúcar criava descontentamentos na poderosa classe dos latifundiários, já em luta com os industriais, empenhados em obter barreiras alfandegárias protecionistas, enquanto que aos latifundiários interessava portas abertas à competição industrial estrangeira, com o que obrigavam os novos industriais brasileiros a baratear as manufaturas. Esses conflitos ressoavam no parlamento onde os diferentes grupos econômicos se representavam. A força política da Coroa, diante de tais divergências, não dispunha mais da tranquilidade que alimentava o absolutismo do governo imperial. Assim não obstante não ser a constituição parlamentarista, os deputados e senadores que se apoiavam nas novas forças econômicas adquiriam audácia e enfrentavam com mais ímpeto os caprichos do Imperador, obrigando-o inicialmente a demitir o Ministério de Araújo Viana, Clemente Pereira, Paulino Soares, Miguel Calmon e Vilela Barbosa.

Neste episódio, os parlamentaristas brasileiros costumam enxergar o embrião do parlamentarismo que se teria desenvolvido daí por diante, até o advento da República (Voto do deputado Raul Pila na Comissão Especial, avulso da Emenda Constitucional n. 4-C. de 1948. Pág. 89). Lealmente, porém, reconhecem que o Imperador outras vezes, como no caso da queda do segundo gabinete Zacarias, nomeou um gabinete de sua exclusiva escolha e sem submetê-lo à apreciação do Parlamento.

Em 1868, criticando o ato do Imperador em confiar à minoria a organização do Ministério, afirmava Nabuco de Araújo: “... o Poder Moderador pode chamar a quem quiser para organizar ministérios; esta pessoa faz a eleição porque há de fazê-la; esta eleição faz a maioria. Eis, aí está o sistema representativo do nosso país!”

PORQUE SE ACABOU O PARLAMENTARISMO NO IMPÉRIO.

11. A formação de grupos econômicos com interesses conflitantes prossegue, até que se proclamou a República. A abolição da escravatura mostrou que a correlação de forças – latifúndio *versus* burguesia urbana – passara a pender para esta última. A derrota da casa imperial fez ir pelos os ares o parlamentarismo, instaurando o regime republicano presidencialista.

Entretanto a perda sofrida pelos latifundiários não significava a extinção de sua classe, nem de suas forças. Por outro lado, a vitória da burguesia urbana, sobretudo da burguesia compradora que se apoiara na massa progressista, para obter a abolição da escravatura, não significava que essa burguesia pretendesse levar avante as reivindicações populares em favor de melhores oportunidades para os pobres. A burguesia compradora isso é, a que detinha o controle do comércio exterior, queria a abolição da escravatura apenas para satisfazer a imposição dos industriais ingleses dos quais ela era representante no Brasil. Queria também a destituição do imperador, porque esse representava os interesses do latifúndio, os quais eram contrários aos dessa burguesia. Eram contrários, porque o latifundiário pretendia vender o café, o algodão, o açúcar, as madeiras, a borracha por preços altos e essa burguesia visava a comprar por preços mais baixos para auferir, evidentemente, lucros maiores. Eliminando o imperador, tornava-se possível enfraquecer os latifundiários e até conseguir, como depois veio a acontecer, durante a República, colocar no posto de chefe do Executivo, representantes dos próprios interesses da burguesia compradora. Muitos presidentes da República que tivemos vieram a satisfazer melhor os interesses estrangeiros de espoliação de nosso país, atendendo a essa burguesia compradora que controla nosso comércio exterior, do que aos interesses dos latifundiários nacionais, empenhados em obter melhores preços para os produtos brasileiros de exportação.

A CONSTITUIÇÃO DE 1891 E AS RAZÕES DO PRESIDENCIALISMO.

12. Entretanto, como já foi dito, essa burguesia, embora, na eventualidade, tivesse uma atitude progressista, procurando abolir a escravatura e suprimir os privilégios de sangue, não pretendia ir adiante disto, pois, mais do que essas concessões já passaria a representar sacrifício de seus próprios interesses, em favor

das populações pobres desejosas de melhores condições de vida. Ora, a burguesia não dá para o pobre, senão aquilo que possa conceder em forma de caridade, isto é, algumas roupinhas velhas, móveis imprestáveis, mensalidadezinha para algum asilo e nada mais. O que a burguesia urbana tinha de fazer, depois de proclamada a República, era apenas harmonizar-se com os latifundiários, utilizando o clássico sistema da divisão de poderes que a História aponta como o meio mais adequado.

A Constituição de 24 de fevereiro de 1891 é pois um ajuste de interesses, aplicando as recomendações de John Locke na Inglaterra, de Montesquieu na França e que os norte-americanos já haviam adotado ao elaborar a Carta Constitucional de Filadélfia.

Enquanto grupos econômicos estão dispostos a cumprir as regras do jogo, obedecem a Constituição e um grupo vai para o Poder Executivo, em substituição a outro, respeitando-se entre si. Quando, porém, um grupo se sentir suficientemente forte para alijar outro poder, então violará a Constituição, seja o regime parlamentarista, seja o regime presidencialista, e assumirá sozinho o mando, seja em forma de ditadura discricionária, seja conclamando, através de um “governo provisório”, o “povo” para novas eleições e elaboração de nova carta constitucional, onde o jogo recomeça, sempre dentro da clássica *divisão de poderes*.

A REVOLUÇÃO DE 1930 E A MUDANÇA DA CORRELAÇÃO DE FORÇAS DO IMPERIALISMO

13. Em 1930, os diferentes grupos não se entendiam mais. O latifúndio e a burguesia urbana estavam divididos pela influência dos monopólios norte-americanos decididos a eliminar os monopólios ingleses *de qualquer maneira* (pois a violência é o método usual deles). Como o povo não tomava, na realidade, parte alguma na indicação dos governantes, não tinha nada a defender nas instituições promulgadas em 1891. As eleições eram a *bico de pena*, para, na realidade, nomear os sucessores que os antecessores indicavam. A mudança, portanto, interessava o povo e este apoiou vigorosamente a eliminação do presidencialismo da 1ª República, em 1930, como apoiara a eliminação do parlamentarismo no Império.

O PARLAMENTARISMO NO CHILE

14. Em 1892, quando o Brasil instituía o presidencialismo, o Chile inaugurava o parlamentarismo e com uma característica ainda mais favorável aos corifeus do sistema – o Parlamento não podia ser dissolvido pelo presidente da República. Não obstante essa vantagem, de certo modo democrático, o parlamentarismo foi pelos ares no Chile, antes do presidencialismo no Brasil. Em 1925, depois de 25 gabinetes se sucederem no poder, o Chile voltou ao regime presidencialista. A espoliação sofrida pelo povo chileno em suas fabulosas riquezas minerais em mãos de monopólios norte-americanos, o analfabetismo, a miséria e as enfermidades mantidas e ampliadas, não obstante seu regime parlamentarista, é um espetáculo não menos constrangedor do que o existente no Brasil, adepto do presidencialismo. Os lúgubres dados estatísticos que a ONU apresenta sobre o Chile e sobre o Brasil não trazem diferenças apreciáveis.

A QUEDA DA DITADURA DE VARGAS

15. No Brasil, depois de acertarem-se os grupos econômicos, em 16 de julho de 1934 novamente se desentenderam; em 10 de novembro de 1937 tivemos uma constituição outorgada, do mesmo modo como a constituição outorgada pelo 1º imperador e que nos rege durante todo período imperial.

As forças do imperialismo, ante o desinteresse do povo, vieram a destituir o ditador que rasgara, ele próprio sua Constituição e desagradara os monopólios estrangeiros, sem, por outro lado, tratar de vincular-se às massas populares.

Assistimos, pois, a queda do parlamentarismo em 1889, do presidencialismo em 1930 e, em 1945, a queda do poder pessoal discricionário. O ditador havia pretendido promulgar uma lei antitruste (o Decreto-Lei nº 7.666 de 22 de junho de 1945), que iria prejudicar enormemente as empreiteiras norte-americanas. O embaixador norte-americano Adolfo Berle fez, pouco depois, um pronunciamento público, num discurso em Petrópolis contra o ditador Getúlio Vargas e patrocinou sua deposição, feita pelos próprios generais ministros, em 29 de outubro. Em 9 de novembro, ou seja, dez dias depois do novo “governo provisório”, pelo Decreto-Lei

nº 8.167 de 9 de novembro de 1945, revogou a famigerada lei que se propunha a punir os abusos do poder econômico.

A ORIGINALIDADE DA CANDIDATURA DE JÂNIO QUADROS

16. Novamente ajustaram-se os grupos de interesses e promulgam a Constituição de 1946, onde se harmonizaram as reivindicações dos latifundiários, dos industriais brasileiros e os dos monopólios norte-americanos que patrocinaram a queda de Getúlio Vargas e a renovação da lei antitruste.

Depois de um largo período de lua-de-mel, os monopólios norte-americanos, para conservarem-se no poder no período presidencialista que se iniciaria em 31 de janeiro de 1960, lançaram-se a um jogo perigoso. Iriam apoiar um candidato que era indicado pela plutocracia cafeeira paulista, mas que não era nem dono de fazendas de café, nem banqueiro, nem gerente de empresas ianques. Para eleger-se, o candidato prometeu tudo a todos. Hábil na formulação das promessas venceu com a maior votação jamais obtida no Brasil, por qualquer disputante de cargos eleitorais.

O COMÉRCIO EXTERIOR NAS CONTRADIÇÕES DO GOVERNO DE JÂNIO QUADROS

17. Eleito, Jânio tratou de servir, em primeiro lugar os grupos mais numerosos e que lhe pareciam os mais fortes – a plutocracia latifundiária e a massa popular. Com efeito, no governo de Juscelino Kubitschek, graças ao isolamento internacional imposto ao Brasil, não se lhe permitindo especular preços, foi possível aos monopólios ianques reduzir o pagamento de cada saca de café de US\$86,84, no fim de 1954, para US\$ 42,04, em 1959. Nessa diferença de preços, ganharam os ianques mais de 3 bilhões de dólares, ou seja, ao cambio médio de Cr\$ 150,00, cerca de Cr\$ 472.000.000.000,00, que correspondem a mais de quatro vezes a arrecadação de impostos de todos os Estados do Brasil, no ano de 1958. Sair, pois, desse círculo de ferro e procurar comerciar com todos os países, era um imperativo da própria sobrevivência, que tanto os latifundiários, como o povo em geral, desejavam ardentemente.

Jânio Quadros tratou, portanto, de cumprir sua promessa eleitoral de estabelecer relações diplomáticas e comerciais com todos os países. Entretanto, a venda de café, cacau e minérios aos países socialistas teria de ser contra pagamento em petróleo, trigo, equipamentos para pesquisa de petróleo, centrais elétricas, navios e etc. o que representaria não só uma competição com empresas norte-americanas associadas a capitalistas brasileiros que já fabricam aqui, pelo menos uma parte desses equipamentos. Essa atitude acarretava, portanto, descontentamento a poderosos e influentes grupos econômicos nacionais e estrangeiros.

A CONSPIRAÇÃO CONTRA JÂNIO QUADROS

18. Jânio Quadros, para fortalecer-se nessa posição anti-imperialista que principiava a assumir, buscava também apoio externo, estreitando as relações com Cuba. Num audacioso desafio aos grupos econômicos descontentes, Jânio Quadros, em 19 de agosto de 1961, condecorou Ernesto Che Guevara, que regressava de Montevidéu, vindo da Conferência Econômica de Punta del Este, onde denunciara, com extraordinária clareza, o engodo que representava para a América Latina o programa de ajuda norte-americana denominado “Aliança Para o Progresso”.

Este ato constitui um escândalo que indignava, não apenas os monopólios, mas também o alto clero, e que provocava o emudecimento da plutocracia cafeeira, a qual não se propunha a pagar tão alto preço por suas relações comerciais com os países socialistas. Também os círculos mais reacionários das Forças Armadas trataram de reagir.

O Governador Carlos Lacerda, um dos mais fortes propulsores da candidatura Jânio Quadros, rompeu com este, depois de criticar abertamente, em discursos de 4 de agosto e de 13 de agosto, a política externa do Presidente da República, atitude inédita na história do país, tanto mais surpreendente quanto, nisto, eram apenas cumpridas promessas do seu candidato.

No dia 21 de agosto, o jornal “Tribuna da Imprensa”, de Carlos Lacerda, realiza um violento ataque à política de conquista de mercados novos, notícia conferências reservadas do Governador com os deputados Menezes Côrtes, Aauto

Lúcio Cardoso, com o General Cordeiro de Farias, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, com o General Nestor Souto de Oliveira, comandante do I Exército, e ainda com os generais Ademar de Queiroz, Altair de Queiroz e Emilio Ribas, no Palácio da Guanabara, interditada a entrada ao público e mesmo à imprensa.

Esboçaram-se algumas reações populares de apoio a Jânio Quadros, mas predominava a desconfiança. Sentindo-se desamparado, num momento em que o Vice-Presidente da república, João Goulart, estava em Pequim, chefiando missão comercial e depois de haver estado em Moscou, renunciou inesperadamente e na carta renúncia absolveu as Forças Armadas de qualquer participação em seu ato, o que trouxe ao povo desconfianças de que estava se jogando uma manobra demagógica.

MANIFESTO CONTRA A POSSE DE JOÃO GOULART

19. Os ministros militares concordam na entrega do Poder ao substituto legal, o Presidente da Câmara dos Deputados, ante a ausência do Vice-Presidente da República, porém declaram não admitir que este venha a assumir a Presidência. O Presidente Ranieri Mazzilli conserva nos postos os ministros militares rebeldes e estes lançam um manifesto do seguinte teor.

“MANIFESTO À NAÇÃO”

No cumprimento de seu dever constitucional de responsáveis pela manutenção da ordem, da Lei e das próprias instituições democráticas, as Forças Armadas do Brasil, através da palavra de seus Ministros, manifestaram a Sua Excelência o Senhor Presidente da República, como já foi amplamente divulgado, a absoluta inconveniência, na atual situação do regresso ao país do Vice-Presidente, Sr. João Goulart:

Numa inequívoca demonstração de pleno acatamento aos poderes constitucionais, aguardaram elas, ante toda uma trama de acusações falsas e distorções propositadas, sempre em silêncio, o pronunciamento solicitado ao Congresso Nacional. Decorridos vários dias e como sintam o desejo de maiores esclarecimento por parte da opinião pública a que inimigos do regime e da ordem buscam desorientar, veem-se constrangidas agora, com a aquiescência do Sr.

Presidente da República, a vir ressaltar, de público algumas das muitas razões em que fundamentaram aquele juízo

Já no tempo em que exercera o cargo de Ministro do Trabalho o Sr. João Goulart demonstrara bem às claras suas tendências ideológicas, incentivando e mesmo promovendo agitações sucessivas e frequentes nos meios sindicais, com objetivos evidentemente políticos e em prejuízo mesmo dos reais interesses de nossas classes trabalhadoras. E não menos verdadeira foi a ampla infiltração que, por essa época, se processou no organismo daquele Ministério, até em postos-chaves de sua administração, bem como nas organizações sindicais, de ativos e conhecido agentes do comunismo internacional, além de incontáveis elementos esquerdistas.

No cargo de Vice-Presidente, sabido é que usou sempre de sua influência em animar e apoiar, mesmo ostensivamente, manifestações grevistas promovidas por conhecidos agitadores. E, ainda há pouco, como representante oficial em viagem à URSS e à China comunista, tornou clara e patente sua incontida admiração ao regime desses países, exaltando o êxito das comunas populares.

Ora, no quadro da grave tensão internacional em que vive dramaticamente o mundo de nossos dias, com a comprovada intervenção do comunismo internacional na vida das nações democráticas e, sobretudo, nas mais fracas – avultam à luz meridiana, os tremendos perigos a que se acha exposto o Brasil. País em busca de uma rápida recuperação econômica que está exigindo enormes sacrifícios, principalmente das classes mais pobres e humildes; em marcha penosa e árdua para estágio superior do desenvolvimento econômico-social; com tantos e tão urgentes problemas para reparação, até, de seculares e crescentes injustiças sociais nas cidades e nos campos – não poderá nunca no Brasil enfrentar a dura quadra que estamos atravessando, se apoio, proteção e estímulo vierem a ser dados aos agentes da desordem da desunião e da anarquia.

Então as Forças Armadas profundamente convictas de que, a ser assim, teremos desencadeado no país um período inquietador de agitações sobre agitações, de tumultos e mesmo choque sangrentos nas cidades e nos campos de subversão armada, enfim, através da qual acabarão ruindo as próprias instituições

democráticas e, com elas, a justiça, a liberdade, a paz social, todos os mais altos padrões de nossa cultura cristã.

Na Presidência da República, em regime que atribui ampla autoridade e poder pessoal ao Chefe de Governo, o Sr. João Goulart constituir-se-á, sem dúvida alguma no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejam ver o país mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil. As próprias Forças Armadas, infiltradas e domesticadas, transformar-se-iam, como tem acontecido em outros países em simples milícias comunistas.

Arrolemos pois o vendaval já esperado das intrigas e das acusações mais despuoradas, para dizer a verdade tal como é ao Congresso dos Representantes do Povo e, agora ao próprio Povo Brasileiro.

As forças Armadas estão certas da compreensão do povo cristão ordeiro e patriota do Brasil e permanecem serenas e decididas na manutenção da ordem pública.

(ass.) “Vice-Almirante Sylvio Heck – Ministro da Marinha; Marechal Odylio Denys – Ministro da Guerra; Brigadeiro-do-Ar Gabriel Grün Moss – Ministro da Aeronáutica”.

No dia 28 de agosto de 1961, o Presidente da República em exercício Sr. Ranieri Mazzilli, endereçou ao congresso Nacional o seguinte ofício:

“Tenho a honra de comunicar a V. Exa. que, na apreciação da atual situação política, criada pela renúncia do Presidente Jânio Quadros, os ministros militares, na qualidade de chefes das Forças Armadas, me manifestaram a absoluta inconveniência, por motivos de segurança nacional, do regresso ao País do Vice-Presidente da República Sr. João Marques Goulart”.

Rasgada estava, pois, a constituição e instituída a ditadura. Foram presos o Marechal Henrique Teixeira Lott e numerosas pessoas influentes. No Estado da Guanabara, foi assaltada pela polícia a sede da “União Nacional dos Estudantes” e instituída a censura do rádio, da televisão e dos jornais, apreensão de edições, ocupadas sedes de sindicatos operários, fechadas as saídas da cidade do Rio de

Janeiro sem salvo-conduto, desencadeado um pleno estado de sítio de fato sobre o país.

No Estado do Rio Grande do Sul, porém o Governador Leonel Brizola, em apoio do Vice-Presidente da República, lança por sua vez, manifesto à Nação, declarando que não aceita a atitude dos chefes militares e pela força, se fosse necessário, faria empossar o Vice-Presidente, logo que chegasse ao Brasil. Chefes militares solidarizaram-se com o Governador Brizola e a resistência alarga-se pelos Estados do Paraná e Santa Catarina. Os ministros determinariam o deslocamento de unidades para compelir defensores da legalidade a aderirem à insurreição, porém em umas os sargentos e suboficiais recusam-se a obedecer, e em outras os próprios comandos assumem a responsabilidade pela resistência.

COMO SURTIU A EMENDA PARLAMENTARISTA

20. Certificando-se de sua fraqueza, as forças reacionárias do Parlamento entram em pânico. Por sua vez, o Sr. João Goulart, ao atingir Porto Alegre, depara com as milícias operárias já preparadas para lutar e o entusiasmo do povo decidido a impor, pelas armas, o respeito à Constituição. Não interessava ao Sr. João Goulart assumir o poder pela violência, pois no clima de desespero em que se encontravam as populações empobrecidas e sofrendo na carne sozinhas os efeitos de uma inflação que lhes devora os salários, enquanto que, pelo mesmo fenômeno, os que dispõem de bens materiais enriquecem. Tal situação explosiva não lhe permitiria de modo algum saber se poderia enfrentar o movimento e impedir que as próprias forças burguesas suas aliadas tivessem de sacrificar seus privilégios.

Por isto o Sr. João Goulart em vez de aceitar a vitória pelas armas, preferiu negociar com os usurpadores de seu cargo, os quais concordariam em dar posse ao Vice-Presidente, contanto que este acedesse na supressão de seus poderes constitucionais reservando-se ao Congresso a prerrogativa de aprovar ou reiterar os ministros e demais atribuições importantes. Aceitas as condições para dar aparência ou legalidade a essas modificações o Parlamento alterou as normas regimentais a fim de poder votar instantaneamente uma Emenda Constitucional antes que o povo, indignando com essa acomodação de cúpula viesse a desencadear a luta armada. Na

reforma do Regimento instituiu-se a votação global sem destaque de artigos sem discussão das normas da emenda. Reduziu-se para quinze minutos o tempo de cada líder de partido falar sobre a emenda. Não se admitiram subemendas a não ser as que tinham chegado ao plenário da Câmara. Proibida a discussão das normas de emergência a votação na Câmara processou-se na noite de 1º de setembro terminando a sessão às 3:20 da madrugada. A segunda discussão sem nenhuma divulgação sem possibilidade de publicação regular no “Diário do Congresso” estabeleceu-se em seguida de modo que às 5:20 da mesma madrugada a Emenda Parlamentarista já estava aprovada na Câmara dos Deputados, enviada ao Senado na noite do dia 2 com as mesmas cautelas de açoitamento e pânico, com Brasília interditada ao mundo e cercada pelas baionetas dos ministros militares rebeldes que colocaram, inclusive obstáculos no aeroporto a fim de impedir a chegada de quaisquer aeronaves. O Senado aprovou em menos de duas horas a referida Emenda. Amanhecia pois o Brasil no dia 3 de setembro como República Parlamentarista.

NÃO QUERIAM O PLEBISCITO

21. Natural seria que, praticando uma destituição de fato do Poder Executivo, o Congresso Nacional mandasse o plebiscito imediatamente à sua deliberação. Assim procederam até Mussolini e Hitler, quando acabaram com o regime parlamentarista em seus países e mais recentemente, de Gaule, na França. A maioria dos deputados não manifestou nem mesmo a sensibilidade democrática desses ditadores. Numa redação ambígua, dispôs que o plebiscito se realizasse nove meses antes do término do mandato do Presidente João Goulart, em vez de marcar o dia.

Um parlamentarismo mais imediato que o Deputado Raul Pilla pretendeu instituir apresentando uma emenda constitucional em 1948, até 1961, não lograra ser adotado. A Emenda parlamentarista que visava a unicamente vigorar durante o período presidencial do Sr. João Goulart, foi aprovada em dez horas, somando o tempo que duraram as sessões.

Nos discursos o Deputado Almino Afonso, líder do Partido Trabalhista Brasileiro, e que não aceitou a imposição, qualificou de *golpe branco* o ato da maioria

cercada em Brasília e posta em pânico pelas baionetas dos ministros militares senhores da situação na Capital.

QUEM IMPÔS O PLEBISCITO

22. O Sr. João Goulart, certificadas as condições de segurança pessoal, voa para Brasília e assume a Presidência. Os Gabinetes que se formaram com Tancredo Neves depois com Brochado da Rocha e, em seguida, com Hermes Lima refletem o espírito apaziguador e tolerante do Sr. João Goulart.

Como, entretanto, persistem as mesmas contradições ocorridas em agosto de 1961, a Nação parou. O Governo Federal apenas conseguiu desmontar, pelo menos em parte, o dispositivo militar em que se apoiavam as forças que se opõem ao comércio com todos os países e a uma política externa independente, que vem sendo mantida pelo Sr. João Goulart em continuação dos atos do Sr. Jânio Quadros.

Ainda pela insistência dos novos chefes militares e dos sindicatos operários, desencadeando as primeiras greves operárias de caráter puramente político em 5 de junho, bem como em 15 de setembro de 1962, na área militar e na civil, a direita continuou perdendo posições, acabando por submeter-se à designação do plebiscito sobre o parlamentarismo, para o dia 6 de janeiro de 1963.

A FAVOR OU CONTRA O PARLAMENTARISMO?

23. Diante desses dados informativos, duas correntes de opinião formam-se no país. A primeira é favorável à continuação do sistema parlamentarista como está. Entende que o saldo de um ano de experiência foi propício a um avanço político das forças populares que se avolumam para, um dia que estará próximo, emancipar economicamente o Brasil eliminando os privilégios de que desfrutam os monopólios estrangeiros. No último ano, as forças populares cresceram mais do que nos cinco anos do presidencialismo de Juscelino Kubitschek. Conviria, pois, correr o risco de que o novo Parlamento, ainda controlado pelas classes conservadoras, possa vir a mudar e o gabinete e tentar a destituição dos ministros militares, para reconstituir o dispositivo golpista derrotado em setembro de 1961, com a posse do Sr. João Goulart.

A segunda corrente de opinião sustenta que a derrota da emenda parlamentarista do *referendum* de 6 de janeiro de 1963 é um fato que se deve dar como consumado, pois, nenhum governador tem interesse em, voluntariamente, esvaziar-se de poder. A tanto corresponderia os chefes dos Executivos Estaduais, lutarem pela permanência da Emenda Parlamentarista que prevê a instauração, igualmente, do parlamentarismo nos Estados. Além disto, admitindo que pudessem subsistir dúvidas, não seria prudente colocar o novo dispositivo das Forças Armadas à beira do abismo. Ele poderia vir a participar de uma política de apaziguamento e acomodação, favorável aos monopólios estrangeiros e assim retardar a marcha histórica do Brasil para sua independência econômica. De resto, mesmo que se quisesse sustentar, por questão de princípios teóricos, que o parlamentarismo é superior ao presidencialismo, para o ascenso das forças populares a História comprova que esse avanço não depende do sistema de governo. As ditaduras direitistas têm surgido, tanto após regimes presidencialistas, como parlamentaristas, indistintamente.

Quem estará certo?

MUDANÇA DE REGIME POR MEIO DE EMENDA CONSTITUCIONAL

24. As constituições podem ser emendadas, nos termos que elas estabelecem. A Constituição é a fonte dos direitos dos cidadãos, oriunda de uma delegação especial e expressão do colégio eleitoral do território político, no qual ela vai vigorar. Estipulada na Carta Constitucional o modo e os limites em que poderá ser modificada, não assistirá ao legislador ordinário competência para modificar o texto original, desrespeitando os pontos fundamentais e indestrutíveis. O mandato parlamentar é essencialmente uma delegação outorgada pelos eleitores. Se estes forem chamados às urnas para eleger deputados que, ao assumir as cadeiras, juram defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição que rege a eleitores e eleitos, repugna aos cânones jurídicos admitir que o mandatário possa, violando as regras do mandato e o compromisso assumido, alterar a Constituição fora dos fundamentos essenciais da mesma ou fora das normas que ela indica para efetuar as emendas. A

emenda naquilo que exorbita dos poderes recebidos pelo deputado, se o reformador tiver força política para fazer prevalecer, será golpe de Estado revolta vitoriosa, porém, nunca emenda de Constituição.

Desde que, porém, a Constituição e seus poderes constituídos tiverem condições políticas de sobrevivência, a inconstitucionalidade poderá ser pronunciada não apenas num *referendum*, em que seja dada oportunidade ao povo de opinar, como até mesmo pelos tribunais, na sua soberana faculdade de declarar a insubsistência dos atos contrários à Carta Magna.

Por isso mesmo, constitucionalistas do maior conceito concluem que uma constituição parlamentarista não poderá, em termos de emenda ao texto ser transformada em presidencialista (Ver Georges Burdeau – *Traité de Science politique*, 1950. tomo III, pag. 212: Pierre Wygny – *Droit Constitutionnel*. 1952 vol. I. pág. 217: Horst Ehmke – *Grezeu der Verfassungsänderung*, Berlim. 1953, pág. 177). Por isto mesmo, a *contrario sensu*, deve ser entendido que uma constituição presidencialista não poderá ser transformada em parlamentarista. Entre nós, o Prof. Luís Pinto Ferreira da Faculdade de Direito do Recife nos “Princípios Gerais de Direito Constitucional” Rio. 1951 vol. I pag. 180, proclama, como ponto irreformável, o principio da separação de poderes do que decorre a inadmissibilidade da instituição do regime parlamentarista. São os chamados *pontos irreformáveis, por aplicação da teoria das limitações implícitas* (Ver Alcino Pinto Falcão – “Constituição Anotada” Rio. 1957, Vol, III, pág. 239).

Acentuando a impossibilidade de emendar a Constituição para mudar regime, disse o Professor de Direito Constitucional Afonso Arinos, em 7-11-52:

“Creio não incidir em erro ao afirmar que nunca, na História Constitucional de qualquer país do mundo moderno se concretizou uma troca de regimes jurídicos de governo, por meio de emendas a texto já existentes”.

EM ESTADO DE SÍTIO, A CONSTITUIÇÃO NÃO SE REFORMA

25. Ainda, porém, que se considerasse admissível reformar a Constituição, transformando-a, sem uma delegação especial, de presidencialista em parlamentarista,

a Constituição proíbe emenda em *estado de sítio*, diz o art. 27,§ 5°. Assim estabeleceu – ensina Temístocles Cavalcante (Comentários, vol. 4°. pág. 249) – porque “*suspensas as garantias constitucionais em virtude de estado de sítio, estabelece-se uma coação permanente sobre a liberdade de manifestação de pensamento e o exercício da atividade parlamentar como admitir-se, portanto, a manifestação do poder constituinte sob pressão governamental nem que seja simplesmente presumível*”?

Neste particular, Alcino Pinto Falcão é ainda mais incisivo ao proclamar: “*Tem esse objetivo o de possibilitar a livre manifestação da opinião pública. Evidentemente esse parágrafo não se destina a tutelar a manifestação da vontade ou da opinião dos deputados e senadores, que não estaria prejudicada pelo estado de sítio, mas sim a permitir que a opinião pública se manifeste sobre a oportunidade da reforma*”. (Obra citada, página 241). O que importa, pois, é a opinião pública estar livre, poder cada um falar, escrever e publicar o que quiser, nos jornais e no rádio, para que os parlamentares possam sentir a ressonância no povo e informar-se, para decidirem-se com eficiência democrática.

Ora, isto pressupõe *publicidade dos atos legislativos*. No caso em exame, como vimos, não houve nenhuma publicação. As sessões realizaram-se em duas noites e com um regimento também modificado sem observância de suas normas de emenda, para impedir que os próprios parlamentares discursassem. O povo não sabia o que se votava e foi surpreendido com a Constituição substancialmente alterada com mudança até do regime de presidencial para parlamentar.

ESTADO DE SÍTIO O QUE É

26. A Constituição proíbe emenda em *estado de sítio*. Mas, o que é *estado de sítio*? Será só aquele que se decreta por ato legislativo e com observância dos dispositivos constitucionais? Evidentemente que não. Se fosse *estado de sítio* apenas a situação de fato que se reconhecesse como de direito quando o Poder Executivo quisesse emendar coercitivamente a Constituição, bastaria instaurar o estado de sítio de fato, criando o clima de “*comoção intestina grave ou de fatos que evidenciam estar a mesma irromper*”, como é definido no art. 206. Não providenciaria ou obstruiria

qualquer lei tendente a instituir o estado de sítio, e conseguiria validar uma reforma da Constituição como esta a que se procedeu. Ora, a intenção do legislador não foi abrir portas à fraude, mas, precipuamente impedir que a Constituição se emendasse em clima político impróprio para uma reforma tranqüila, segura e bem apoiada na vontade popular.

Portanto, o que se deve ter em conta não é se o estado de sítio foi declarado, mas sim se o estado de sítio existiu. Foi, efetivamente, o que aconteceu em agosto de 1961: os detentores do poder não formalizavam o estado de sítio, existindo o estado de convulsão no país, justamente porque isso lhes retiraria, formalmente, as condições para alterar a Constituição.

O estado de sítio é um modo de existência da sociedade que se apresenta pela supressão das garantias e direitos previstos na lei, em face “*de uma comoção intestina grave ou de fatos que evidenciem estar a mesmo a irromper*”. Principiou a ser disciplinado na França, ao promulgar-se ali a lei de 8 de julho de 1791. Esse diploma legal francês distinguiu três estados na vida jurídico-social: a) estado de paz; b) estado de guerra; c) estado de sítio. Para haver estado de guerra era preciso que se determinasse por decreto do corpo legislativo, por proposta do rei. Para haver estado de sítio não se exigia decreto algum. A situação surgiria nos termos do art. 11, in verbis:

“As praças de guerra e postos militares estarão em estado de sítio, não só desde o momento em que começarem os ataques do inimigo, senão logo que, como resultante do cerco ou sítio, ficarem cortadas as comunicações de dentro para fora ou de fora para dentro, na distância de mil e oitocentos toesas a partir das cristais dos caminhos estratégicos”.

No artigo 12, sustentava: “O estado de sítio não cessará senão depois de rompido o cerco...”. (Cf. Professor Sanchez Viamonte – “*Ley Marcial y Estado de Sitio*”, Buenos Aires, 1957).

Vê-se, pois, desde a primeira lei que a disciplinou, que estado de sítio é uma situação de fato, onde a força impeça o exercício regular dos direitos.

Ora, quem ousará dizer que o Brasil não se encontrava sob estado de sítio ao ser votada a emenda parlamentarista?

Milhares de cidadãos foram presos em diferentes Estados do Brasil ao declararem os ministros militares que não admitiriam o regresso do Vice-Presidente da República ao país. Empastelaram-se jornais, fecharam-se as vias de saída a certos cidadãos, instituiu-se a censura, vasculhavam-se os aviões para prender o Vice-Presidente, ou qualquer pessoa que, regressando, ou destinando-se ao Exterior, pudesse ser suspeita da qualidade de seu emissário. O próprio Vice-Presidente da República, em vez de poder regressar diretamente ao Brasil, foi obrigado a realizar uma longa volta e ficar retido, em Porto Alegre, até que se votasse a emenda constitucional, ao mesmo tempo em que, para atemorizar o povo e desencorajar resistências, comunicados oficiais dos ministérios militares participavam deslocamentos de navios de guerra e de batalhões.

O emérito constitucionalista e magistrado Alcino Pinto Falcão, no seu livro “Novas Instituições do Direito Político Brasileiro”, Rio, 1961, pág. 239, escreve:

“*Vício da reforma constitucional* – Somos da velha opinião como inicialmente lembramos, no sentido de ser possível adotar o sistema parlamentarista pelo conduto da emenda constitucional. Mas nunca sustentamos que se pudesse fazer na intriga com que se procedeu motivada pela atitude de militares nervosos e que se insubordinaram contra os mandamentos constitucionais e o resultado das urnas”.

E prossegue na página 240:

“E não bastante tudo isso, o amordaçamento completo da opinião pública, em especial no Estado da Guanabara, onde jornais foram censurados e confiscados as edições, o rádio e televisão silenciados, cidadãos arbitrariamente presos e populares espancados na via pública, *sem ter sido decretado o estado de sítio* pelo poder competente, mas, *imposto este no concreto...*”.

NÃO ERA NECESSÁRIO O PLEBISCITO

27. Ninguém poderá, portanto, negar que a legalidade se suprimiu. Ora, o eminente constitucionalista suíço Benjamin Constant em seu “*Cours de politique constitutionnelle*” já sustentava:

“Um governo constitucional não tem direito de existir desde o momento em que a Constituição já não existe, e uma constituição deixa de existir quando é violada.

O governo que a viola rasga seu título e a partir desse mesmo instante pode substituir pela força, porém, não subsiste mais pela Constituição”.

Esta é precisamente a situação da maioria ocasional que votou a Emenda Parlamentarista. Aquele Parlamento tornou-se um agrupamento de sediciosos, agindo discricionariamente. Nulos, pois, são seus atos, no instante em que a soberania se restabeleceu e a constituição retomou a plenitude de sua vigência.

Assim sendo, não precisaria nem plebiscito para se anularem os atos. Poderia ser decretada pelo próprio Poder Judiciário como já o fez a Corte Suprema dos Estados Unidos, em relação a emendas ali votadas em desacordo com a Carta Magna, como, por exemplo, no caso “*Hawke versus Smith*”, julgado em 1920. O Poder Judiciário não poderá apreciar o mérito de emendas constitucionais votadas pelo Congresso, dada a soberania e a independência dos poderes, mas poderá apreciar a legalidade da forma em que se votou a Emenda. Desde que a lei foi violada, a Emenda, qualquer que seja seu conteúdo, cai.

Aliás, dois magistrados paranaenses, Gabriel Freceiro de Miranda e Jorge Andriguetto, já pronunciaram em decisões judiciais, cujo ulterior prosseguimento se desconhece, a nulidade do “Ato Adicional”.

O Presidente João Goulart não está, pois, constitucionalmente adstrito a submeter-se a uma Emenda votada nessas condições. Nem seu juramento de cumprir a Constituição, ao assumir o cargo, importa no dever de respeitar emendas ilegalmente votadas. Ao contrário observar o contido em emendas ilegalmente votadas é que constitui uma quebra do juramento. Não fosse o espírito de transigir, de evitar a violência, o Presidente da Republica, depois de assumir, teria *ex-officio*, por um decreto, nomeado seus ministros, sem dar ouvidos aos autores da ilegalidade e não haveria tribunal que, juridicamente, em face destas considerações, deixaria de aprovar seu comportamento.

De tudo o que se expõe, resulta a conclusão inapelável: juridicamente o “Ato Adicional” é um ato nulo de pleno direito, impossível de substituir o referendo popular, determinando sua ruptura, importará no desaparecimento puro e simples da Emenda, como se nunca houvesse existido. A Constituição retornará sua plena vigência e as reformas que se pretenderem e que se devem realmente fazer se não se

quiser que o povo as faça, não de ser realizadas, não no atropelo com que se cometem atos criminosos, na calada da noite, às ocultas, sem publicação regular nos órgãos oficiais. As reformas deverão ser feitas com ampla discussão, escuta atenta da opinião pública, não fabricada na grande imprensa, mas manifestada nas associações, nos clubes, nos sindicatos, nas ligas, nas instituições de ensino. Discussão, porém, que não há de ser uma chicana para retardá-las, pois já estão amadurecidas no espírito de todos, ante a força com que se fazem sentir até no estômago da maior parte do povo brasileiro.

**RAZÕES POLITICAS: A EMENDA PARLAMENTARISTA FAVORECE O
GOLPE MILITAR DE DIREITA E PODE ENSEJAR UMA “OPERAÇÃO
TARTARUGA” NA ADIMINISTRAÇÃO FEDERAL**

COMO SE INSTAURAM PARLAMENTARISMO OU PRESIDENCIALISMO

28. Como se viu anteriormente, o regime de divisão de poderes é uma tática dos governantes destinada a harmonizar interesses econômicos que possam vir a possuir contradições que os levem e entrar em conflito. Apresenta-se tanto no parlamentarismo, como no presidencialismo. Chama-se *parlamentarismo* quando o chefe do poder executivo, demissível *ad nutum*, é escolhido pelo poder legislativo. Chama-se *presidencialismo*, quando o poder executivo é o rei ou nomeado por meio de eleições diretas e por um período determinado, sem que possa ser exonerado pelo legislativo, senão por motivo de delito. A literatura clássica dá definições mais enfáticas, porém, no fundo mesmo das coisas, é disto que se trata quando se levam em conta as conclusões de Raul Pilla e Afonso Arinos, dois dos maiores especialistas na matéria.

Raul Pilla, à pagina 83 do avulso “Emenda Constitucional nº 4 – C – 1948” observou: “A constituição do Império era superpresidencialista”.

No mesmo sentido, Afonso Arinos (Revista Forense, vol.125, página 45), diz:

“As origens do presidencialismo brasileiro podem ser encontradas na nossa própria tradição colonial e imperial, de governos caracterizados por Executivo forte. O Trono Brasileiro foi uma espécie de presidência vitalícia”.

Daí resulta que a eficiência do parlamentarismo, como do presidencialismo, para a solução dos problemas nacionais, não depende dessas fórmulas, mas de fatores políticos que nascem na base da sociedade. Se as forças populares politizam-se, agrupam-se, somando-se, o grupo governante mais fraco se estiver em conflito com outros grupos das classes dominantes, procura fazer concessões às forças populares, para, com elas tornar-se forte e enfrentar os demais. Se o grupo governante que se une às forças populares estiver à frente do Poder Executivo, embora o regime seja parlamentarista, na prática se realiza um regime presidencialista. Se o grupo governante mais forte estiver no Poder Legislativo, ainda que o regime seja presidencialista, na prática se realizará um regime parlamentarista.

EXEMPLO DE PARLAMENTARISMO COM CONSTITUIÇÃO PRESIDENCIALISTA

29. Não precisamos nem sair do Brasil para mostrar um exemplo concreto. A Constituição do Império era, segundo Pilla e Arinos, presidencialista, isto é, o imperador não sofria, por ela, nenhuma obrigação relativamente ao Parlamento. Era mesmo mais presidencialista do que as constituições republicanas que tivemos, porque o Imperador podia organizar como organizou muitas vezes seu ministério sem dar satisfações ao Parlamento. E quando o Parlamento se punha a censurar o ministério, dissolvia como dissolveu várias vezes o Parlamento. Isto tudo ocorria, na primeira metade do século passado, quando não existiam contradições relevantes entre os grupos econômicos que dominavam a máquina do Estado.

Na segunda metade do século, quando principiou a industrialização e a tomar força o capital burocrático burguês, empregado em bancos e empresas de seguros, quando a burguesia compradora que controlava o comércio interior e exterior principiou a tornar-se forte e a ter conflitos de interesses com os latifundiários e os senhores de engenho, representados pela família imperial, a autoridade do imperador principiou a diminuir e a força do Parlamento crescer, de modo que, não obstante fosse presidencialista o regime nos últimos trinta ou quarenta anos do Império, praticou-se o parlamentarismo.

PORQUE SURTIU O PARLAMENTARISMO EM 1961

30. Proclamada a República, subsistiu sempre no Brasil o presidencialismo, agrupando-se os interesses dos latifundiários, da burguesia nacional e do capital estrangeiro, em torno do Presidente da República, diante da harmonia que era possível manter. No momento, porém em que a ampliação dos mercados tornou-se para uma parte uma necessidade vital, e para outra, um prejuízo sério, o lado que se sentiu mais forte, por um golpe palaciano, tentou mandar pelos ares o presidencialismo e instaurar uma ditadura. Não conseguindo, tratou de esvaziar a força do Poder Executivo que lhe era adverso, instituindo um parlamentarismo de compromisso e de emergência, com o que espera impedir essa ampliação de mercados, designando os ministros dos postos chave desse comércio, notadamente o ministério da Fazenda. Esse “parlamentarismo” deveria durar enquanto não fosse possível eliminar ou convencer o Presidente João Goulart a fazer o Brasil retornar ao isolamento que foi imposto aos demais países do continente americano, exceto Cuba e o Canadá.

A SEGURANÇA DO DISPOSITIVO MILITAR PROGRESSISTA

31. Tendo as forças populares compreendido o jogo e tendo deliberado prestigiar o Presidente da República que, nesta emergência, está defendendo com uma política independente e de ampliação de mercados, os mais legítimos interesses do país, seu fortalecimento importará na eliminação final dos efeitos do golpe direitista, no plebiscito de 6 de janeiro de 1963, plebiscito que, segundo interesses das forças golpistas de direita apenas deveria ocorrer no final do mandato do Presidente da República.

Opinar pela manutenção do parlamentarismo dos ex-ministros Odylio Denys, Sylvio Heck e Grün Moss, o que significará?

Sem dúvida, apenas desejar a permanência de um dispositivo golpista que permitirá a um Congresso extremamente conservador nomear os ministros e trazer a insegurança aos atuais dispositivos militares que se apóiam nos oficiais, suboficiais e sargentos que impediram os generais de direita levar adiante seus planos de agosto de 61.

Não somente isso.

Um ano de existência desse parlamentarismo tem obrigado o Presidente da República a fazer concessões aos grupos mais reacionários e impatrióticos apegados à política cambial suicida do Fundo Monetário Internacional, fonte do enriquecimento escandaloso que vem obtendo os monopólios norte-americanos, enquanto que os salários dos pobres são devorados na inflação. A tortura Argentina é, para nós, o exemplo mais dramático das conseqüências para o povo, quando um governo se alia a esses grupos econômicos internacionais. Neste Parlamentarismo, se o Presidente da República não entregar a tais grupos econômicos amplamente representados no Parlamento, o Ministério da Fazenda, não consegue formar gabinete. Com o Ministério da Fazenda garantidamente nas mãos, a instituição Cambial nº 204 continua em vigor e o Diretor da Superintendência da Moeda e do Crédito continua sendo a mesma pessoa que serviu no Ministério de Odylio Denis, Sylvio Heck e Grün Moss. A Instituição nº 113 elaborada pelo diretor da Bond & Share no Brasil em 1954, como uma das conquistas do Governo Café Filho contra Getúlio Vargas continua transformada em decreto e em pleno vigor, a multiplicar a desnacionalização da indústria brasileira.

Opinar pela manutenção do Parlamentarismo importará em prestar solidariedade à continuação dessa prática.

O POVO QUER REFORMA DE BASE

32. É certo que o retorno ao presidencialismo não significará, por si mesmo, a extirpação desse cancro do desenvolvimento nacional. Mas, deixará o presidente da República com mãos livres para organizar um ministério não apenas parcialmente, porém totalmente nacionalista e democrático, como estão a exigir as forças populares do país. E se, com as mãos livres, não quiser realizar, no plano interno, a política independente que tenta realizar externamente, então as responsabilidades não poderão mais ser atribuídas ao parlamentarismo imobilista.

O que se vê é que o povo não confia suas reivindicações na opção – presidencialismo ou parlamentarismo.

O manifesto da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria e das demais federações que a subscreveram em 9 de agosto de 1962, afirma:

“A opção ao nosso ver, deve ser: a favor ou contra liberdades democráticas e sindicais; a favor ou contra a manutenção e extensão do congelamento de preços dos gêneros de primeira necessidade; a favor ou contra os especuladores dos benefícios de miséria; a favor ou contra a encampação dos frigoríficos estrangeiros e das concessionárias estrangeiras dos serviços públicos que, como acontece, agora, no Estado do Rio, racionam a luz e a força estancando o nosso desenvolvimento econômico; a favor ou contra a extensão do monopólio estatal do petróleo à área de distribuição; a favor ou contra a elevação dos níveis de salários-mínimos e reajustamento de todos os salários, soldos e vencimentos; a favor ou contra a liquidação dos privilégios usufruídos pelas empresas imperialistas em detrimento da indústria nacional e dos interesses de nosso povo; a favor ou contra a constituição de um Governo Nacionalista e Democrático”

E mais adiante:

“Somos favoráveis a uma consulta popular, porém declaramos à Nação que as medidas que um povo reivindica não dependem, fundamentalmente dessa consulta”.

O QUE SIGNIFICARIA VOTAR – NÃO

33. Por isto, devemos concluir que a resposta do povo brasileiro, dizendo Não ao Ato Adicional é a correta; jurídica, política e, sobretudo, patrioticamente, considerando o problema.

Entretanto, o Não outorgado nas urnas, não significará contentamento do povo, nem a omissão em comparecer significará concordância com coisa alguma.

O Não será um crédito de confiança ao Senhor Presidente da República e a afirmativa de que o povo não pactua com golpes palacianos para alterar as instituições, nem se solidariza com grupos que se prestem a servir a interesses estrangeiros, em detrimentos das aspirações de independência do Brasil.

Esta é a nossa opinião

Rio de Janeiro 19 de outubro de 1962.

Pela CONGREGAÇÃO DE PROFESSORES E ALUNOS DO INSTITUTO
SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS.

(Ass. Álvaro Vieira Pinto)